



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRUNA PASTANA BELTRÃO**

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**  
(2017-2022)

**BELÉM-PA**

**2023**

BRUNA PASTANA BELTRÃO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
(2017-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Mayane Bento Silva

BELÉM-PA

2023

BRUNA PASTANA BELTRÃO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANA NO ENSINO  
SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
(2017-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Mayane Bento Silva

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Mayane Bento Silva  
Universidade do Estado do Pará

---

Prof. Dr. Milton Ribeiro da Silva Filho  
Universidade do Estado do Pará

---

Profa. Dra. Renata Melo e Silva de Oliveira  
Universidade do Estado do Pará

Apresentado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Conceito: \_\_\_\_\_

BELÉM-PA

2023

*“Se quiser ir rápido, vá sozinho.  
Se quiser ir longe, vá em grupo.”  
(Provérbio africano)*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Karine e Jefferson, agradeço pela vida e por serem minhas maiores inspirações. Por terem sido os primeiros a abraçar meu sonho de estudar Relações Internacionais. E por continuarem segurando minha mão, por mais difícil que seja a caminhada.

Aos meus irmãos, Dulce Helena, Hilbert, Leandro e Mariana, pelo carinho, companheirismo e amor sem medida. Com vocês, meu mundo é mais colorido.

Às minhas avós e tias, pelo colo e alento nos momentos difíceis.

À minha orientadora Profa. Dra. Mayane Bento, por ter acreditado neste projeto e por guiar meu caminho por tantas vezes durante a graduação.

Aos meus professores, por todos os ensinamentos repassados e por manterem viva minha paixão pelas Relações Internacionais. Em especial, ao saudoso Prof. Dr. William Rocha, que deixou conosco um legado inestimável e a missão de levar as vozes amazônidas para o mundo.

Aos meus amigos de curso que estiveram comigo durante os últimos 4 anos, por termos crescido e aprendido juntos. E, acima de tudo, por acreditarmos uns nos outros e termos feito tudo valer a pena.

Por fim, a todos que cruzaram meu caminho durante essa trajetória. Vocês deixaram comigo um pouco de si e levaram consigo um pouco de mim. A vocês, minha mais sincera gratidão.

## RESUMO

A internacionalização universitária vem se tornando um tema cada vez mais relevante para o campo das Relações Internacionais, impulsionado pelo processo de globalização e pelo surgimento de novos atores na arena internacional. A presente pesquisa tem como foco a cooperação internacional entre a Universidade do Estado do Pará e instituições de ensino superior de países latino-americanos no período de 2017 a 2022. A pesquisa está fundamentada em teorias de cooperação internacional das Relações Internacionais, as quais sustentam modelos de desenvolvimento que são benéficos para os países do Sul Global e para as instituições locais. Dentre essas teorias, destacam-se a Cooperação Sul-Sul e a cooperação descentralizada. Tendo em vista que a internacionalização da Universidade do Estado do Pará é recente, sobretudo tratando da relação com instituições de ensino superior de países latino-americanos, a pesquisa emprega uma abordagem em exploratória, dedutiva e qualitativa, utilizando-se do procedimento técnico de estudo de caso, além de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Cooperação internacional. Universidade do Estado do Pará. Instituições de ensino superior. América Latina.

## **ABSTRACT**

University internationalization has become an increasingly relevant topic for the field of International Relations, driven by the process of globalization and the emergence of new actors in the international arena. This research focuses on international cooperation between the State University of Pará and Latin American higher education institutions from 2017 to 2022. The research is based on international cooperation theories in International Relations, which support development models that benefit countries in the Global South and local institutions, such as South-South Cooperation and decentralized cooperation. As the internationalization of the State University of Para is recent, particularly regarding cooperation with Latin American higher education institutions, the research employs an exploratory, deductive and qualitative approach, using the technical procedure of study case study, as well as bibliographical and documental research.

**Keywords:** International cooperation. State University of Pará. Higher education institutions. Latin America.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Respostas à Pergunta 2 “Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais?” .....  | 61 |
| Gráfico 2 – Respostas à Pergunta 4 “Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)?” .....   | 63 |
| Gráfico 3 – Respostas à Pergunta 5 “O intercâmbio PILA Virtual 2022.1 foi sua primeira experiência de internacionalização?” .....   | 63 |
| Gráfico 4 – Respostas à Pergunta 6 “Como você avalia a experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1?” .....  | 64 |
| Gráfico 5 – Respostas à Pergunta 9 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino antes do início do período de mobilidade?” ..... | 66 |
| Gráfico 6 – Respostas à Pergunta 10 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino após o período de mobilidade?” .....            | 66 |
| Gráfico 7 – Percentual de respostas positivas e negativas coletadas na Pergunta 12 “Relate sua experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1.” .....  | 69 |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Tabelamento de respostas de experiência positiva ..... | 68 |
| Tabela 2 – Tabelamento de respostas de experiência negativa ..... | 68 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |   |
|--------|---|
| ABRUEM | Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais |
| BRICS  | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul                                |
| CAPES  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                 |
| CID    | Cooperação Internacional para o Desenvolvimento                             |
| CNPq   | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico               |
| CREIN  | Coordenadoria de Relações Internacionais                                    |
| CSS    | Cooperação Sul-Sul  |
| CT     | Cooperação Técnica  |
| EUA    | Estados Unidos da América   |
| FAUBAI | Associação Brasileira de Educação Internacional                             |
| FMI    | Fundo Monetário Internacional   |
| FOSPA  | Fórum Social Pan-Amazônico  |
| GCUB   | Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras              |
| IES    | Instituições de Ensino Superior   |
| NAFSA  | Association of International Educators                                      |
| OCDE   | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico                   |
| OMC    | Organização Mundial do Comércio   |
| PDI    | Plano de Desenvolvimento Institucional                                      |
| PILA   | Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano                          |
| PNE    | Plano Nacional de Educação  |
| SADC   | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral                             |
| UEPA   | Universidade do Estado do Pará  |
| UNASUL | União das Nações Sul-Americanas   |
| TCLE   | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                                  |

## SUMÁRIO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| 2     | <b>A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO</b> .....  | 14 |
| 2.1   | <b>Globalização e cooperação internacional no pós-guerra</b> .....  | 14 |
| 2.2   | <b>Modalidades de cooperação internacional</b> .....  | 18 |
| 2.2.1 | <i>Cooperação Internacional para o Desenvolvimento</i> .....  | 19 |
| 2.2.2 | <i>Cooperação Sul-Sul</i> .....   | 21 |
| 2.2.3 | <i>Cooperação descentralizada</i> .....   | 23 |
| 2.3   | <b>Cooperação internacional universitária</b> .....   | 26 |
| 2.3.1 | <i>Cooperação entre instituições de ensino superior da América Latina</i> .....   | 29 |
| 3     | <b>REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....   | 35 |
| 3.1   | <b>Classificação da pesquisa</b> .....  | 35 |
| 3.2   | <b>Levantamento de dados</b> .....  | 37 |
| 3.3   | <b>Análise de dados</b> .....   | 41 |
| 4     | <b>A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ</b> .....   | 42 |
| 4.1   | <b>A Universidade do Estado do Pará</b> .....   | 42 |
| 4.2   | <b>Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2027)</b> .....   | 45 |
| 4.3   | <b>Experiências de cooperação internacional com instituições latino-americanas</b> ...  | 48 |
| 4.4   | <b>A cooperação internacional da UEPA sob a ótica da Coordenadoria de Relações Internacionais</b> .....   | 53 |
| 4.5   | <b>Internacionalização e mobilidade acadêmica sob a ótica dos discentes: o caso do Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano</b> .....         | 61 |
| 5     | <b>A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIA PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: ANÁLISE E DISCUSSÃO NO CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ</b> ..... | 70 |
| 5.1   | <b>Avaliação do cumprimento das estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional para a cooperação internacional</b> .....                         | 72 |

|     |   |            |
|-----|---|------------|
| 5.2 | <b>Avanços e desafios na cooperação internacional latino-americana da Universidade do Estado do Pará.....</b> | <b>72</b>  |
| 6   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>84</b>  |
|     | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>87</b>  |
|     | <b>APÊNCIDE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....</b>  | <b>92</b>  |
|     | <b>APÊNCIDE B – QUESTIONÁRIO PILA VIRTUAL 2022.1.....</b>   | <b>110</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A cooperação internacional universitária vem se tornando um tema cada vez mais relevante para o campo das Relações Internacionais no marco da globalização e da emergência de novos atores. Em um contexto de interdependência internacional e surgimento de novas demandas, o Estado-nação deixa de ser considerado ator unitário das relações internacionais e passa a ser valorizada a atuação de entidades subnacionais (CALVENTO, 2014). Estas, por sua vez, participam da formulação de uma política internacional que acompanha as transformações do mundo globalizado, ao passo em que se baseiam em princípios de reciprocidade, ganhos mútuos e multilateralidade (ROMERO, 2005).

Dentre esses novos agentes subnacionais, destacam-se as instituições de ensino e pesquisa, que vêm se mostrando fundamentais para a integração entre os países, a valorização de localidades e a construção de conhecimento através das fronteiras. Além de impactarem a nível internacional, também são importantes enquanto promotoras do desenvolvimento de suas respectivas localidades, dado que possuem maior proximidade com as demandas locais, assim como autonomia para formular suas estratégias (CASTELLS, 1988). As universidades latino-americanas, por exemplo, são agentes das relações internacionais capazes de promover diferentes formas de cooperação e, por meio delas, impactar no desenvolvimento de suas regiões e nas dinâmicas internacionais.

A Universidade do Estado do Pará, em particular, é um objeto de pesquisa relevante para o estudo da cooperação internacional universitária na América Latina enquanto universidade cuja política de internacionalização tem se voltado à aproximação com instituições de ensino superior latino-americanas (UEPA, 2022a). O período de 2017 a 2022 foi delimitado para esta pesquisa considerando o marco do Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2027), que aponta a necessidade de uma política de expansão institucional de cooperação com instituições nacionais e internacionais (UEPA, 2016).

Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa está relacionado à Linha de Pesquisa 5: Gestão Pública, Cooperação Internacional e Integração Regional<sup>1</sup>, visto que tem por objeto a

---

<sup>1</sup> De acordo com as Diretrizes Técnicas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Relações Internacionais (2020): esta linha dedica-se a estudar a Cooperação Internacional em suas vertentes teóricas, históricas e operacionais de forma integrada, sejam bilaterais ou multilaterais, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre os motivos de êxito ou fracasso de oportunidades e projetos de Cooperação entre unidades políticas estrangeiras. A linha envolve ainda a geração de conhecimento acerca dos ciclos de políticas públicas em ambientes federativos, ao fornecer subsídios ao aumento das capacidades institucionais dos governos locais, regionais e nacional, incluindo também a cooperação descentralizada. No eixo da integração regional as análises centram-se no papel de instituições e regimes internacionais, nos arranjos de integração regional e nas modalidades de cooperação técnica entre os Estados.

cooperação internacional universitária na Universidade do Estado do Pará, que se encontra no âmbito da Gestão Pública e do desenvolvimento institucional. Além disso, o projeto evidencia as teorias de cooperação internacional que embasam as relações entre instituições parceiras de ensino superior de países latino-americanos e realiza investigações no eixo dos arranjos de integração entre os Estados.

Tem-se como tema associado a cooperação internacional latino-americana entre instituições de ensino superior, de fundamental importância para o campo das Relações Internacionais considerando que as universidades internacionalizadas possuem um papel essencial na criação de conexões através das fronteiras enquanto espaços geradores de conhecimento (STALLIVIERI, 2002) e figuram como atores que influenciam e acompanham de forma dinâmica as transformações do panorama mundial (PESSINO, 2021).

Para contextualizar a problematização que conduz ao tema escolhido para a pesquisa, é fundamental compreender que as instituições de ensino superior vêm manifestando um papel crucial na troca de conhecimento através das fronteiras e conseqüentemente na integração entre os países. Tais relações são fundamentais para viabilizar o desenvolvimento de universidades e valorizar as relações internacionais em âmbito interinstitucional, tendo como conseqüências o estabelecimento de conexões, a criação de redes de saber universal, a valorização da ciência e a integração da vida acadêmica (STALLIVIERI, 2002).

Em meio à definição de estratégias de internacionalização, as instituições de ensino superior ao redor do globo podem assumir diferentes modelos de relação entre si, podendo ser eles mais voltados à cooperação entre uma universidade de país em desenvolvimento e outra de um país desenvolvido; ou entre duas ou mais universidades de países em desenvolvimento. No caso da primeira, segue-se a lógica da cooperação tradicional, enquanto que no caso da segunda, é seguida a cooperação horizontal, a qual baseia-se nos princípios de ganhos mútuos, sem que haja prevalência de uma instituição em relação à outra. Tal modelo caracteriza muitas relações de cooperação internacional universitária entre países latino-americanos, como é o caso das universidades brasileiras, em especial, a Universidade do Estado do Pará.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende responder à pergunta: Quais os avanços e desafios da cooperação internacional na Universidade do Estado do Pará em sua relação com as instituições de ensino superior na América Latina, considerando o período de 2017 a 2022?

Tendo em vista esta problemática, o objetivo geral da pesquisa é investigar os avanços e desafios da experiência de cooperação internacional de 2017 a 2022 entre a Universidade do Estado do Pará e instituições parceiras de ensino superior latino-americanas.

Os objetivos específicos são (i) compreender, com base nas vertentes teóricas, históricas e operacionais, a cooperação internacional no ensino superior entre países latino-americanos; (ii) avaliar as capacidades institucionais da UEPA no que tange à cooperação internacional com instituições de ensino superior latino-americanas; e (iii) discutir os avanços e desafios da cooperação internacional universitária entre a UEPA e instituições de ensino superior latino-americanas.

Em um cenário de intensificação da participação de atores subnacionais no sistema internacional, a cooperação universitária vem ganhando bastante relevância para os estudos das Relações Internacionais. A aproximação entre os países do Sul vem se mostrando igualmente fundamental enquanto promotora de coesão internacional e de transferências horizontais de técnicas e experiências. Dessa maneira, o tema da cooperação internacional entre instituições de ensino superior latino-americanas foi escolhido por contemplar a importância de ambas cooperações para a (i) promoção de redes de saber universal e para a (ii) integração regional entre os países da América Latina.

A Universidade do Estado do Pará foi escolhida como estudo de caso visto que suas últimas estratégias de desenvolvimento institucional no âmbito internacional se inserem igualmente nos eixos teóricos e práticos da cooperação descentralizada e da Cooperação Sul-Sul. Ademais, o estudo de sua estrutura e atuação junto às instituições de ensino superior latino-americanas poderá contribuir para (i) a identificação de pontos fortes e lacunas a serem melhorados na universidade por parte das gestões superiores e (ii) para a valorização da universidade e de seu plano de internacionalização, bem como do local em que está inserida – a Amazônia – de modo a aumentar a visibilidade do campo de Relações Internacionais na região e valorizar os profissionais da área.

Por fim, para melhor estruturar a pesquisa, o presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro deles corresponde à Introdução; o segundo trata da Revisão de Literatura e apresenta os principais conceitos e definições necessários à fundamentação teórica e conceitual da pesquisa. O terceiro corresponde ao Referencial Metodológico, em que são detalhados aspectos da classificação da pesquisa, do procedimento técnico utilizado, assim como dos processos de levantamento e análise de dados. No quarto capítulo é apresentado o estudo de caso e a descrição dos dados do objeto de pesquisa. O quinto dedica-se a discutir e analisar os resultados obtidos na pesquisa e, no sexto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais.

## 2 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

A cooperação internacional consiste no estabelecimento de relações entre governos e instituições, em que as decisões são tomadas conjuntamente e as partes envolvidas desenvolvem padrões comuns e formulam programas que levam em consideração benefícios e também problemas (SATO, 2010). Trata-se de um fenômeno determinante para a aproximação entre os países, assim como uma consequência direta dela. Estudar sobre cooperação internacional implica analisar criticamente os interesses e convergências envolvidos, assim como avaliar o impacto que os atores geram no ambiente internacional.

Para isso, a fim de proporcionar uma melhor compreensão do tema da cooperação internacional latino-americana entre instituições de ensino superior, a primeira seção deste capítulo dedica-se a compreender os processos que marcaram o surgimento da cooperação, com enfoque no fenômeno da globalização. A segunda seção analisa histórica e conceitualmente os modelos de cooperação adotados nas últimas décadas e, por fim, a última seção focaliza no modelo da cooperação internacional universitária.

### 2.1 Globalização e cooperação internacional no pós-guerra

De acordo com Ayllón (2006), são três os principais processos que marcaram o surgimento da cooperação para o desenvolvimento: primeiro, o bipolarismo da Guerra Fria; segundo, o processo de descolonização; e terceiro, as dinâmicas da globalização e da integração da economia mundial.

Enfocando primeiramente na compreensão da globalização, observa-se que esta é fruto da intensificação das relações internacionais, especialmente na dimensão econômica, mas também envolvendo questões culturais, tecnológicas, financeiras, políticas e ideológicas (BARROS, 2009). O processo decorre do desenvolvimento das tecnologias da informação e da integração dos mercados locais para a formação de um mercado global, propiciando o surgimento de conexões entre novos atores do sistema internacional, tais como organizações internacionais, empresas privadas, organizações da sociedade civil, governos não-centrais, dentre outros.

Essas novas dinâmicas foram bastante exploradas pelos teóricos Joseph Nye e Robert Keohane ao desenvolverem a Teoria da Interdependência Complexa. Segundo a teoria, o estabelecimento de novas conexões internacionais entre os países resultou no aumento da

dependência mútua entre eles, de modo que as mudanças políticas que ocorressem em determinada parte do sistema internacional passariam a produzir efeitos em outra parte (KEOHANE; NYE, 2001). Isso é verificado, por exemplo, tanto em contextos de cooperação quanto de conflito, em que uma relação comercial específica ou um conflito local podem impactar na realidade de atores que não necessariamente protagonizam o evento.

Nye e Keohane também apontam como características da interdependência a distribuição de poder entre os atores, a pluralidade de temas discutidos por eles e as assimetrias produzidas em suas relações. Em contraposição à Teoria Realista, que considerava relevantes apenas os atores estatais e as discussões de segurança, a Teoria da Interdependência Complexa reconhece a variedade de conexões entre os atores e assevera que, apesar de dependentes, tais relações são assimétricas em muitos dos casos.

A título de exemplo, uma assimetria pode ser produzida quando um ator é menos dependente que o outro e, portanto, menos vulnerável aos efeitos das mudanças no sistema internacional em comparação à outra parte. Como consequência, essas relações assimétricas podem ser fontes de poder e barganha mesmo em relações de cooperação, em que, teoricamente, há uso de recursos pacíficos. Isso se dá em razão da mudança na própria percepção de poder, que anteriormente estava muito atrelada ao uso da força, e que passa a considerar as capacidades de influenciar política, econômica e culturalmente, isto é, de mesmo cooperando ter o poder a seu favor.

De acordo com Vaz (1999), a própria natureza das relações internacionais sofreu modificações, visto que o poder deixou de estar centrado na interação entre os Estados para assumir um caráter mais difuso. Além disso, as abordagens predominantes das Relações Internacionais, que até então consideravam fundamental o caráter central e unitário dos Estados, passaram a ser vistas como insuficientes para compreender todas as mudanças que perpassam o globo, e tornou-se cada vez mais necessário que os temas da agenda internacional fossem redesenhados.

Trazendo a importância do fenômeno da globalização para a cooperação internacional, Sato (2010) pontua que a globalização “significa em sua essência que a ordem política, econômica e social dos países tornou-se profundamente integrada com a realidade internacional” e, por esse motivo, é primordial que todos eles construam uma política de cooperação internacional. Além disso, estando relacionada à aproximação entre os atores e à consequente integração entre eles, a globalização também resultou no surgimento de novos mecanismos de governabilidade, como é o caso da formação de blocos econômicos e do

surgimento de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (MOREIRA, 2010).

Em suma, o fenômeno da globalização representou um marco fundamental no rumo das relações internacionais, modificando-as em várias dimensões. A cooperação internacional se expandiu para vários atores e, em especial no Estado, passou a ser um instrumento de política externa dos governos e um meio de alcançar soluções satisfatórias para as partes no lugar de decisões unilaterais ou mesmo antigas divergências. Essas relações, no entanto, muitas das vezes foram assimétricas, o que gerou uma série de discussões sobre os reais propósitos da cooperação e sua efetividade.

As relações de cooperação entre diferentes nações são milenares, sendo expressas, por exemplo, nas alianças econômicas e comerciais, no intercâmbio cultural entre os povos e na divulgação de conhecimentos científicos através das fronteiras. No entanto, a cooperação internacional como se conhece hoje é relativamente recente, datando do final da Segunda Guerra Mundial, cenário em que foram desenvolvidos programas de assistência técnica destinados à reconstrução dos países afetados pela guerra (CORRÊA, 2021).

Naquele contexto, as primeiras iniciativas formais de assistência técnica criadas foram lideradas sobretudo pelos Estados Unidos, cujo interesse consistia em restaurar economicamente o continente europeu – e, por conseguinte, recuperá-lo enquanto parceiro comercial – além de criar áreas de influência geopolítica no continente, em que se buscava fazer prevalecer a ideologia capitalista em resposta ao avanço comunista liderado pela União Soviética (TOMAZINI, 2017). A mais conhecida estratégia empregada pelos EUA é o Plano Marshall, um programa de ajuda econômica lançado em 1947, responsável por obter melhorias na estrutura europeia, fortalecer a imagem dos EUA enquanto superpotência e contribuir para o crescimento do capitalismo enquanto ideologia predominante no Ocidente em meio à conjuntura da Guerra Fria.

Corrêa (2021) também aponta como marcos importantes da cooperação internacional no pós Segunda Guerra os processos de independência das colônias europeias da África e de parte da Ásia. De acordo com o autor, apesar de as nações recém-independentes terem rompido formalmente com as antigas metrópoles, isso não bastou para que as relações de dependência findssem, de fato. Em decorrência da exploração a que haviam sido submetidas durante décadas, as ex-colônias careciam de recursos, infraestrutura e estabilidade política suficientes para se manterem autônomas. Por esse motivo, a fim de garantir seu desenvolvimento em alguns âmbitos, passaram a estabelecer a cooperação internacional tanto com as ex-metrópoles, quanto com a nova superpotência estadunidense.

Nesse contexto, as relações de cooperação também eram marcadas pela prevalência dos interesses geopolíticos dos países desenvolvidos em detrimento daqueles em desenvolvimento. Em troca de apoio na construção da estabilidade nos territórios, fazia-se necessário que os novos governos dos países recém-independentes estivessem alinhados à política do Ocidente e à ideologia capitalista. Grosso modo, interessava aos “doadores” da cooperação manter a exploração, a dependência e o alinhamento ideológico, sob a falsa premissa de promover o desenvolvimento de nações mais desfavorecidas.

Corrêa (2021) pontua que o mesmo não ocorreu do lado socialista da Guerra Fria: “os países em desenvolvimento não foram beneficiários de programas de cooperação destinados a promover saltos estruturais”, isto é, apesar de estarem alinhados à então União Soviética e de fazerem parte de importantes iniciativas de cooperação – como o Plano COMECON<sup>2</sup> e o Pacto de Varsóvia<sup>3</sup> – as nações não foram beneficiárias de um programa de cooperação internacional para o desenvolvimento que se propusesse a reestruturar por completo suas economias.

Com o término da Guerra Fria em 1989 e o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, as relações entre os países mudaram consideravelmente e, conseqüentemente, as iniciativas de cooperação ganharam novos moldes. Apesar de já serem identificadas como tais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, essas iniciativas não faziam parte do conjunto de temas considerados mais relevantes para as relações internacionais. Àquela época, era prioritário para os Estados discutir temas de segurança e defesa em meio a um contexto político-ideológico de tensão que era caracterizado pela corrida armamentista e pela disputa por áreas de influência, de modo que não era frequente tratar de cooperação sob princípios de multilateralismo e desenvolvimento mútuo.

De acordo com Sato (2000), esse cenário foi favorável para a predominância de temas de segurança até meados da década de 70, permitindo assim que a agenda internacional estivesse dividida em dois principais grupos independentes: *high politics* e *low politics*. O primeiro caracterizado por conter temas mais importantes, sobretudo nas áreas de segurança e estratégia, e o segundo caracterizado por temas de meio ambiente, direitos humanos e bem estar do Estado. Nessa perspectiva, a *high politics*, ou “alta política”, representa os temas de maior importância para a sobrevivência do Estado, enquanto que a *low politics*, ou “baixa política”, abrange questões consideradas “secundárias”.

---

<sup>2</sup> Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), criado em 1949 com o objetivo de integrar economicamente os países socialistas do Leste Europeu.

<sup>3</sup> Aliança militar entre a União Soviética e países socialistas.

Apesar dessa desvantajosa dicotomia entre as pautas e do enfoque em *high politics*, o amplo processo de mudanças que culminaria no fim da Guerra Fria foi responsável por transformações significativas nos âmbitos econômicos, tecnológicos e sociais. Nesse contexto, pautas já existentes começaram a ganhar atenção, sobretudo as de ordem comercial – o que passaria a lançar oportunidades para a solução pacífica de conflitos e obtenção de recursos. Acompanhando as novas tendências tecnológicas e de fluxo monetário, os padrões de produção passaram a endossar mais ainda essas mudanças, não obstante não tivessem sido capazes de diminuir os abismos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Em outro trabalho sobre cooperação internacional, Sato (2010) aponta que os temas da *low politics* são “mais acessíveis e mais condizentes com a construção de programas de cooperação internacional”, visto que as próprias questões de *low politics* promovem ambientes de maior multilateralidade e trocas entre as partes. Segundo o autor, negociações nos âmbitos de cooperação técnica, meio ambiente, cultura e educação tendem a ocorrer em ambientes de “menor tensão” e, conseqüentemente, mais propícios à geração de diálogo. Diante do ganho de relevância dos temas de *low politics* a partir do final da Guerra Fria, a cooperação internacional, em sua premissa básica de construir práticas conjuntamente, encontra terreno fértil para se expandir consideravelmente.

## 2.2 Modalidades de cooperação internacional

Segundo Sato (2010), a cooperação internacional permite a construção de práticas e instituições que dão estabilidade e segurança nas relações externas dos países. Por meio da abertura de espaços para cooperar, os Estados estão mais propensos a desenvolver relações amistosas e, conseqüentemente, tornam o ambiente internacional mais pacífico. Essas relações, no entanto, não ocorrem da mesma forma em todos os casos, mas sim adotam diversos modelos e estratégias que variam a depender dos objetivos das partes envolvidas e dos setores contemplados.

A princípio, a cooperação internacional assumiu como objetivo principal a promoção do crescimento econômico com estratégias de redução da pobreza (CORRÊA, 2021). Nessas relações, prevalecia a lógica da cooperação observada no pós Segunda Guerra, em que havia um doador – em geral, um país desenvolvido – e um receptor, em geral, um país em desenvolvimento. No entanto, conforme a agenda em cooperação internacional foi avançando e se tornando mais complexa, tais relações foram assumindo novas características, passando a abranger, por exemplo, iniciativas conjuntas entre países doadores e países em

desenvolvimento, além de iniciativas apenas entre países em desenvolvimento. Neste trabalho, serão abordados os principais modelos de cooperação até então existentes: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), Cooperação Sul-Sul (CSS) e Cooperação descentralizada.

### 2.2.1 *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*

Como um dos primeiros modelos de cooperação internacional, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) teve como marco o final da Segunda Guerra Mundial, contexto em que foram criados os mecanismos de transferência de recursos dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Essas relações eram baseadas na existência de doadores e receptores e, por esse motivo, foram denominadas relações verticais. Muitas críticas foram feitas quanto à assistência prestada, visto que apenas uma das partes estaria ativamente participando da cooperação, enquanto a outra estaria apenas sendo beneficiária dela – em vez de haver uma relação de parceria e melhor distribuição de papéis.

De acordo com Lopes (2005), partia-se do pressuposto de que “os países em desenvolvimento não possuíam habilidades essenciais, e que os estrangeiros poderiam preencher essas lacunas”, isto é, predominava a ideia de um suposto “atraso” e de um determinado nível de desenvolvimento que poderia ser alcançado a partir do recebimento da cooperação em suas mais variadas modalidades: técnica, financeira, econômica, cultural, educacional e científica.

Tratando dos recursos, Corrêa (2021) pontua que a cooperação também pode se tornar instrumento das políticas comerciais dos países que a financiam, podendo, inclusive, resultar na exploração predatória e na apropriação dos recursos naturais de países em desenvolvimento e na subjugação destes em relação àqueles. Mesmo no caso da implementação de grandes projetos que realmente visaram alcançar o desenvolvimento, Lopes (2005) ressalta que estes tampouco foram bem sucedidos, visto que a própria capacidade das instituições locais ainda é incapaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento. Isso se dá em virtude do fato de que pouco se deu atenção à construção de uma política sólida e eficaz a longo prazo (TOMAZINI, 2017) e focou-se mais na transferência de recursos e no objetivo final de “alcançar o desenvolvimento econômico”.

De acordo com o relatório Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul (MILANI *et al.*, 2013), a CID foi construída sobretudo por países industrializados, desenvolvidos e do Norte Global. No âmbito da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especificamente no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, apenas 28 países foram responsáveis pela formulação das regras da CID. Isso mostra que esse modelo, apesar de destinado aos países em desenvolvimento, concentrou poder nas mãos de uma minoria e não adotou um caráter de universalidade desde o seu princípio. Por essa razão, o relatório argumenta que até hoje não existe um grau avançado de formalização das regras; isto é, não há um regime institucionalizado e que seja aplicado a todos os Estados de forma padronizada.

Apesar disso, alguns autores defendem que essa dicotomia entre doadores e receptores é insuficiente para explicar a crescente complexidade que a CID vem assumindo nas últimas décadas (SOUZA, 2014). Como abordado anteriormente, o fim da Guerra Fria trouxe novas características à cooperação internacional, dentre elas, o multilateralismo e o reconhecimento de temas em *low politics*. De acordo com o relatório (MILANI *et al.*, 2013), naquele contexto havia muitas expectativas quanto ao papel das Nações Unidas e à expansão da democracia liberal. Esperava-se que a ajuda externa estivesse relacionada à globalização, à internacionalização dos mercados e à expansão de uma governança baseada nos princípios da democracia e dos direitos humanos. Isso fez com que, comparativamente ao período pós Segunda Guerra, a agenda da CID se ampliasse e, inclusive, aumentasse sua eficácia quanto às metas de desenvolvimento.

No caso do Brasil, o país tradicionalmente assumiu a posição de receptor da cooperação, passando a se tornar mais ativo apenas a partir dos anos 2000. A ausência de regras institucionalizadas da CID resultou em uma maior abertura para o Brasil traçar suas estratégias de cooperação. O relatório de Milani *et al.* (2013) aponta que o país se valeu de suas próprias particularidades ao cooperar, tendo como exemplo a mão de obra de servidores públicos e técnicos com experiência em âmbito doméstico e direcionada a setores específicos – tais como educação, saúde, cultura, dentre outros. Outra particularidade brasileira projetada para a CID foi a ênfase da cooperação com a América Latina e a África, com as quais, segundo os autores, se guarda “laços historicamente construídos de fundamental relevância para sua inserção internacional”.

Entende-se, portanto, que as relações na CID são mais complexas do que uma simples dicotomia entre doadores e receptores, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. É fato que a assimetria se fez presente em grande parte dessas relações, mas os próprios países foram assumindo diferentes papéis nas mais diversas modalidades de cooperação. Segundo Landau (2008), a tradicional distinção entre doadores e beneficiários tenderia a diminuir, visto

que a mutualidade de interesses aumentaria conforme uma agenda multilateralista era formulada.

Apesar de tais avanços, foi somente a partir da Declaração de Paris de 2005 que se formalizou o debate sobre a eficácia dos mecanismos de ajuda e foram reforçados aspectos de gestão na execução de projetos, bem como pontos de aprimoramento para alcançar os objetivos da CID. Dentre esses pontos, destacam-se o alinhamento entre doadores e receptores, a harmonização de ações e a corresponsabilização, que já se diferenciavam um pouco mais da lógica predominante da relação vertical (OECD, 2006). No entanto, bem antes da Declaração e da reformulação da CID, já vinha se expandindo desde as décadas de 1950 e 1960 um modelo de cooperação horizontal somente entre países em desenvolvimento: a Cooperação Sul-Sul.

### 2.2.2 *Cooperação Sul-Sul*

A Cooperação Sul-Sul (CSS) surgiu em decorrência do crescimento das nações em desenvolvimento em diversas áreas e da aproximação entre si em fóruns multilaterais. Embora neste contexto ainda não fosse utilizado formalmente o termo “Cooperação Sul-Sul”, a participação nesses fóruns favoreceu o surgimento de espaços de debate em que se buscava fortalecer a solidariedade entre os países (IBERO-AMERICAN PROGRAMME FOR THE STRENGTHENING OF SOUTH-SOUTH COOPERATION, 2014). O principal evento considerado ponto de partida para a CSS foi a Conferência de Bandung (1955), que reuniu 29 países asiáticos e africanos que reivindicavam a redução das diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e a autodeterminação dos povos, marcando assim o início da inserção em massa do Sul Global na política internacional.

No decorrer das décadas, tais aproximações desenvolveram a Cooperação Sul-Sul como um modelo de cooperação único, inicialmente no espírito do apoio mútuo entre as partes, e depois também passando a identificar valores, necessidades e capacidades semelhantes entre si e que pudessem ser usados a favor de ambos como meio de alcançar o desenvolvimento nos âmbitos regional e internacional. Para Pino (2009), a CSS fornece melhores orientações sobre o uso eficiente da cooperação, visto que visa integrar países em desenvolvimento que têm muito em comum, o que difere da CID, em que há uma diferença nos papéis desempenhados.

O desenvolvimento da Agenda de Cooperação Sul-Sul foi o que mais buscou atentar-se às particularidades dos países em desenvolvimento e pensar em alternativas de crescimento que gerassem estratégias eficazes de combate à pobreza e o compartilhamento mútuo de recursos. Dentre os benefícios destacados por Pino (2009) em comparação à CID, destacam-se a

existência de consenso na elaboração conjunta dos projetos e a criação de mais oportunidades de aprendizagem devido à sua horizontalidade.

O relatório de Milani *et al.* (2013) também aponta que a CSS afetou consideravelmente a reforma da governança global, como é o caso do Banco Mundial, FMI e OMC. Além disso, promoveu maior integração regional entre países com interesses em comum, que resultou na formação de alianças regionais e coalizões inter-regionais, como é o caso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o próprio grupo dos BRICS composto pelos então países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Especificamente tratando do Brasil, além de o país ter se projetado regional e internacionalmente a partir da formação das alianças, internamente houve muitos ganhos em Cooperação Técnica (CT). O Ministério de Relações Exteriores define que a CT é uma modalidade de cooperação que promove o “intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes”, podendo atuar por meio do intercâmbio de métodos, abordagens, experiências e estratégias entre os países cooperantes, ações de fortalecimento organizacional, identificação e celebração de parcerias locais e externas, dentre outros (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013). Trata-se de um modelo de cooperação alternativo às relações assimétricas observadas na CID, e que é fundamental para o fortalecimento das relações internacionais entre os países do Sul Global.

Apesar disso e dos mais de 200 eventos da Agenda de Cooperação Sul-Sul nos últimos 70 anos, de acordo com Corrêa (2021), foi somente a partir da década de 1980 que a Cooperação Sul-Sul passou a ter iniciativas resultantes de planejamento e conduzidas em bases regulares. Anteriormente a isso, os diálogos eram em si bastante produtivos, mas ainda se encontravam em um cenário de ações muito pontuais. Considerando que a CSS ainda não era um conceito formalmente utilizado e o sistema de registro de eventos não era tão eficiente, muitas das relações construídas dentro e fora dos fóruns não foram registradas.

Foi somente na Primeira Cúpula do Sul (2000) que a Cooperação Sul-Sul foi definida formalmente como um instrumento de desenvolvimento (IBERO-AMERICAN PROGRAMME FOR THE STRENGTHENING OF SOUTH-SOUTH COOPERATION, 2014), adentrando mais ainda em um processo que Corrêa denomina como “sem volta” na inserção internacional de ordem política e econômica dos países em desenvolvimento.

No entanto, para o autor, a CSS por si só não é capaz de dar conta de todas as demandas dos países do Sul Global, de modo que passa a ser necessário considerar outros mecanismos de intercâmbio que mobilizem um número cada vez maior de instituições nacionais para atuarem

no exterior em nome do governo (CORRÊA, 2021). Tais instituições, por serem atores não-centrais das relações internacionais, constituem a chamada cooperação descentralizada: uma iniciativa conhecida por envolver atores públicos subnacionais, organizações da sociedade civil e do setor produtivo, em vez dos governos centrais dos países. Suas ações ocorrem de maneira autônoma, sem estar necessariamente vinculadas às pautas definidas por um Estado e, embora não tenham as mesmas prerrogativas jurídicas que os governos têm, vêm ganhando grande importância para o estudo da cooperação entre os países do Sul Global.

### 2.2.3 *Cooperação descentralizada*

Assim como a Cooperação Sul-Sul, a cooperação descentralizada foi resultado de uma série de transformações no cenário internacional. No caso da CSS, as transformações estiveram muito relacionadas à aproximação dos países em desenvolvimento em fóruns multilaterais a partir das décadas de 1950 e 1960. Já no caso da cooperação descentralizada, seu surgimento tem como marco principal o fenômeno da globalização e a diversificação de atores das relações internacionais. Para Vaz (1999), nesse contexto, os Estados deixavam de ser atores unitários para dar lugar ao surgimento de diversos atores não-estatais que, para o autor, são “capazes de operar transnacionalmente e movidos por interesses frequentemente distintos dos Estados, mas que representam para estes interlocutores e parceiros cada vez mais importantes em vários campos”.

Assim, com o ganho de expressividade dos novos atores – dentre eles os governos subnacionais – se tornou mais viável se aproximar das realidades locais, identificar suas demandas e levá-las diante de pautas internacionais. Para Calvento (2014), os espaços territoriais desenvolveram alternativas voltadas à valorização de suas localidades como forma de se beneficiarem do contexto de internacionalização, de modo que passaram a poder gerir suas instituições, ao passo em que desenvolviam políticas públicas que fortalecessem vínculos nacionais e internacionais dos territórios.

Nesse cenário, desponta a cooperação descentralizada, um modelo cuja formação é fundamentalmente marcada pela globalização, pelas novas dinâmicas de cooperação internacional e pelas novas configurações do desenvolvimento das localidades (DESSOTTI, 2009). Os arranjos de integração regional aqui tratados, que já vinham desde as movimentações de Cooperação Sul-Sul das décadas de 1960 e 1970, se intensificaram com a percepção de que o âmbito local também poderia moldar as relações internacionais. Os processos de autoidentificação entre entidades territoriais descentralizadas e a constatação de que o Estado

não seria mais um ator unitário favoreceram a percepção de demandas em comum que poderiam ser alcançadas por meio da projeção local perante o meio internacional.

Assim, a cooperação descentralizada pode ser entendida como uma iniciativa de cooperação que busca estabelecer relações entre entidades subnacionais que atuam na definição de estratégias e políticas internacionais. De maneira similar à CSS, também tem como característica a identificação e a convergência de interesses entre os atores, sobretudo por buscar estabelecer relações horizontais entre as partes e ter como um de seus principais objetivos o benefício mútuo (DESSOTTI, 2009). Para além disso, é capaz de oferecer os conhecimentos e mecanismos para atuar diretamente das instituições locais, sem que para isso necessariamente precise da aprovação dos governos centrais. Tal aspecto garante a autonomia dos atores não-centrais e menor burocratização de suas ações.

Ademais, de acordo com Castells (1988), a cooperação descentralizada tem como característica a proximidade entre governo e cidadãos a nível local, o que permite um controle social transparente e uma participação política da população que leve em consideração seus interesses e pontos de vista sobre o desenvolvimento. Essa proximidade se deve ao fato de que os governos locais podem estabelecer uma relação mais direcionada com seus cidadãos, e a partir dessa aproximação podem estar em contato com demandas mais focalizadas e posteriormente melhor representá-las internacionalmente.

Castells também chama atenção para o funcionamento do “Estado-rede”, que ele define como um “Estado caracterizado pelo compartilhamento de autoridade por meio de uma rede de instituições” (CASTELLS, 1998). Para o autor, os governos locais e regionais têm ainda menos recursos para controlar os fluxos globais em comparação aos governos nacionais – que por si só também já não são capazes de exercer esse controle. Considerando essas limitações e o movimento de descentralização das instituições estatais que o mundo vem experienciando a partir da globalização, passam a ser desenvolvidas estratégias de intervenção coordenada entre diferentes níveis de Estado. Essa coordenação se dá por meio de uma rede interinstitucional mantida pelas tecnologias de informação e comunicação que permitem com que as instituições possam se articular entre si.

Ainda que as mudanças das últimas décadas façam surgir novos conceitos, ao abordar o Estado-rede, Castells ressalta que o Estado-nação não é eliminado, mas sim redefinido e inserido em uma dinâmica mais complexa. Corrêa (2021) também aponta para uma certa interdependência dos atores subnacionais em relação aos governos centrais, em que estes não precisariam definir uma regulamentação própria para àqueles, mas poderiam estabelecer redes de troca de informações ou instâncias de coordenação para definir procedimentos em comum,

viabilizar fluxos de informação e prestar orientações. Tais ações também estão inseridas na lógica de que os governos centrais e não-centrais podem atuar conjuntamente em rede, sem que para isso as entidades descentralizadas percam sua autonomia.

Romero (2005) e Dalmases e Coll (2013) também valorizam a atuação estatal na cooperação descentralizada ao definirem-na como uma forma de cooperação que busca estimular as capacidades dos atores de base territorial sob a liderança das autoridades locais, isto é, do Estado, ainda que a nível menor. Segundo os dois últimos autores, as iniciativas de cooperação descentralizada refletem o compromisso e a responsabilidade coletiva da vasta rede de governos na busca de superar os problemas locais; mas, ainda assim, as ações executadas devem partir de comunidades autônomas e entidades locais.

Dessa maneira, nota-se que as novas mudanças não eliminaram o papel do Estado. O que ocorre é que os avanços na agenda de integração regional – que já vinham acontecendo por meio da Cooperação Sul-Sul no âmbito estatal – somaram-se à globalização, ao encurtamento de distâncias e à percepção de que as cidades poderiam desenvolver a cooperação internacional, assim dando abertura para a participação de outros atores (BATISTA *et al.*, 2008). Nessa nova dinâmica, de acordo com Dessotti (2009), as entidades territoriais descentralizadas devem ser consideradas agentes centrais na tomada de decisões, executando e interferindo em todo o ciclo do projeto desenvolvido. Há situações em que os Estados centrais e os organismos internacionais podem atuar na qualidade de colaboradores da cooperação, mas há também situações em que as próprias entidades contam com programas e orçamentos próprios, em algumas vezes incorporando o cofinanciamento.

A cooperação descentralizada tem muitas características em comum com a Cooperação Sul-Sul. Primeiramente, há o fato de ambas buscarem abandonar relações verticais para estabelecer relações horizontais, que são mais facilmente desenvolvidas em razão da identificação entre os atores (DESSOTTI, 2009) e agregam a todos os sujeitos ativos dos territórios envolvidos (RHI-SAUSI; CONATO, 2008). Em segundo lugar, o caráter das ações projetadas é pautado nos princípios de reciprocidade e ganhos mútuos, diferentemente das iniciativas que envolvem a transferência de recursos entre doadores e receptores. Por fim, os objetivos de ambas cooperações não se limitam às medidas gerais de combate à pobreza, mas buscam desenvolver estratégias mais eficazes e duradouras e que considerem as especificidades de cada uma das partes.

Dentre os pontos que diferenciam a cooperação descentralizada da Cooperação Sul-Sul, destaca-se o âmbito institucional e a multidimensionalidade. A CSS se dá entre entidades centrais, sobretudo Estados-nação e, ainda que seja fruto de uma série de mudanças no cenário

internacional, seus objetivos residem na cooperação entre países em desenvolvimento, enquanto que a cooperação descentralizada possui uma gama de agentes institucionais. Além disso, embora envolva diversos âmbitos do desenvolvimento, a CSS focaliza a priori na cooperação técnica, nos benefícios econômicos e no fortalecimento político. No caso da cooperação descentralizada, objetivos assim são adotados – a nível local – mas as atividades executadas são marcadas pela multidimensionalidade, isto é, abrangem uma série de esferas do desenvolvimento, como as trocas de saberes e culturas, a responsabilidade ambiental e o enriquecimento do capital social (RHI-SAUSI; CONATO, 2008).

Tais atividades são fomentadas por meio de convênios, relações de irmanamento, intercâmbios, criação de redes, dentre outros (DESSOTTI, 2009), que podem ou não ser estabelecidos diretamente pelas entidades territoriais não-centrais. No caso da cooperação descentralizada desempenhada por instituições de ensino e pesquisa, observa-se que há certa autonomia de definição de estratégias, assim como de celebração de acordos e convênios internacionais com instituições parceiras, de modo que não é obrigatoriamente necessária autorização da parte dos governos centrais. Com isso, nota-se que as instituições de ensino superior estão cada vez mais protagonizando as relações internacionais, sendo atores fundamentais para o intercâmbio de conhecimento através das fronteiras, para a integração entre os países e para o fortalecimento da missão central das universidades: criar espaços que dão luz às trocas de saberes e aos avanços científicos e tecnológicos que moldam o mundo.

### 2.3 **Cooperação internacional universitária**

Segundo Stallivieri (2002), o processo mais recente de internacionalização das universidades tem como marco a globalização. De maneira geral, a relação entre este fenômeno e o surgimento de novos atores se aplica à maioria das entidades de cooperação descentralizada e, no caso das instituições de ensino e pesquisa não é diferente: além de ganharem relevância enquanto atores não-centrais, tiveram sua missão ampliada, passando a integrar internacionalmente os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que anteriormente estavam mais voltados para o desenvolvimento interno das instituições.

As primeiras universidades – enquanto comunidades autônomas de mestres e alunos para assegurar o ensino superior – surgiram na Europa Ocidental no início do século XIII. Nesse contexto, as populações universitárias já tinham certa mobilidade para atravessar as fronteiras e promover o intercâmbio de conhecimento, uma vez que até então nenhuma fronteira se

opunha à circulação de pessoas ou à validade universal dos diplomas (CHARLE; VERGER, 1996). Para alguns autores, as universidades são internacionalizadas por natureza, dado que seu surgimento, no contexto da formação das primeiras escolas europeias durante a Idade Média, foi motivado justamente pelo compartilhamento do conhecimento entre professores e estudantes de diferentes países (PESSINO, 2021)

Para Chermann (1999), a cooperação internacional no seio das instituições de ensino superior é desenvolvida há muito tempo, seja por meio de ações esporádicas ou por meio do contato entre pesquisadores de diferentes instituições do mundo. Em muitos casos, as iniciativas de cooperação eram independentes da gestão superior das universidades, sem que houvesse apoio institucionalizado nesses contatos. Ainda assim, o fato é que a cooperação em seus variados níveis gerou a transferência de conhecimento através das fronteiras e contribuiu para o desenvolvimento das sociedades ao longo dos séculos.

De acordo com Pessino (2021), foi mais precisamente no século XX que a internacionalização universitária se intensificou, tanto em razão do deslocamento dos eixos de poder mencionado anteriormente, quanto devido às novas exigências do mercado de trabalho e ao aumento no fluxo de informações, que fizeram com que as instituições de ensino e pesquisa tivessem novos desafios, assim como novos objetivos e, portanto, precisassem se reinventar.

Morosini (2006) destaca que a globalização passou a exigir que os estudantes internacionais estivessem mais preparados para lidar com a complexidade das demandas que estavam surgindo. Intensificação de fluxos comerciais, trocas culturais, movimentações sociais, formação de blocos econômicos e regionalização são alguns exemplos dessas novas demandas que tão rápido têm surgido, tão logo precisam de atenção qualificada. Assim, passou a ser cada vez mais necessário que professores, gestores, estudantes e profissionais das mais variadas áreas buscassem qualificação internacional por meio de conhecimento em idiomas estrangeiros, programas de intercâmbio estudantil, relações com corporações do exterior, internacionalização do currículo, dentre outros.

No entanto, para além de terem de corresponder às novas dinâmicas, as universidades são a própria mudança em si. Stallivieri (2002), ressalta que esses atores são espaços geradores de conhecimento e que, por sua natureza inovativa, contribuem para as transformações tecnológicas, para a evolução da comunicação e para a velocidade com que circulam as informações. Logo, percebe-se que muito mais do que entidades que se adequam às mudanças, as universidades são agentes que ativamente moldam as relações internacionais.

Segundo Chermann (1999), as universidades têm o importante papel de “construir uma sociedade preparada e consciente de sua potencialidade e de sua herança cultural”. Além disso,

a partir dos resultados obtidos com as iniciativas de cooperação internacional, disponibilizam ao mundo o acesso ao pensamento científico, cultural e tecnológico de diferentes civilizações, assumindo, assim, não tão somente o papel de beneficiárias da cooperação, mas de agentes dos frutos desta a nível internacional.

O aceleração nas trocas de saberes e culturas faz com que as populações tenham acesso mais rápido a tudo que se passa nos mais variados lugares do mundo, assim como também passem a se mobilizar para gerar respostas. E as instituições de ensino superior, enquanto entidades territoriais descentralizadas, criam novas dinâmicas e também abrigam espaços para a construção de conhecimentos em resposta às mudanças, dando voz ao protagonismo da sociedade civil. Stallivieri (2002) pontua que a mobilidade de estudantes, professores e gestores “intensifica os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal”. Se fortalecidas com base em relações recíprocas de cooperação horizontal, essas redes podem gerar saberes construídos coletivamente e com base na interculturalidade – aspecto fundamental para esta pesquisa.

A troca de experiências foi um dos meios iniciais para estabelecer a Cooperação Sul-Sul entre países em desenvolvimento (IBERO-AMERICAN PROGRAMME FOR THE STRENGTHENING OF SOUTH-SOUTH COOPERATION, 2014), cujo contexto também abrigou o intercâmbio de culturas e saberes. Como destacado anteriormente, a própria lógica de trocas mútuas e de respeito às particularidades de cada país é um aspecto marcante da CSS, mas ainda há certo distanciamento em razão de as partes envolvidas serem atores centrais e de não priorizarem necessariamente a agenda cultural. Por outro lado, na cooperação descentralizada, essas relações são mais potencializadas devido ao fato de ocorrerem por meio de uma cooperação direta entre atores não-centrais, os quais podem dialogar mais facilmente entre si.

No caso da educação, as trocas culturais podem ser feitas por intermédio de práticas educativas interculturais que envolvam diferentes culturas e permitam com que os sujeitos agreguem uns aos outros suas percepções do conhecimento, ao passo em que o constroem ativamente e coletivamente. De acordo com Soraya Pessino (2021), a interculturalidade é primordial para o bom desempenho da internacionalização universitária, visto que sugere a convivência entre diferentes culturas sem que uma delas se sobreponha à outra ou seja apagada ou modificada. A cooperação internacional universitária é um mecanismo de promoção dessas trocas que pode formalizar a relação entre duas ou mais instituições.

Para Chermann (1999), a cooperação internacional consiste na “transferência e utilização do conhecimento com métodos capazes de criar novos conhecimentos”. Por esse

motivo, de acordo com a autora, seu cerne está em unir os interesses das sociedades em prol de relações educativas, científicas e culturais. Os autores Santos e Almeida Filho (200) também apontam que o sistema de múltiplas culturas no seio da universidade é “o que melhor traduz a cosmologia complexa das sociedades contemporâneas”.

Nesse âmbito, a cultura e o respeito à diversidade são elementos-chave para a aproximação entre os povos e, conseqüentemente, alcançar o objetivo de estabelecer a intercomunicação das comunidades acadêmicas. Nesse sentido, Chermann também ressalta:

A universidade, além de deter o capital técnico e cognitivo da cultura, é fórum de debates, produtora e difusora de conhecimentos e pode contribuir com ações para a formação dessa nova sociedade de interação, preparando-a para a compreensão da diversidade cultural, das novas formas de ver o mundo e da consciência de patrimônio cultural próprio (CHERMANN, 1999, p. 78).

A nível de integração regional, Stallivieri (2013) ressalta que a aproximação de interesses culturais e o investimento em educação são necessários para sustentar a formação de blocos geopoliticamente reunidos, visto que encurtam distâncias entre povos e favorecem o estabelecimento de parcerias baseadas em crescimento mútuo. A nível individual, as interações culturais permitem o compartilhamento de diferentes compreensões individuais das realidades, propiciando a integração entre lógicas e maneiras de se interpretar os fenômenos observados e, assim, encorajando a produção de novos olhares (PESSINO, 2021).

Chermann (1999) defende que a universidade inserida no processo de integração regional e mundial contribui para a formação de uma “entidade cultural dotada de uma visão regional”, isto é, a aproximação entre instituições de ensino superior com interesses em comum as conduz a uma consciência cultural que valoriza sua produção de conhecimento e sua diversidade cultural, bem como sua atuação enquanto agente das relações internacionais. Neste cenário, o fenômeno da regionalização latino-americana, marcada pela aproximação entre os espaços, assume uma relação direta com a cooperação internacional universitária.

### 2.3.1 *Cooperação entre instituições de ensino superior da América Latina*

De acordo com o *Higher education global data report* (tradução nossa) – em português, Relatório de dados globais do ensino superior – da UNESCO (2022), mais de 235 milhões de estudantes do ensino superior estavam matriculados ao redor do mundo em 2020. Isso representa mais do que o dobro dos números do ano de 2000, quando havia 100 milhões de alunos matriculados. No caso dos estudantes em mobilidade internacional, o relatório aponta que a quantidade de estudantes triplicou de 2000 a 2019, de dois para seis milhões. O aumento se deu em todas as regiões do mundo, embora de forma desigual: no caso da América Latina e

Caribe, a região representava apenas 6,4% do total dos estudantes em mobilidade internacional e 4,0% do total de estudantes internacionais recebidos pela região.

A internacionalização universitária na América Latina iniciou nos anos 1950, com a ida de estudantes da elite a países estrangeiros, sobretudo europeus. Contudo, foi somente a partir dos anos 1980 e 1990 que surgiram as primeiras iniciativas de intercâmbio acadêmico por organismos internacionais. Um dos exemplos de cooperação a nível de bloco foi a criação, em 1991, do Programa de Desenvolvimento do Setor Educacional do Mercosul, um espaço de coordenação das políticas educacionais que reúne países membros e associados ao bloco e objetiva criar políticas regionais educacionais, bem como “instalar a internacionalização da universidade como questão prioritária para governos, instituições e atores universitários” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Apesar de tal iniciativa consistir em um programa supranacional, a maioria das ações em matéria de cooperação internacional universitária adotadas por países do Mercosul e, de maneira mais abrangente, da América Latina, são definidas por seus próprios governos. Quanto à criação de modelos de internacionalização propriamente ditos, Arana *et al.* (2021) demonstram – a partir de uma revisão sistemática de artigos científicos relacionados à internacionalização da educação superior latino-americana – que na América Latina ainda não há modelos de internacionalização definidos a partir de ações supranacionais. O que ocorre é que cada país fica responsável por estabelecer sua política de internacionalização e, a partir dela, estabelece a cooperação com os demais países da região.

Como demonstrado no relatório da UNESCO, a cooperação internacional universitária vem crescendo vertiginosamente em todas as regiões do mundo. Na região da América Latina, as relações entre os países são fortemente marcadas pela horizontalidade, em que se busca promover a diversificação de ideias, abordagens e métodos de cooperação, bem como o respeito à soberania das partes envolvidas (PINO, 2009). Na ausência de uma política de internacionalização única para todos, há mais espaço para a manifestação das particularidades de cada Estado, bem como maior autonomia das universidades em relação às políticas de governo de seu país.

No caso do Brasil, há uma série de instrumentos normativos que regulam o ensino superior e a cooperação internacional universitária. Na Constituição brasileira, especifica-se no artigo 207 que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, isto é, as estratégias de desenvolvimento institucional devem estar amparadas na integração destes três aspectos – também conhecidos por “tripé acadêmico”

(BRASIL, 1988). Haja vista que a internacionalização universitária é uma estratégia de desenvolvimento, seu planejamento também deve abranger o tripé acadêmico.

O Ministério das Relações Exteriores, órgão do governo federal responsável pelas relações do Brasil com outros Estados, define que a cooperação na educação é um instrumento político de aproximação entre os países, que contribui para a projeção internacional do Brasil e para a formação de um ambiente de integração (BRASIL, 2022). Por meio da Divisão de Temas Educacionais, o Ministério é responsável por tratar, a nível de política externa, da cooperação educacional oferecida e recebida pelo Brasil.

Além disso, de acordo com a estratégia 12.12. do Plano Nacional de Educação (2014-2024), deve-se “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (BRASIL, 2014). Consolidar essas ações, para Pessino (2021), implica envolver as instituições de ensino superior como um todo e definir estratégias com base nos interesses nacionais do país e no cenário global. A mobilização das instituições deve partir sobretudo da existência de vontade política e da busca de oportunidades e recursos para que a cooperação internacional seja executada (STALLIVIERI, 2002).

Além das iniciativas governamentais, boa parte das ações de cooperação internacional universitária advém das próprias instituições de ensino superior – sejam elas públicas ou privadas – que, enquanto atores de cooperação descentralizada, possuem autonomia para formular suas próprias políticas de internacionalização, independente do Estado. É fato que as estratégias adotadas devem acompanhar os interesses nacionais e o cenário global (PESSINO, 2021), contudo, as universidades com frequência elaboram seus planos de desenvolvimento interno e adotam medidas com base em suas diretrizes.

Stallivieri (2002) destaca:

Para a definição de estratégias, cada universidade procura observar o princípio de sua autonomia, definindo individualmente as suas necessidades de acordo com objetivos consensuais ao plano de metas da instituição. As estratégias, geralmente, emanam dos níveis superiores, conselhos diretores, reitorias, enfim, do corpo diretivo das instituições, podendo ser centralizadas ou podendo contar com a participação de outras instâncias institucionais ou unidades acadêmicas, como os escritórios de assuntos internacionais, estruturalmente constituídos em algumas universidades (STALLIVIERI, 2002, p. 26).

Na cooperação internacional entre universidades latino-americanas, o fator de autonomia também se faz presente em razão da adoção dos princípios da Cooperação Sul-Sul

por meio do estabelecimento de relações horizontais entre universidades de países do Sul Global. Segundo Rhi-Sausi e Conato (2008), a cooperação descentralizada na América Latina é concebida como uma interação de reciprocidade e corresponsabilidade entre entidades que partilham um objetivo comum. Nessas relações, há grande valorização das políticas internas de cada universidade, o que contribui para que não haja sobreposição de interesses e, por conseguinte, haja ganhos mútuos efetivos.

Para Chermann (1999), em muitas iniciativas, como é o caso das redes latino-americanas, as universidades estabelecem projetos conjuntos com o objetivo de, por meio do conhecimento, diminuir as diferenças que separam os países e neutralizar as disparidades. Tais ações fortalecem as relações internacionais não somente nas universidades, mas também a nível de política externa, conferindo estabilidade e segurança nas relações entre os Estados.

Dessa maneira, nota-se que a cooperação internacional latino-americana entre instituições de ensino superior é de fundamental importância para os estudos de cooperação internacional no campo das Relações Internacionais, à medida em que visa soluções para questões globais por intermédio da negociação, da reciprocidade e da valorização dos aspectos locais de cada país. Além disso, a atuação da universidade enquanto agente de cooperação descentralizada impacta no fenômeno regionalização e, por conseguinte, no movimento dos países no cenário internacional.

Assim como a globalização, a regionalização tem como marco os processos de reestruturação da economia mundial e de inovação tecnológica. No entanto, enquanto a globalização se refere à integração dos mercados em escala mundial, a regionalização, por sua vez, decorre da necessidade de integração entre determinado grupo de países para promover o desenvolvimento destes e, de certo modo, fortalecê-los diante das forças econômicas internacionais (AMORIM; PIMENTEL, 1993).

Como abordado na primeira seção deste capítulo, o avanço da integração internacional no marco da globalização gerou uma série de mudanças na cooperação internacional, fazendo com que a agenda diplomática incluísse com frequência as muitas dimensões da cooperação internacional (SATO, 2010). Foi nesse contexto que também se acelerou o movimento de regionalização por meio da integração regional de diversos países, reestruturando organismos multilaterais já existentes, bem como potencializando novas formas de governança global, como é o caso da formação de blocos econômicos.

A regionalização é notada primeiramente no continente europeu no pós Segunda Guerra, em que países europeus tomaram a iniciativa de se aproximar com o objetivo de evitar o ressurgimento das desavenças que haviam levado à guerra, assim como diminuir a

dependência política e econômica em relação aos Estados Unidos. Como fruto dessa integração, seis países formaram, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que mais tarde daria origem à União Europeia. Nesse contexto, foram adotados uma série de acordos, sendo a maior parte deles econômicos (SENHORAS, 2015).

A regionalização segundo uma de suas primeiras abordagens, proposta por Balassa (1961), é voltada à aproximação comercial entre os países e à definição de estágios de integração econômica. Outras abordagens já focalizam na questão política, buscando analisar a transferência de poder do Estado soberano único para os arranjos supranacionais. Outras, mais voltadas ao fenômeno no Sul Global, buscam explicar o regionalismo, que, de acordo com Malamud (2007), possui caráter multidimensional, sendo difícil separar suas dimensões econômica e política.

No caso da América Latina, a regionalização se deu a partir da percepção dos países latino-americanos de que havia trocas desiguais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e, portanto, seria necessário buscar fortalecer-se entre si a fim de encarar o cenário internacional de constante globalização. De acordo com Senhoras (2015), as novas iniciativas regionais não se restringiam apenas às relações econômicas, mas também “representaram uma tentativa de aprofundar acordos de cooperação e integração política e social”. Nas negociações comerciais, buscou-se adotar o regionalismo aberto cepalino, mantendo tanto as negociações regionais quanto as multilaterais.

É então a partir dos anos 1990 que os estudos em regionalização latino-americana ganham força, sobretudo considerando que nesta década houve a criação do Mercosul e o fortalecimento da Comunidade Andina. Por meio desses arranjos, os países signatários buscaram se desenvolver economicamente, minimizar custos, facilitar o trânsito de pessoas, assim como se fortalecer política e culturalmente.

Na visão de Hurrell (1995), a regionalização é o processo marcado pelo crescimento da integração da sociedade, pelo aumento nos fluxos de circulação de pessoas e pelo desenvolvimento de múltiplos canais de comunicação. Segundo o autor, esses processos não estão, necessariamente, atrelados à figura do Estado, sendo muitas vezes, completamente autônomos e conduzidos sem qualquer institucionalização. Para Senhoras (2015), trata-se de um fenômeno que “envolve o movimento de países em direção a uma maior integração mútua, por meio de acordos e negociações institucionais formais e informais presentes em um bloco regional”, havendo, assim, certo grau de institucionalização.

O fato é que regionalização não é um fenômeno associado unicamente à figura do Estado e tampouco restrito à esfera econômica. O processo de integração para além das

fronteiras é em grande medida resultado das movimentações da sociedade civil organizada enquanto ator não-central das relações internacionais. Além disso, os aspectos culturais, políticos e educacionais como fatores de aproximação entre as nações são resultado de uma diversificação de temas na agenda das relações internacionais e da urgência de estabelecer práticas de cooperação internacional sob bases recíprocas.

Segundo Haas (2004), o fenômeno da integração entre os países não deve ser visto como uma condição, mas como um processo, cujas motivações partem da necessidade de resolver problemas comuns por meio da cooperação. Como já mencionado neste capítulo, o conceito de cooperação parte da ideia de agir de forma conjunta e buscar soluções satisfatórias para as partes, isto é, representa o oposto de unilateralismo (SATO, 2010).

Nesse cenário, a aproximação entre os países do Sul Global como consequência do crescimento dos países em desenvolvimento acelerou o movimento de regionalização na América Latina (MOREIRA, 2010). Uma das consequências desses eventos foi a formação de blocos econômicos – a exemplo do Mercosul – e a manifestação de atores regionais, como é o caso das instituições de ensino superior. A regionalização aproximou universidades com interesses e objetivos em comum que, com base em relações horizontais, poderiam constituir um modelo de cooperação que abandonasse a lógica da transferência de recursos e da sobreposição de determinados atores sobre outros.

Nesse sentido, a relação entre cooperação internacional universitária e regionalização é fundamental para o campo das Relações Internacionais. Em um cenário globalizado e com dinâmicas cada vez mais complexas, é imperativo analisar o comportamento das instituições de ensino superior latino-americanas inseridas no contexto da integração regional. Sua atuação é fundamental para a internacionalização do conhecimento e para o fortalecimento de localidades e, conforme destaca Stallivieri (2002), é por meio delas que se assegura “a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido”.

### 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

#### 3.1 Classificação da pesquisa

Considerando que o objeto é novo para a Universidade do Estado do Pará, a pesquisa tem finalidade aplicada, pois busca gerar conhecimento para a aplicação prática. Ademais, tendo em vista que a internacionalização da Universidade do Estado do Pará é recente, sobretudo tratando da relação com instituições de ensino superior de países latino-americanos, a presente pesquisa é classificada como exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema. Segundo os autores Farias Filho e Arruda Filho (2013), a pesquisa exploratória caracteriza-se por ser uma primeira aproximação com o tema-problema-objeto, de modo a estabelecer os primeiros contatos com o fenômeno que se deseja estudar e, assim, formular hipóteses – o que se busca nesta pesquisa.

Além disso, a importância desse tipo de estudo reside no fato de que ele é realizado quando se pretende explorar algo novo ou desconhecido, e isso permite a identificação de conceitos ou variáveis promissoras, o estabelecimento de prioridades para pesquisas futuras, e mesmo a sugestão de afirmações e postulados (SAMPIERI *et al.*, 2013). No caso do presente estudo, busca-se aproximação com um problema ainda inexplorado pelos pesquisadores do campo das Relações Internacionais e que tem muito a agregar a futuras pesquisas acerca da cooperação internacional da Universidade do Estado do Pará, bem como ao tema da cooperação internacional latino-americana no ensino superior.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa é classificada como dedutiva, visto que parte de uma análise geral acerca da cooperação internacional entre instituições de ensino superior de países latino-americanos para a análise do caso específico da internacionalização da Universidade do Estado do Pará. Conforme afirmam Marconi e Lakatos (2003), esse tipo de raciocínio tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas, de modo que, partindo de razões verdadeiras, visa chegar a sínteses ou conclusões mais particulares.

Acerca da classificação quanto aos setores do conhecimento, é classificada como interdisciplinar, visto que está baseada nas teorias de cooperação internacional ancoradas em disciplinas como Relações Internacionais, Educação e Ciência Política, representando, assim, uma relação de integração entre as partes constituintes de mais de uma disciplina acadêmica (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

Ademais, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, visto que envolve uma análise intersubjetiva da cooperação internacional da Universidade do Estado do Pará. De acordo com

Farias Filho e Arruda Filho (2013), os dados qualitativos são mais descritivos e detalhados e partem de uma visão em que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o pesquisador que não pode ser traduzida em números. Também para Richardson (2012), a abordagem qualitativa é uma forma mais adequada para buscar compreender a natureza de um fenômeno social. Esses fenômenos são, em geral, mais complexos, e a pesquisa qualitativa permite descrever tal complexidade, ao passo em que analisa a interação de certas variáveis e compreende processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Acerca da procedência dos dados, os dados utilizados nesta pesquisa são primários e secundários. Os dados primários correspondem àqueles que são coletados pelo pesquisador pela primeira vez, em sua forma original, como é o caso de entrevistas, questionários e documentos originais, enquanto os dados secundários são oriundos de material já analisado por outros pesquisadores, como é o caso de relatórios, livros e artigos (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

No caso desta pesquisa, teve-se como base os dados primários obtidos nas entrevistas com os funcionários da Coordenadoria de Relações Internacionais da UEPA. Como dados secundários, utilizou-se relatórios, livros e artigos sobre teorias de cooperação internacional que embasam a análise do caso escolhido. Além disso, foram analisados os dados de questionários previamente enviados pela UEPA aos alunos da universidade que foram participantes de experiências de internacionalização em instituições de ensino superior latino-americanas.

O procedimento técnico utilizado para levantar os dados da pesquisa é o estudo de caso. De acordo com Yin (2001), essa estratégia parte do desejo de compreender fenômenos sociais complexos e consiste em estudar de maneira aprofundada um objeto, a fim de buscar o seu amplo e detalhado conhecimento. Martins e Theóphilo (2007) também pontuam que esses fenômenos necessitam de um maior nível de detalhamento das relações dentro das organizações, bem como dos relacionamentos que estabelecem com o meio ambiente em que estão inseridos, motivo pelo qual a estratégia de pesquisa de estudo de caso pede uma avaliação qualitativa.

Sendo aplicado a esta pesquisa, tal procedimento permite se aprofundar no objeto de estudo em questão; neste caso, permite analisar especificamente as capacidades institucionais da Universidade do Estado do Pará no que tange à cooperação internacional com instituições de ensino superior latino-americanas, viabilizando a investigação de seus avanços e desafios.

### 3.2 Levantamento de dados

De acordo com Yin (2002), o estudo de caso permite lidar com uma ampla variedade de fontes de evidências. Dessa forma, como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se neste estudo três fontes: revisão de literatura, entrevistas e questionário.

Na revisão de literatura, a fim de reunir referências para o caso escolhido, foram coletados dados secundários nas bases teórico-conceituais existentes, a partir de levantamento bibliográfico de relatórios, livros e artigos.

Na etapa de entrevistas, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com os funcionários da Coordenadoria de Relações Internacionais (CREIN) da UEPA, setor responsável pela cooperação internacional latino-americana e pela internacionalização da instituição de maneira geral. Os entrevistados foram convidados via e-mail e foram informados dos objetivos e finalidades da pesquisa. Além disso, também receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atestando ciência de sua participação voluntária e autorizando a divulgação das informações fornecidas.

O primeiro entrevistado foi o Dr. João Colares, Coordenador de Relações Internacionais de junho de 2021 até o presente momento. A entrevista ocorreu no dia 03 de janeiro de 2023, em formato online, por meio da plataforma Google Meet, e durou aproximadamente 50 minutos.

Para tal, foi elaborado um roteiro de dez perguntas:

Pergunta 1: A UEPA segue uma política de internacionalização previamente definida, seja pelo Governo Federal, Governo do Estado? Ou formula sua própria política internamente? Discorra sobre isso.

Pergunta 2: Há uma política de internacionalização da UEPA especificamente voltada às relações com Instituições de Ensino (IES) latino-americanas? Se não, por quê? Se sim, desde quando?

Pergunta 3: A América Latina é compreendida por 20 países. Dentre estes, com quais a UEPA possui relações de cooperação? E desde quando? A tendência é ampliação ou redução dessa relação?

Pergunta 4: Nos últimos anos, em decorrência de crises e da pandemia, existiu viabilidade/incentivo internacional para a cooperação com IES latino-americanas?

Pergunta 5: De que maneira tem avançado os investimentos na cooperação entre a UEPA e IES latino-americanas nos últimos 5 anos (2017-2022)? São públicos, privados...?

Pergunta 6: Quais são as estratégias de internacionalização já utilizadas pela UEPA nas relações para estabelecer relações com as IES latino-americanas?

Pergunta 7: De que maneira a cooperação internacional latino-americana afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA?

Pergunta 8: Quais os benefícios do intercâmbio de conhecimento entre a UEPA e as IES latino-americanas parceiras para os discentes e docentes da UEPA?

Pergunta 9: Quais os principais desafios para a construção da cooperação entre a UEPA e as IES latino-americanas?

Pergunta 10: O que a UEPA espera da cooperação latino-americana nos próximos anos?

A segunda entrevista foi realizada com a Dra. Luzia Jucá, que foi Coordenadora de Relações Internacionais de janeiro de 2011 a junho de 2021. A entrevista ocorreu no dia 05 de janeiro de 2023, em formato online, por meio da plataforma Google Meet, e durou aproximadamente 1 hora.

As perguntas elaboradas foram:

Pergunta 1: Qual o período de sua atuação na política de internacionalização da UEPA?

Pergunta 2: Durante o período em que trabalhou na UEPA, a universidade seguia uma política de internacionalização previamente definida, seja pelo Governo Federal, Governo do Estado..? Ou formula sua própria política internamente?

Pergunta 3: Já houve uma política de internacionalização da UEPA especificamente voltada às relações com IES latino-americanas? Se não, por quê? Se sim, desde quando?

Pergunta 4: Nos últimos anos, em decorrência de crises e da pandemia, existiu viabilidade/incentivo internacional para a cooperação com IES latino-americanas?

Pergunta 5: De que maneira avançaram os investimentos na cooperação entre a UEPA e IES latino-americanas nos últimos 5 anos (2017-2021)? São públicos, privados...?

Pergunta 6: Quais são as estratégias de internacionalização já utilizadas pela UEPA nas relações para estabelecer relações com as IES latino-americanas?

Pergunta 7: De que maneira a cooperação internacional latino-americana afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA?

Pergunta 8: Quais os benefícios do intercâmbio de conhecimento entre a UEPA e as IES latino-americanas parceiras para os discentes e docentes da UEPA?

A terceira entrevista foi com Danielle Silva da Silva, técnica da Coordenadoria de Relações Internacionais de janeiro de 2011 até o presente momento. A entrevista ocorreu no dia 09 de janeiro de 2023, na sala da CREIN, e durou aproximadamente 30 minutos. As perguntas elaboradas seguiram o mesmo roteiro de perguntas da primeira entrevista.

Na etapa de questionários, foram analisados os dados coletados previamente pela Coordenadoria de Relações Internacionais por meio de questionário digital semi-estruturado com o objetivo de avaliar a experiência de mobilidade acadêmica dos alunos da UEPA que participaram do Programa de Intercâmbio Latino-americano (PILA) em 2022.1, na modalidade virtual.

Utilizou-se a ferramenta *Google Formulários* para criação do questionário. Este foi elaborado pela coordenadoria com onze perguntas de múltipla escolha e uma questão aberta, foi enviado a 56 alunos e recebeu 27 respostas. Os discentes participantes do PILA receberam o questionário por e-mail no dia 22 de julho de 2022 e retornaram até 31 de julho de 2022. Todos os discentes foram informados do uso das respostas para finalidades de pesquisa do setor e concordaram em participar voluntariamente do estudo. A Coordenadoria de Relações Internacionais autorizou o acesso às informações dos alunos para esta pesquisa.

A primeira seção do questionário é formada por perguntas acerca dos dados pessoais dos alunos: 1) Nome completo; 2) Nome social (se houver); 3) Endereço; 4) Email; 5) Faixa etária; 6) Identidade de gênero; 7) Sexualidade; e 8) Identificação racial.

A segunda seção do questionário possui questões acerca dos dados acadêmicos dos alunos. Segue a descrição das perguntas:

Pergunta 1: Você participou/foi selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1? Alternativas: a) Sim; b) Não.

No caso de resposta “Não”, o formulário encaminha o discente para a Pergunta 2: Mesmo não tendo participado ou não tendo sido selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1, teria interesse em se inscrever em futuras convocatórias? Alternativas: a) Sim; b) Não; c) Talvez; d) Não sei dizer.

No caso de resposta “Sim” à primeira pergunta, o formulário encaminha o discente para a Pergunta 3: Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais? Alternativas a) Sim; b) Parcialmente; c) Não.

No caso de resposta “Sim” ou “Parcialmente” à Pergunta 3, o formulário encaminha o discente para a Pergunta 4: Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)?. Alternativas: a) Sim; b) Não.

Pergunta 5: O intercâmbio PILA Virtual 2022.1 foi sua primeira experiência de internacionalização? Alternativas: a) Sim; b) Não.

Pergunta 6: Como você avalia a experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1? Alternativas: a) Excelente; b) Boa; c) Regular; d) Ruim.

Pergunta 7: Dentre as possíveis dificuldades listadas abaixo, quais foram presentes em sua experiência? Esta pergunta é do tipo caixas de seleção, permitindo aos discentes selecionar várias opções de resposta de uma lista: a) Dificuldade em compreender as aulas, devido à diferença de idiomas; b) Dificuldade em manter uma boa conexão de internet; c) Dificuldade em conciliar o intercâmbio com os estudos na UEPA; d) Dificuldade em acompanhar as aulas nos horários determinados pela universidade; e) Dificuldade entrar em contato com a universidade de destino; f) Dificuldade em manter o interesse no intercâmbio; g) Não tive dificuldades; h) Outros (nesta alternativa, o aluno poderia selecionar a caixa e descrever livremente sua resposta).

Pergunta 8: Dentre os possíveis benefícios listados abaixo, selecione os itens que expressem os aprendizados construídos durante o intercâmbio. Esta pergunta é do tipo caixas de seleção, permitindo aos discentes selecionar várias opções de resposta de uma lista: a) A presença de pesquisadores internacionais contribui para a oxigenação no comportamento acadêmico; b) A perspectiva da comunicação intercultural e o aprendizado de outros idiomas; c) O conhecimento da literatura de autores de outras nacionalidades da América Latina e do Caribe; d) Internacionalização do currículo; e) Crescimento acadêmico, profissional e humano; f) A capacidade de aprender de uma perspectiva diferente; g) Não tive benefícios; h) Outros (nesta alternativa, o aluno poderia selecionar a caixa e descrever livremente sua resposta).

Pergunta 9: Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino antes do início do período de mobilidade? Alternativas: a) Excelente; b) Boa; c) Regular; d) Ruim.

Pergunta 10: Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino após o período de mobilidade? Alternativas: a) Excelente; b) Boa; c) Regular; d) Ruim.

Pergunta 11: Dentre as alternativas abaixo, quais metodologias de ensino/aprendizagem foram utilizadas durante seu período de estudo? Esta pergunta é do tipo caixas de seleção, permitindo aos discentes selecionar várias opções de resposta de uma lista: a) Aula expositiva; b) Seminário; c) Trabalho em grupo; d) Estudo individual; e) Projeto, f) Outros (nesta alternativa, o aluno poderia selecionar a caixa e descrever livremente sua resposta).

Pergunta 12: Relate sua experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1. Esta pergunta, do tipo aberta, permitiu que os alunos escrevessem livremente e com uso de linguagem própria.

### 3.3 Análise de dados

Na etapa de revisão de literatura, adotou-se como critérios para a seleção dos materiais: se a literatura traz conceitos, teorias e definições mais relevantes para a pesquisa; se está baseada nos estudos mais importantes de cooperação internacional no âmbito do campo de Relações Internacionais. Em seguida, realizou-se a leitura e o resumo da literatura encontrada. Por fim, os principais resultados dos materiais foram organizados em tabelas de acordo com seus respectivos assuntos.

Realizadas as entrevistas e a aplicação dos questionários, os dados coletados foram interpretados através de análise de conteúdo, definida como uma técnica para se estudar a comunicação de maneira objetiva e sistemática, buscando inferências a partir de discursos escritos ou orais de seus autores (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Nas entrevistas, a primeira etapa para análise do material consistiu na coleta e ordenação dos dados, em que foi realizada uma leitura exaustiva de todo conteúdo e destacou-se as ideias centrais que representam cada resposta. A segunda etapa correspondeu ao agrupamento das ideias centrais por similaridade e/ou aproximação. Por fim, na terceira etapa, foi realizado o tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação.

No caso dos questionários, os dados coletados nas perguntas de 1 a 11 foram quantitativos e, portanto, foram organizados em gráficos que indicam o percentual das respostas de cada pergunta. Para os dados qualitativos coletados na pergunta 12, a primeira etapa consistiu igualmente na coleta e ordenação dos dados, em que realizou-se a leitura exaustiva de todo o conteúdo do material e buscou-se destacar as palavras-chave que representam as ideias centrais contidas nas respostas. Na segunda etapa, foi feita a codificação e categorização do material, em que foi feito o recorte e, posteriormente, o agrupamento das unidades de registro. A terceira etapa correspondeu ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, com a finalidade de captar os conteúdos do material e encontrar significação em função dos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2011).

## 4 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

### 4.1 A Universidade do Estado do Pará

A UEPA nasce como universidade em 1993, a partir da fusão de Escolas e Faculdades Estaduais já existentes. É criada oficialmente pelo Poder Público Estadual através da Lei nº 5.747 de 18 de maio de 1993 e autorizada a funcionar pelo Decreto Presidencial de 04 de abril de 1994 (UEPA, 2017). Desde então, a instituição vem crescendo, tendo atualmente mais de 13 mil alunos matriculados e 134 cursos de graduação, os quais estão distribuídos nos 21 campi de 18 municípios do Estado do Pará (UEPA, 2022b).

Com a missão de “produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UEPA, 2017), a UEPA é, atualmente, a única universidade pública estadual do Pará, tendo, portanto, um papel fundamental na promoção de ensino superior público e gratuito no Estado. Para isso, a instituição desenvolve o ensino articulado à pesquisa e à extensão, de modo a capacitar os profissionais em cursos de licenciaturas, bacharelados e tecnológicos, ao passo em que visa a expansão do conhecimento e o atendimento às demandas existentes no estado.

Conforme o artigo 9º do Estatuto e Regimento Geral que regem a UEPA, a cooperação com outras instituições de ensino é um princípio fundamental da universidade (UEPA, 2016). No âmbito da cooperação internacional, a UEPA vem buscando, ao longo dos últimos anos, desenvolver estratégias de expansão institucional por meio do incentivo de relações bilaterais e multilaterais com instituições de ensino de outros países e continentes. Para tanto, em janeiro de 2011, passou a funcionar nas dependências da universidade um setor específico para tratar da internacionalização universitária, denominado de Coordenadoria de Relações Internacionais (CREIN), o qual é responsável pela articulação com instituições, organismos, programas e redes voltados à aproximação internacional em ensino, pesquisa e extensão.

A partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas com os funcionários que já atuaram no setor, foi possível identificar que a CREIN fora criada para responder ao volume crescente de demandas de internacionalização. De acordo com Luzia Jucá, coordenadora do setor de 2011 a 2021, a Coordenadoria de Relações Internacionais já existia no organograma da UEPA, no entanto, não havia uma pessoa específica para coordená-la. Alguns professores

eram designados para assumir temporariamente e responder a demandas pontuais, mas o vínculo não era permanente como passou a ser a partir de janeiro de 2011 (informação verbal).<sup>4</sup>

João Colares, atual coordenador da CREIN, também afirmou em entrevista que o setor foi criado em um contexto de crescentes demandas de mobilidade acadêmica, sobretudo referentes ao programa do governo federal Ciência sem Fronteiras. Naquele contexto, era necessário que a UEPA tivesse uma estrutura voltada especificamente para orientar os estudantes que iam estudar fora do país, o que exigia um setor próprio e profissionais designados para a função (informação verbal).<sup>5</sup> Luzia Jucá descreve o período do programa como um momento em que as universidades que ainda não tinham sua internacionalização estruturada passaram a se articular para ter um setor específico de relações internacionais, haja vista a magnitude do programa. Nessa perspectiva, entende-se que o incentivo federal inicialmente contribuiu para o surgimento da CREIN e, posteriormente, para seu amadurecimento e envolvimento em outras estratégias de internacionalização (informação verbal).<sup>6</sup>

A Coordenadoria de Relações Internacionais tem a função de oferecer instrumentos de apoio à mobilidade acadêmica, à participação de projetos conjuntos de pesquisa, aperfeiçoamento profissional no exterior, acordos internacionais, dentre outros (UEPA, 2022b). Atualmente está localizada no 2º andar do prédio da Reitoria da UEPA, na capital Belém, sendo um setor diretamente ligado à Reitoria, de acordo com o organograma da instituição:

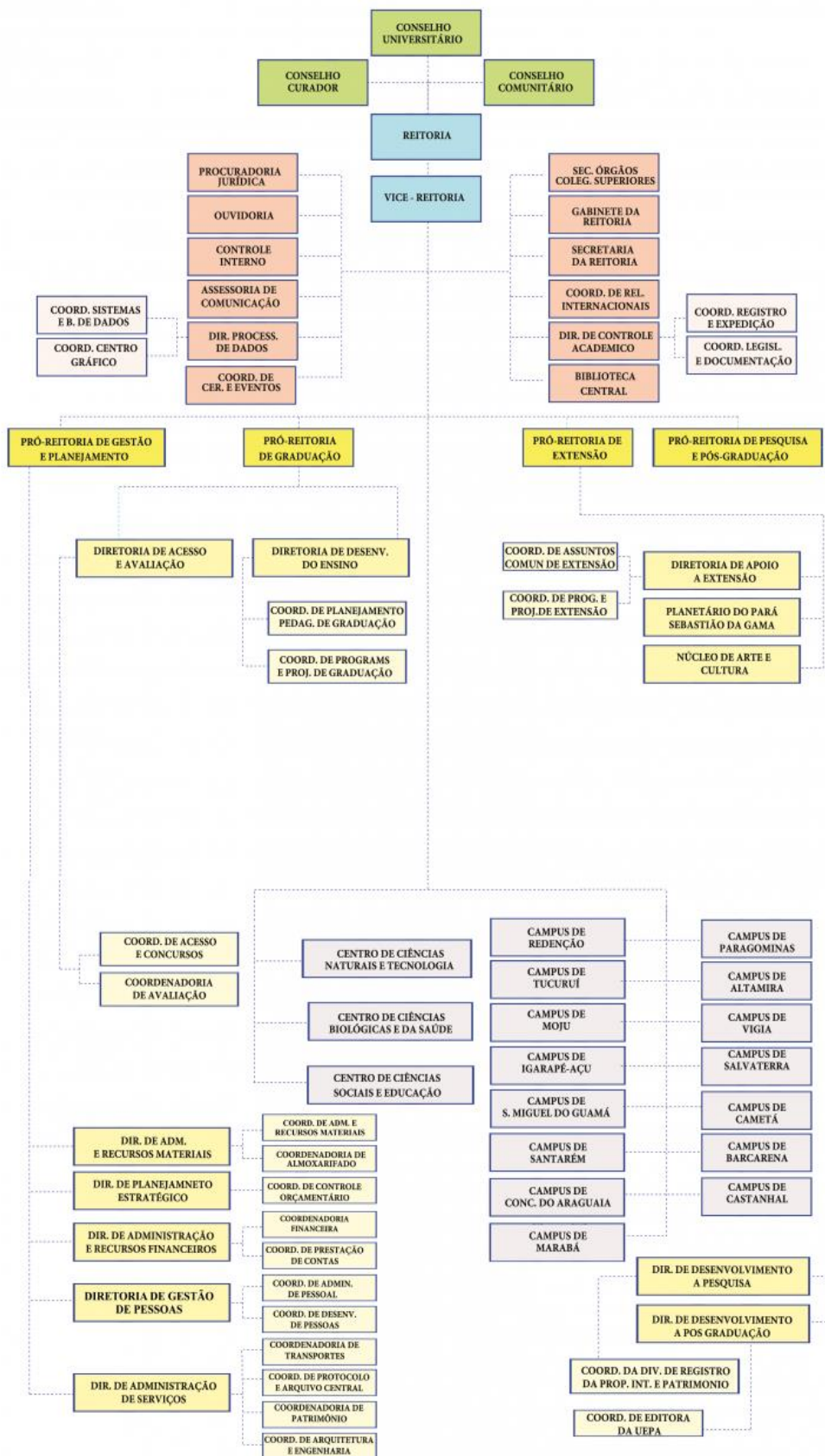
---

<sup>4</sup> Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>5</sup> Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>6</sup> Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

Figura 1 – Organograma da Universidade do Estado do Pará



Fonte: UEPA, [21--].

Para o planejamento e a execução de estratégias de cooperação internacional universitária, a UEPA tem como base instrumentos que regulam sua política de internacionalização, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (2017/2027).

O PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, é um plano de força constitucional, com validade de dez anos, que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Em sua Meta 12, especificamente na estratégia 12, o plano determina que é preciso “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (BRASIL, 2014).

É com essa estratégia em vista que a UEPA pensa sua política de internacionalização ao formular, em 2016, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017/2027). O documento tem o objetivo de planejar estratégias, potencializar os pontos fortes da instituição e destacar as oportunidades presentes no ambiente externo (UEPA, 2017). Haja vista que sua vigência abrange o período de análise deste estudo de caso – isto é, de 2017 a 2022, – consiste em um instrumento fundamental para a pesquisa.

#### 4.2 **Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2027)**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma das mais importantes ferramentas utilizadas no processo de tomada de decisões da UEPA. Visto que a universidade é vinculada ao Governo do Estado do Pará, o documento se alinha ao planejamento estadual previsto no Plano Plurianual do Governo do Estado.

O PDI, dentre outros temas, aborda o perfil da instituição, seu funcionamento administrativo, seus princípios, os resultados já obtidos e os objetivos para os anos seguintes. Em sua primeira seção, estabelece objetivos, metas e estratégias institucionais, os quais, por sua vez, estão organizados por área de atuação. Na área de Planejamento e Gestão, consta no Objetivo 2: “Melhorar a capacidade de desenvolvimento institucional e de gestão operacional” (UEPA, 2017). Este objetivo, por sua vez, está dividido em cinco metas, cada uma com suas respectivas estratégias.

É importante dedicar especial atenção à meta 5: “Fortalecer a dimensão internacional da UEPA”, que possui as seguintes estratégias:

Realizar a celebração de convênios com Universidades e demais instituições estrangeiras; Desenvolver ações que visem a internacionalização de currículo acadêmico; incentivar e expandir a mobilidade acadêmica para os alunos de graduação e pós-graduação brasileiros e estrangeiros; implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação; criar website para divulgação de notícias e oportunidades à comunidade universitária nacional e internacional; articular a participação da UEPA na Association of International Educators – NAFSA; ampliar recursos humanos da Coordenação de Relações Internacionais - CREIN, com habilitação na língua inglesa (UEPA, 2017, p. 24-25).

A estratégia de celebrar convênios com instituições estrangeiras consiste em um importante mecanismo formal de internacionalização universitária, visto que busca estabelecer diferentes programas por meio de acordos de colaboração científicos e acadêmicos (STALLIVIERI, 2002). Trata-se de uma formalização do que foi acordado entre as partes envolvidas, sendo um instrumento que prevê por escrito as ações de cooperação que serão realizadas, bem como as estratégias a serem utilizadas para tal. Os convênios podem ser parcerias institucionais, memorandos de entendimento, acordos de colaboração, dentre outros, podendo ser gerais – do tipo guarda-chuva – ou específicos, delimitando áreas, atividades e prazos (PESSINO, 2021).

No caso da segunda estratégia sobre internacionalização do currículo acadêmico, esta surge como resultado do contato de discentes e docentes com conhecimento estrangeiro, seja através da sala de aula, de atividades de extensão, cursos de curta duração ou diálogo com outros pesquisadores. Além de enriquecerem a formação acadêmica, as experiências internacionais podem, em alguns casos, ser inseridas nos currículos como atividades de extensão, a depender das atividades executadas.

Luzia Jucá ressalta que, no âmbito dessa estratégia, é possível realizar a flexibilização dos currículos. Isto é, em razão da internacionalização, o processo de aprendizagem pode ir além do que está previsto na matriz curricular dos cursos ao adaptar práticas educativas e considerar as experiências no estrangeiro como parte do currículo (informação verbal).<sup>7</sup>

Outro ponto fundamental é quanto à curricularização da extensão, que também pode ser feita no âmbito da internacionalização. Conforme a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, prevista no Plano Nacional de Educação, estrutura as diretrizes da extensão no ensino superior: o “estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). A resolução prevê que as atividades de extensão devem compor, no

---

<sup>7</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, podendo ser realizadas por meio de programas, projetos, cursos e eventos.

Nesse sentido, a internacionalização insere-se na extensão universitária como estratégia que viabiliza atividades de interação e compromisso social da parte da comunidade acadêmica. João Colares menciona, por exemplo, a parceria da UEPA com a AIESEC<sup>8</sup> como uma forma de promover a curricularização da extensão no âmbito da internacionalização, uma vez que por meio dela o aluno atua no exterior como voluntário em ONGs, escolas e fundações, ao passo em que aprimora conhecimento em áreas específicas e o exercício de habilidades de liderança e responsabilidade social (informação verbal).<sup>9</sup>

A estratégia de mobilidade acadêmica internacional consiste no intercâmbio de docentes, discentes, pesquisadores, dentre outros, para estudar em uma universidade estrangeira. Com o término do período de mobilidade e o regresso à instituição de origem, o estudante pode creditar disciplinas e retomar os estudos normalmente, desde que em observância aos requisitos de ambas instituições.

A quarta estratégia apontada na Meta 5, “Implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação”, se refere ao intercâmbio nacional de estudantes de graduação das instituições públicas estaduais e municipais filiadas à Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) (UEPA, 2017). Apesar de este programa em específico ser voltado à mobilidade no âmbito dos Estados da federação, o convênio com a ABRUEM possibilita a articulação de políticas de internacionalização, uma vez que a entidade anualmente promove ações que envolvem missões ao exterior, acordos de cooperação e encontros diplomáticos (ABRUEM, c2018).

É uma estratégia também a criação de website voltado especificamente à divulgação de notícias e oportunidades à comunidade universitária nacional e internacional, permitindo, assim, que a UEPA seja mais vista internacionalmente e, por conseguinte, atraia novas parcerias com instituições estrangeiras.

Outra estratégia de internacionalização apontada pelo PDI é a participação da UEPA na *Association of International Educators* (NAFSA). A NAFSA é a maior associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da educação internacional e do intercâmbio em instituições de ensino superior e tem como metas estratégicas o apoio e o incentivo às conexões entre as partes

---

<sup>8</sup>Organização estudantil internacional gerida por jovens (AIESEC, [21--]).

<sup>9</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

interessadas, parceiros e outras organizações em nível regional, nacional e internacional, com vistas a garantir o sucesso do campo da educação internacional (NAFSA, 2023).

Por fim, a estratégia de ampliar recursos humanos da CREIN, com habilitação na língua inglesa, consiste no investimento no setor de relações internacionais da UEPA, visando a capacitação de seus funcionários.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional torna-se uma importante ferramenta de gestão da cooperação internacional universitária da UEPA para o período de 2017 a 2027. É considerando a abrangência do Plano que se escolheu para este estudo o marco de 2017 – ano que o Plano passou a vigor – até 2022, último ano completo antes da realização desta pesquisa.

Dessa forma, se buscará avaliar as ações de cooperação internacional latino-americana adotadas pela instituição no período delimitado valendo-se dos instrumentos que utiliza para embasar suas diretrizes – PDI, PNE e Regimento – somados às experiências relatadas pelos funcionários da Coordenadoria de Relações Internacionais e pelos alunos da UEPA, bem como em observância às teorias de cooperação internacional trabalhadas no referencial teórico. Para isso, é fundamental descrever os casos de cooperação com IES latino-americanas adotados no período de 2017 a 2022, destacando suas principais características e objetivos.

#### 4.3 **Experiências de cooperação internacional com instituições latino-americanas**

Ao serem questionados sobre a existência de uma política de internacionalização especificamente voltada à cooperação com IES latino-americanas, os gestores João Colares (informação verbal)<sup>10</sup> e Luzia Jucá (informação verbal)<sup>11</sup> afirmaram que durante os dez primeiros anos de existência da Coordenadoria de Relações Internacionais não houve uma política formal que houvesse priorizado a América Latina enquanto região. Isso não significa, contudo, que não tenha havido relações com tais países; essas, de fato, existiram. Havia relações – sobretudo bilaterais – entre a UEPA e IES latino-americanas, mas não havia uma política de fomento específica, isto é, uma priorização às IES desta região.

Luzia Jucá afirma que a UEPA buscava estabelecer relações com várias regiões, mas não via necessidade de “priorizar determinada área geográfica” (informação verbal)<sup>12</sup>. Ademais, João Colares aponta que o foco na região latino-americana se iniciou em 2021,

<sup>10</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>11</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>12</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

momento em que a gestão superior passou a “defender que é importante a UEPA estreitar relações com universidades do Sul Global”, afirma (informação verbal)<sup>13</sup>.

Durante o período de 2017 a 2022, algumas estratégias de internacionalização foram adotadas para promover a cooperação internacional latino-americana: a celebração de acordos bilaterais e multilaterais, a participação em redes de pesquisa compartilhadas, a realização de mobilidade acadêmica, a participação em fóruns de educação internacional, dentre outros.

Como acordos de cooperação bilaterais, destacam-se sobretudo relações com instituições argentinas, como é o caso da Universidad de Morón, da Universidad Nacional Arturo Jauretche e da Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UEPA, 2022b).

O último acordo feito com a Universidad de Morón foi celebrado em 27 de setembro de 2018, com vigência de quatro anos, podendo ser renovado após o término do período. O objeto do acordo descrito pela UEPA era “estreitar relações de natureza acadêmica, cultural, tecnológica e de serviços nas diversas áreas do conhecimento” (UEPA, 2022b), podendo os alunos desta IES ter acesso aos cursos da UEPA nas áreas de ciências da saúde, ciências humanas e engenharia (UNIVERSIDAD DE MORÓN, 2021).

A Universidad de Morón destaca em suas diretrizes internas que a cooperação com instituições estrangeiras tem o objetivo de possibilitar que seus alunos cursem matérias em uma universidade estrangeira durante o período de um semestre ou um ano sem pagar nenhum tipo de taxa à universidade de destino. É apontado, contudo, que os alunos são inteiramente responsáveis pelos custos de deslocamento, alojamento, alimentação, material, dentre outros (UNIVERSIDAD DE MORÓN, 2021).

O acordo com a Universidad Nacional Arturo Jauretche foi assinado em 09 de outubro de 2019, com vigência de 5 anos, e tem como objeto “estabelecer programas de estudo conjunto, intercâmbio e cooperação no campo da pesquisa, da docência, e da extensão universitária [...] a fim de fortalecer as relações [...] entre ambas as instituições (UEPA, 2022b). Dentre outros objetivos, o projeto institucional da universidade destaca a promoção da conexão de seus alunos com outras universidades do exterior, de modo a incentivar ações de formação ou pesquisa, em bases recíprocas, de modo que as relações sejam benéficas tanto para as instituições de origem quanto para as de destino (UNAJ, 2010).

Por fim, há o acordo de cooperação firmado com a Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, o qual passou a vigor em 12 de janeiro de 2015, expirou em janeiro de 2019 e até o final de 2022 ainda não havia sido renovado. Tem como objeto “fomentar o

---

<sup>13</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

intercâmbio de experiências e pessoal nos campos do ensino, a pesquisa e a cultura em geral, dentro daquelas áreas nas quais ambas tenham interesse manifesto” (UEPA, 2020).

Além destas três universidades argentinas, a UEPA também estabeleceu acordos bilaterais com as universidades chilenas Universidad Santo Tomás e Pontificia Universidad Católica de Chile (PUC-Chile). O convênio com a primeira foi firmado em 18 de dezembro de 2015, com vigência de 5 anos, e tinha como objeto “fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de professores docentes e pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação [...]” (UEPA, 2022b). Com a PUC-Chile, o acordo foi firmado em 14 de maio de 2021, com vigência de 5 anos, e tem como objeto a promoção de atividades de pesquisa conjunta, intercâmbio do corpo acadêmico e administrativo e troca de informações de interesse mútuo (UEPA, 2022b).

Destaca-se também o acordo com a Universidad Nacional de Colombia, assinado em dezembro de 2016 e com vigência até 2021, que tem por objeto a promoção da cooperação na pesquisa, na docência e no intercâmbio de estudantes, bem como no âmbito administrativo de ambas universidades (UEPA, 2020). O acordo foi mencionado por Luzia Jucá e João Colares quando estes relataram a experiência de recebimento de sete alunos que realizaram estágio de um semestre acadêmico no Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA.

De acordo com Luzia Jucá, a Universidad Nacional de Colombia é, atualmente, uma das mais importantes da América Latina e, por meio da cooperação firmada, os alunos da UEPA tiveram a oportunidade de interagir com alunos estrangeiros mesmo estando em sua universidade de origem (informação verbal).<sup>14</sup> João Colares, por sua vez, menciona que a experiência proporcionou uma articulação teórica e prática no âmbito da educação popular – visto que o estágio se deu na área de pedagogia – de forma que não somente os alunos colombianos tenham sido beneficiários da cooperação, como também os próprios alunos da UEPA, já que estes entraram em contato com o conhecimento estrangeiro trazido pelos intercambistas (informação verbal).<sup>15</sup>

Por fim, outra universidade com a qual a UEPA estabeleceu relações bilaterais no período analisado foi a Universidad Nacional Mayor de San Marco, no Peru. O acordo foi assinado em julho de 2015, com vigência de 5 anos, e tinha por objeto “estabelecer programas de estudo conjunto, intercâmbio e cooperação no campo da pesquisa, da docência, e da extensão universitária [...] a fim de fortalecer as relações [...] entre ambas as instituições” (UEPA, 2020).

---

<sup>14</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>15</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

Quanto à celebração de acordos multilaterais, destaca-se a adesão ao PILA, em 2021, por meio do qual a UEPA se conveniou a 222 universidades de oito países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Nicarágua e Uruguai. Em 2022, o Paraguai também aderiu ao programa e o número de universidades conveniadas saltou para 224 (UEPA, 2022).

De acordo com João Colares, o programa foi articulado pela ABRUEM, e a UEPA foi uma das quatro instituições brasileiras escolhidas para desenvolver uma experiência piloto oferecendo disciplinas de graduação e pós-graduação no formato remoto (informação verbal).<sup>16</sup> O programa se dá nas modalidades virtual e presencial, mas em razão da pandemia do Covid-19, a UEPA inicialmente aderiu à modalidade virtual, para a qual teve o quantitativo de 56 alunos de graduação e pós-graduação aprovados para cursar disciplinas em universidades latino-americanas (UEPA, 2022).

Stallivieri (2002) aponta que os programas de mobilidade são estratégias de internacionalização que permitem com que o intercâmbio possa ser realizado por docentes, discentes, administradores, funcionários, pesquisadores, entre outros. No caso do PILA, são contemplados tanto alunos de graduação e pós-graduação, quanto acadêmicos, pesquisadores e gestores, e têm-se como objetivo o enriquecimento da formação acadêmica, profissional e integral destes (PILA, 2021).

Além dos acordos, outra estratégia de internacionalização utilizada pela UEPA que foi amplamente discutida durante as entrevistas foi a participação em fóruns de educação internacional, com especial destaque à Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). A FAUBAI reúne anualmente mais de 200 IES associadas de todo o Brasil com o objetivo de discutir a internacionalização na educação superior brasileira, capacitar gestores e responsáveis pelos assuntos internacionais das instituições, promover eventos e a participação ativa em redes e organismos internacionais, bem como o intercâmbio com IES, organizações, agências e entidades do Brasil e do exterior (FAUBAI, 2021).

Luzia Jucá salienta que foi a partir de 2011, com a criação da Coordenadoria de Relações Internacionais, que a UEPA passou a enviar anualmente um representante de relações internacionais todos os anos para os encontros da FAUBAI. Anteriormente a esse marco, havia a participação da UEPA nos fóruns, mas na maioria das vezes era o próprio reitor que comparecia às reuniões, sem que houvesse um direcionamento de um setor próprio e especializado em educação internacional (informação verbal).<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>17</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

Por meio das reuniões junto aos gestores de universidades de todo o Brasil e de outros países, a UEPA teve a oportunidade de trocar experiências sobre internacionalização universitária e capacitar seus funcionários de relações internacionais. Luzia Jucá destaca que nos encontros anuais era possível “ver o que todas as universidades estão fazendo de mais inovador” e, assim, formular melhores estratégias locais, inclusive de articulação regional (informação verbal).<sup>18</sup> A UEPA foi escolhida durante três mandatos – cada um com duração de dois anos – para ser responsável pela articulação da FAUBAI na região Norte, em que organizava encontros regionais entre os gestores das IES do Norte do país, a fim de debater pautas mais específicas, sobretudo voltadas à realidade amazônica.

Não somente regionalmente, como também nacionalmente, as discussões sobre educação internacional na Amazônia vêm ganhando destaque na FAUBAI. João Colares salienta que no último encontro da associação, ocorrido em 2022, foi feito um diálogo muito estratégico com universidades da Amazônia, que resultou na troca de experiências entre as IES e no fomento à cooperação em âmbito nacional (informação verbal).<sup>19</sup>

Outra importante estratégia destacada por João Colares para promover a cooperação com IES latino-americanas foi a participação da UEPA no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA). O evento reúne povos e movimentos sociais da Amazônia em busca de alimentar suas lutas e resistências, assim como posicionar a região no cenário internacional a partir de uma análise de sua conjuntura (FOSPA, 2021). Nas duas últimas edições do Fórum, sediadas na cidade de Belém, Pará, o setor de relações internacionais da UEPA participou enquanto organizador do evento e pôde intermediar o contato da universidade com delegações de países latino-americanos que também fazem parte da Pan-Amazônia, como é o caso de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

João Colares destacou que a participação no Fórum proporcionou o estabelecimento de vários diálogos entre estudantes e/ou pesquisadores da UEPA com acadêmicos de várias IES da Pan-Amazônia (informação verbal).<sup>20</sup> Em tais relações, observou-se a presença de duas principais estratégias de internacionalização apontadas por Stallivieri (2002): a (i) coordenação e participação em congressos e seminários de âmbito internacional; e a (ii) abertura de relações com interlocutores externos, fomentando a participação em novas modalidades de cooperação acadêmica internacional. Apesar de se diferenciarem das estratégias comumente utilizadas que envolvem a celebração de acordos e a mobilidade acadêmica, as ações empreendidas no FOSPA

---

<sup>18</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>19</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>20</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

são fundamentais para a cooperação universitária da UEPA, uma vez que possibilitam a troca de conhecimentos e experiências entre diversos povos e, por conseguinte, a construção coletiva de saberes com base na interculturalidade.

#### 4.4 **A cooperação internacional da UEPA sob a ótica da Coordenadoria de Relações Internacionais**

Conforme descrito no referencial metodológico, este estudo teve como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas junto aos funcionários da Coordenadoria de Relações Internacionais, permitindo, assim, avaliar as capacidades institucionais da UEPA no que tange à cooperação internacional, bem como as ações empreendidas durante o período analisado.

A primeira pergunta elaborada aos três entrevistados foi quanto ao tempo de atuação na Coordenadoria de Relações Internacionais da UEPA. João Colares é coordenador do setor desde junho de 2021 até o presente momento, Luzia Jucá foi coordenadora de janeiro de 2011 a junho de 2021 e Danielle Silva é técnica desde janeiro de 2011 até o presente momento (informação verbal).

A segunda pergunta foi referente à existência de uma política de internacionalização na instituição e, em caso de haver, se esta era definida a nível governamental – seja pelo governo estadual ou pelo federal – ou formulada internamente pela UEPA.

João Colares aponta que a UEPA seguiu inicialmente uma política federal, visto que a criação da CREIN se deu em um contexto em que era necessário executar uma política federal, o Ciência sem Fronteiras. Em âmbito estadual, afirma que não há políticas que fomentem a internacionalização da educação e que isso faz falta, já que se trata de uma universidade do estado. Destaca também a política empresarial do Santander que, por meio do programa de bolsas ibero-americanas, contribuiu para a definição da política de internacionalização na instituição. Com relação a uma política própria de internacionalização, o coordenador define como instrumentos definidores dessa política o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Jornada de Planejamento Estratégico de 2022 (informação verbal).<sup>21</sup>

Luzia Jucá também afirma que o governo estadual não se mobilizou para criar uma política, deixando a UEPA decidir autonomamente e que, a partir de 2015/2016, a instituição passou a se mobilizar para criar sua política de internacionalização, quando a CREIN,

---

<sup>21</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

juntamente a outros assessores de relações internacionais de outras universidades, passou a estudar sobre internacionalização, o que culminou na criação de uma política própria da UEPA em 2017. Luzia igualmente pontuou as iniciativas do Ciência sem Fronteiras e do Santander e frisou que, apesar de não ter desenvolvido uma política de internacionalização, o governo estadual chegou a protagonizar algumas iniciativas isoladas na universidade, como a criação do curso de Bacharelado em Relações Internacionais e da parceria com o governo chinês para a criação do Instituto Confúcio no estado do Pará (informação verbal).<sup>22</sup>

Danielle Silva reiterou a existência de diretrizes internas da UEPA, mas que, ainda assim, a instituição não tem total autonomia para formular sua política de internacionalização, muitas vezes seguindo orientações externas, citando como exemplos as normas do Ciência sem Fronteiras, do programa de bolsas ibero-americanas do Santander e da FAUBAI. Também relatou a experiência de realização da FAUBAI em Belém em 2019, o que resultou em uma aproximação da CREIN junto aos representantes de outras IES do Norte do país (informação verbal).<sup>23</sup>

A terceira pergunta elaborada aos entrevistados foi referente à existência de uma política de internacionalização especificamente voltada à cooperação com IES latino-americanas.

João Colares pontuou que, com o início da nova gestão da UEPA, em 2021, passou-se a defender que é importante a UEPA estreitar relações com universidades do Sul global e que, anteriormente a esse marco, não havia uma política de internacionalização voltada especificamente à valorização do diálogo entre a UEPA e IES latino-americanas (informação verbal).<sup>24</sup>

Luzia Jucá também afirmou em sua fala que, durante o período em que foi coordenadora, não houve uma iniciativa formulada especificamente para a cooperação com a América Latina e que a administração superior não via necessidade de priorizar uma determinada área geográfica, haja vista que a UEPA ainda estava iniciando suas ações em matéria de cooperação internacional (informação verbal).<sup>25</sup>

Danielle Silva também mencionou brevemente que não havia uma política específica voltada à América Latina, mas que houve iniciativas que valorizaram o diálogo com IES da região, citando o PILA e o Ciência sem Fronteiras (informação verbal).<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>23</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

<sup>24</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>25</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>26</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

A quarta pergunta, destinada somente ao coordenador João Colares, buscou investigar com quais países da América Latina a UEPA possui relações de cooperação. O coordenador destacou que, no âmbito dos acordos bilaterais, há convênios com universidades argentinas, chilenas e colombianas e que a UEPA está no processo de renovação de um acordo com a Universidade da Guiana Francesa. Quanto aos acordos multilaterais, evidenciou o PILA, o qual envolve nove países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Nicarágua, Paraguai e Uruguai (informação verbal).<sup>27</sup>

A quinta pergunta, destinada aos três entrevistados, buscou avaliar se nos últimos anos, em decorrência de crises e da pandemia, existiu viabilidade/incentivo internacional para a cooperação com IES latino-americanas.

João Colares afirmou que durante o período de distanciamento social era inviável enviar e receber alunos e, como alternativa, universidades do mundo inteiro passaram a estimular a internacionalização em casa. Ressaltou a experiência do PILA virtual, organizada em 2021, quando a ABRUEM, lançou uma chamada para selecionar quatro universidades brasileiras para oferecer disciplinas de graduação e pós-graduação no formato remoto. A UEPA foi uma das quatro instituições escolhidas e recebeu, em 2021, mais de duzentos alunos interessados no programa, sendo que aproximadamente sessenta destes receberam cartas de aceite para cursar disciplinas online em 2022 nas universidades vinculadas ao PILA (informação verbal).<sup>28</sup>

Luzia Jucá afirma que, durante o período de pandemia em que esteve à frente da coordenação da CREIN, não houve um incentivo voltado especificamente às IES latino-americanas. Salienta também que a cooperação internacional diminuiu bastante nesse momento, considerando que um de seus tripés mais fortes é a mobilidade de estudantes, mas que até o período em que trabalhou no setor já estava em desenvolvimento uma iniciativa de mobilidade virtual, porém, não mencionou se esta seria o PILA ou outro programa (informação verbal).<sup>29</sup>

Além disso, destacou as reuniões da FAUBAI junto aos gestores de relações internacionais de todo o Brasil, em que se passou a estudar sobre a mobilidade virtual e pensar em ferramentas para que o intercâmbio nas universidades não parasse por completo. Mencionou também o encontro da FAUBAI de 2019 ocorrido presencialmente em Belém e a participação da UEPA enquanto responsável pela regional Norte da associação durante três mandatos. Durante a pandemia, a UEPA continuou participando ativamente das reuniões, organizando

---

<sup>27</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>28</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>29</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

encontros online, com palestras e mesas de discussão, a fim de discutir a internacionalização da educação superior no cenário pandêmico (informação verbal).<sup>30</sup>

Danielle Silva igualmente afirmou que a cooperação se manteve, sobretudo por meio do PILA, que trouxe como alternativa a mobilidade virtual, permitindo, assim, que os alunos tivessem a experiência de intercâmbio acadêmico mesmo diante do cenário pandêmico (informação verbal).<sup>31</sup>

A sexta pergunta buscou investigar de que maneira avançaram os investimentos na cooperação entre a UEPA e IES latino-americanas nos últimos 5 anos e se a origem deles era pública ou privada.

A esse questionamento, João Colares respondeu que a UEPA não possui um investimento próprio para desenvolver sua política de internacionalização e que isso se constitui em uma fragilidade institucional. Chamou atenção para o fato de que a chamada mais recente do PILA havia sido aberta para modalidade presencial, com a condição de que cada universidade arcasse com os custos dos alunos estrangeiros que recebesse, mas que, pelo fato de a UEPA não ter recursos para investir nessa ação, não foi possível aderir à iniciativa. Ressaltou que não tem havido avanços no investimento, tanto público quanto privado, mas que é importante considerar que nesses últimos cinco anos houve um desmonte das políticas de educação pública, tanto na educação básica quanto na educação superior, e que isso afetou os investimentos voltados à internacionalização (informação verbal).<sup>32</sup>

Luzia Jucá, por sua vez, destacou como investimento privado o programa de bolsas do Santander, explicando sobre seu funcionamento e critérios de seleção. Quanto ao investimento público, evidencia que não houve nenhum grande investimento da parte do estado ou da própria UEPA, mas que houve o Ciência sem Fronteiras – cuja experiência descreve como “melhor programa para mobilidade internacional na graduação” – e o auxílio de organizações internacionais, como é o caso da União Europeia, por meio do projeto Erasmus Mundus (informação verbal).<sup>33</sup>

Danielle Silva mencionou como maior fonte de investimento privado o convênio privado com o Santander, visto que este abrangeu IES latino-americanas e oferecia bolsas para auxiliar o aluno no intercâmbio, além de ofertar bolsas de ensino de língua espanhola (informação verbal).<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>31</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

<sup>32</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>33</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>34</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

A sétima pergunta busca identificar junto aos entrevistados quais são as estratégias de internacionalização já utilizadas pela UEPA para estabelecer relações com as IES latino-americanas.

João Colares aponta como estratégias a formalização de acordos e convênios, a realização de mobilidade acadêmica, a curricularização da extensão e o diálogo por meio de fóruns, descrevendo os exemplos da FAUBAI e FOSPA. De acordo com o coordenador, a UEPA tem participado ativamente da FAUBAI, sendo atualmente suplente da diretoria da região norte e tendo participado em discussões com outras universidades da Amazônia. Quanto ao FOSPA, salienta que se tratou de um ambiente em que vários pesquisadores e estudantes da UEPA estabeleceram diálogos com pesquisadores de várias IES da Pan-Amazônia. Em relação à estratégia de curricularização da extensão, também foi destacado que esta estratégia permite que as ações solidárias e inclusivas desenvolvidas pelos alunos no âmbito da parceria com a AIESEC sejam consideradas como atividades que cumprem os requisitos da curricularização (informação verbal).<sup>35</sup>

Luzia Jucá aborda as estratégias de cooperação na graduação, na pós-graduação e na extensão. Na graduação, destaca-se sobretudo a mobilidade; na pós-graduação, o foco se dá na pesquisa que, por sua vez, acaba fomentando a criação de grupos em comum e que “não necessariamente exige uma mobilidade presencial muito grande”, conforme afirma. Há ainda a mobilidade de professores, pesquisadores e a inserção em redes internacionais de pesquisa. Ademais, pontuou a participação em cursos de formação, a flexibilização dos currículos e a realização de estágios internacionais. Sobre esse último, também tratou da AIESEC, cuja parceria proporcionou a participação da UEPA em programas de estágio internacional em universidades e empresas estrangeiras (informação verbal).<sup>36</sup>

Outra estratégia mencionada foi a internacionalização no setor administrativo das universidades. Luzia afirma que muitos discentes são beneficiários de programas de mobilidade e depois encontram dificuldade de se reinserir na sua universidade de origem devido a problemas burocráticos, em alguns casos ligados ao desconhecimento de línguas dos funcionários das universidades, o qual é necessário para lidar com os documentos trazidos pelos alunos do exterior. Para isso, enviar ao exterior funcionários da instituição a fim de desenvolver as habilidades internacionais na administração seria uma estratégia importante para a internacionalização da instituição (informação verbal).<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>36</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>37</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

A oitava pergunta buscou compreender de que maneira a cooperação internacional latino-americana afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA.

João Colares afirmou que promover a internacionalização contribui para o alcance dos objetivos da universidade de “ser de qualidade socialmente referenciada, uma universidade reconhecida nacional, regional e internacionalmente, uma universidade preparada a responder os desafios da contemporaneidade”, conforme afirma. Citou ainda a missão da CREIN de assegurar a participação da UEPA na comunidade acadêmica internacional como “uma instituição brasileira e amazônica preparada para responder os desafios da internacionalização acadêmica, valorizando a educação superior como um bem público e um direito dos cidadãos” e que promover sua internacionalização contribui para o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA em termos de ensino, pesquisa e extensão (informação verbal).<sup>38</sup>

No ensino de pós-graduação, João salientou que internacionalização é um dos quesitos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para atribuir a nota dos programas de pós-graduação e, que por isso, era preciso investir na cooperação. Acerca da pesquisa, afirmou que a cooperação internacional permite a integração em redes internacionais, a publicação de artigos conjuntos com pesquisadores estrangeiros e a captação de recursos em projetos internacionais de pesquisa. Na extensão, citou novamente a curricularização da extensão, além da possibilidade de os alunos participarem de eventos no exterior, de ações de inclusão, de iniciativas ligadas a empresas juniores, dentre outras (informação verbal).<sup>39</sup>

Luzia Jucá também falou que as capacidades institucionais são afetadas nos pilares de graduação, pós-graduação e extensão. Na graduação os alunos têm a oportunidade de cooperar com estudantes internacionais, seja indo ao exterior, seja recebendo alunos estrangeiros em sua universidade. Nesse contexto, destaca a experiência de recebimento de alunos da Universidad Nacional de Colombia que fizeram estágio em pedagogia na UEPA. Na pós-graduação, comentou que quando há grupos de pesquisa com professores de outros países há mais possibilidade de conseguir financiamento para os projetos de pesquisa. Na extensão, os alunos da UEPA podem realizar trabalhos voluntários no exterior e difundir sua cultura, bem como a UEPA pode receber alunos estrangeiros para participar de ações (informação verbal).<sup>40</sup>

A nona pergunta visa avaliar quais os benefícios do intercâmbio de conhecimento entre a UEPA e as IES latino-americanas para os discentes e docentes da UEPA.

---

<sup>38</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>39</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>40</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

João Colares elenca como benefícios o fomento a uma cultura acadêmica aberta à relação com o global e ao diálogo com a academia no exterior; a oxigenação do ambiente acadêmico; a maior presença de autores estrangeiros no currículo das disciplinas, proporcionando a internacionalização do currículo; o estímulo a uma formação intercultural; o incentivo ao aprendizado de línguas estrangeiras, mencionando o estudo realizado com alunos do PILA que apontou o aprendizado de um novo idioma como um aspecto favorável da experiência. Ademais, destaca a construção de uma visão mais solidária de formação humana, que se dá em relações com países do Sul Global que enfrentam desafios semelhantes aos do Brasil. Essa proximidade permite assimilar melhor a realidade desses outros países e contribui para “nós nos compreendermos melhor como brasileiros e amazônidas e, com isso, nós nos tornamos mais solidários”, afirma o coordenador (informação verbal).<sup>41</sup>

Luzia Jucá destaca como benefício ao aluno a imersão na cultura estrangeira, o ganho de uma visão ampla de mundo e a possibilidade de exercer suas capacidades de uma forma diferente ao retornar ao país de origem. Para os professores, há as vantagens quanto ao incremento nos currículos, a pedagogia do ensino de disciplinas, a interação com professores de outras universidades. Menciona também a internacionalização em casa quando a instituição recebe alunos e professores estrangeiros, e a extensão, por meio de atividades culturais e sociais que podem ser realizadas junto a pessoas de vários países (informação verbal).<sup>42</sup>

Danielle Silva menciona que a experiência de intercâmbio proporciona o enriquecimento científico e cultural, agrega valor profissional e traz diferenciais ao currículo (informação verbal).<sup>43</sup>

Os dois últimos questionamentos foram realizados somente aos atuais funcionários da CREIN, João Colares e Danielle Silva. A décima pergunta buscou investigar quais os principais desafios para a construção da cooperação entre a UEPA e as IES latino-americanas.

João Colares iniciou sua fala ressaltando que há desafios em diferentes campos de abrangência. O primeiro deles é quanto à reestruturação da Coordenadoria de Relações Internacionais, que atualmente conta com uma equipe reduzida de apenas três funcionários: coordenador, técnica e estagiária. Segundo o entrevistado, a equipe é pequena considerando os desafios que a UEPA enfrenta no âmbito da internacionalização e que no momento já existem

---

<sup>41</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>42</sup>Informação fornecida por Luzia Jucá em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 5 de janeiro de 2023.

<sup>43</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

algumas propostas de fortalecimento do setor, mas ainda não há nenhuma definição (informação verbal).<sup>44</sup>

Outro desafio é quanto à relação com os fóruns latino-americanos que articulam as IES latino-americanas. João Colares afirma que a CREIN tem buscado estar atenta às oportunidades que chegam, tendo como exemplo a participação na câmara de internacionalização da ABRUEM – por onde veiculam oportunidades de diálogo com as IES – bem como a associação à FAUBAI, que igualmente apresenta possibilidades de internacionalização de universidades da América Latina. Adicionalmente, o coordenador menciona o plano de integração ao Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), o qual oferece perspectivas de cooperação com universidades de todo o mundo (informação verbal).<sup>45</sup>

Por fim, destaca como desafio o acompanhamento dos editais de oportunidades a serem lançados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (informação verbal).<sup>46</sup>

Danielle Silva também menciona como desafio o setor de relações internacionais ter uma estrutura pequena diante de uma universidade de grande porte como a UEPA, o que acaba por gerar dificuldades na prestação de assessoria para todos os alunos (informação verbal).<sup>47</sup>

Por fim, a décima primeira pergunta foi quanto ao que a UEPA espera da cooperação latino-americana nos próximos anos. Espera-se, de acordo com João Colares, fortalecimento da cooperação, da mobilidade acadêmica e da rede de relações, de modo que a instituição tenha mais pesquisadores engajados em conhecer e transformar a realidade Amazônica, brasileira e latino-americana. O coordenador pontua ainda a importância de uma formação inclusiva e intercultural e da construção de uma internacionalização não sob a perspectiva de um serviço, mas de um bem público (informação verbal).<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>45</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>46</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>47</sup>Informação fornecida por Danielle Silva em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 9 de janeiro de 2023.

<sup>48</sup>Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

#### 4.5 **Internacionalização e mobilidade acadêmica sob a ótica dos discentes: o caso do Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano**

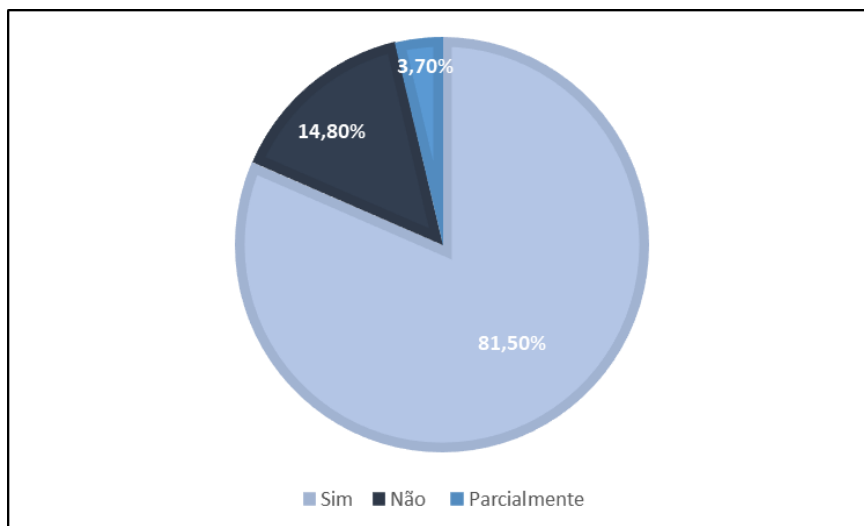
Além das entrevistas, este estudo coletou dados obtidos no questionário aplicado pela Coordenadoria de Relações Internacionais aos discentes participantes do PILA no semestre letivo de 2022.1. O questionário foi estruturado em duas seções: dados pessoais e dados acadêmicos. A seção de dados acadêmicos contou com quatro perguntas que encaminharam o discente para diferentes seções do formulário a depender da resposta fornecida.

A título de exemplo, a Pergunta 1 “Você participou/foi selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1?” tinha como as alternativas “Sim” e “Não”. Em caso de resposta “Sim”, o formulário encaminha o aluno para a Pergunta 2 “Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais?”. Em caso de resposta “Não”, o aluno era direcionado para a Pergunta 3 “Mesmo não tendo participado ou não tendo sido selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1, teria interesse em se inscrever em futuras convocatórias?” e, em seguida, para a finalização do questionário. À Pergunta 1, 100% (27 alunos) responderam “Sim”.

Outro caso é referente à Pergunta 2 “Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais?” que tinha como alternativas, “Sim”, “Parcialmente” e “Não”. Em caso de resposta “Sim” ou “Parcialmente”, o aluno era direcionado para a Pergunta 4 “Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)?”. Em caso de resposta “Não”, o aluno era encaminhado para a finalização do formulário. Assim, compreende-se que o questionário buscou avaliar somente os alunos que tiveram acesso às aulas virtuais, isto é, que tenham iniciado efetivamente a experiência de mobilidade acadêmica no programa.

Para a Pergunta 2, o formulário recebeu 27 respostas, sendo “Sim”: 81,5% (22 alunos); “Parcialmente: 14,8% (4 alunos); “Não”: 3,7% (1 aluno), conforme demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Respostas à Pergunta 2 “Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais?”

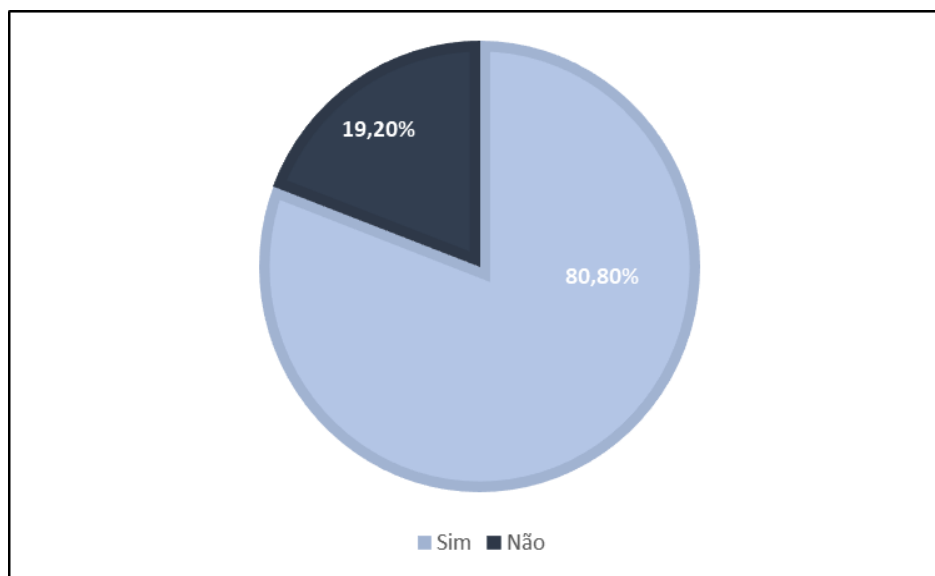


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como um aluno assinalou a alternativa “Não”, indicando que não teve acesso às aulas virtuais, seu questionário foi finalizado e, portanto, as perguntas seguintes receberam 26 respostas.

A Pergunta 4 “Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)?” recebeu 80,8% (21 alunos) de respostas para “Sim” e 19,2% (5 alunos) para “Não”, conforme o gráfico 2:

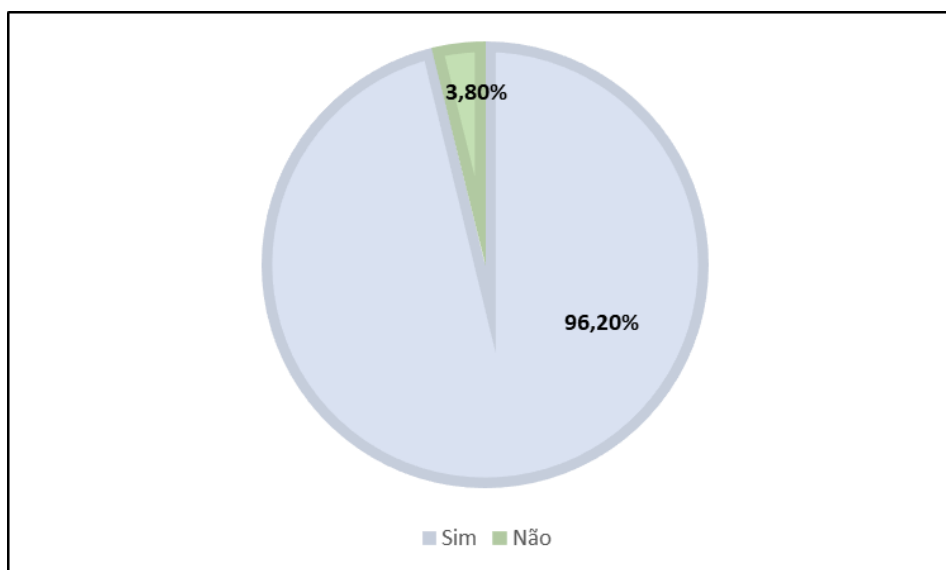
Gráfico 2 – Respostas à Pergunta 4 “Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)?”



Fonte: elaborado pela autora (2023)

A Pergunta 5 “O intercâmbio PILA Virtual 2022.1 foi sua primeira experiência de internacionalização?” recebeu 96,2% (25 alunos) das respostas para “Sim” e 3,8% (1 aluno) para “Não”.

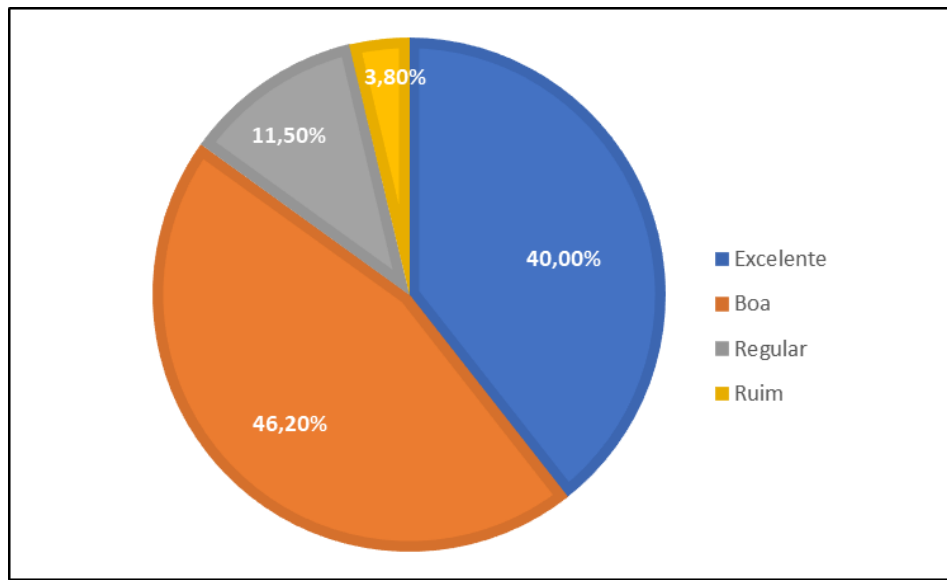
Gráfico 3 – Respostas à Pergunta 5 “O intercâmbio PILA Virtual 2022.1 foi sua primeira experiência de internacionalização?”



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Pergunta 6 “Como você avalia a experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1?” recebeu como respostas: Excelente: 10 alunos (40%); Boa: 12 alunos (46,2%); Regular: 3 alunos (11,5%); Ruim: 1 aluno (3,8%).

Gráfico 4 – Respostas à Pergunta 6 “Como você avalia a experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1?”



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Pergunta 7 “Dentre as possíveis dificuldades listadas abaixo, quais foram presentes em sua experiência?” tinha como alternativas caixas de seleção que permitiam aos discentes selecionar várias opções de resposta de uma lista. A quantidade de respostas recebidas para cada alternativa está descrita abaixo:

- a) dificuldade em compreender as aulas, devido à diferença de idiomas – 9 respostas;
- b) dificuldade em manter uma boa conexão de internet – 8 respostas;
- c) dificuldade em conciliar o intercâmbio com os estudos na UEPA – 10 respostas;
- d) dificuldade em acompanhar as aulas nos horários determinados pela universidade – 12 respostas;
- e) dificuldade em entrar em contato com a universidade de destino – 5 respostas;
- f) dificuldade em manter o interesse no intercâmbio – 1 resposta;
- g) não tive dificuldades – 1 resposta;
- h) outros – 6 respostas.

Na alternativa “Outros”, foram fornecidas pelos alunos as seguintes respostas:

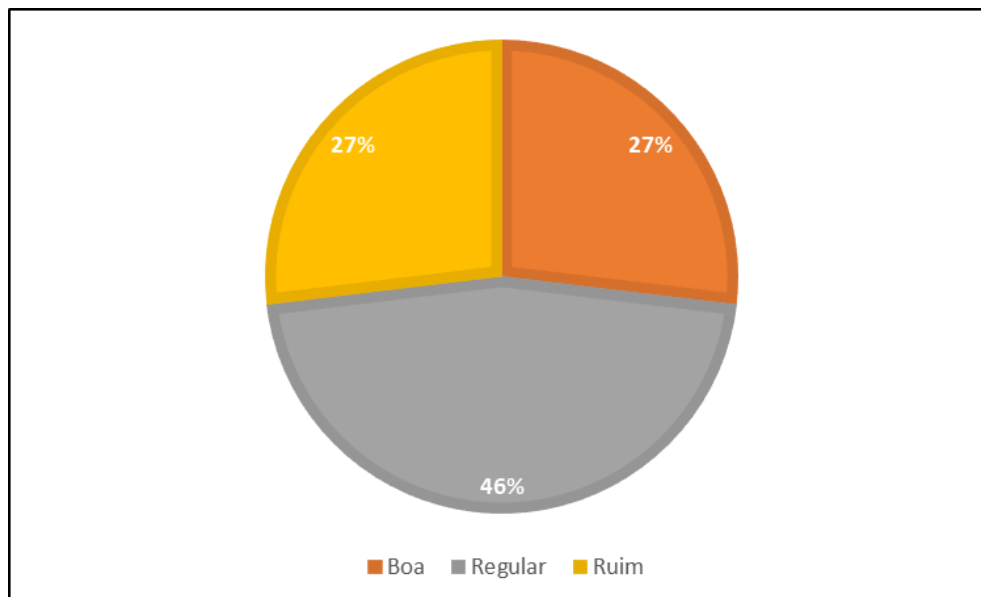
- a) Resposta 1: “A relação aluno-professor era muito distante, as aulas gravadas fizeram falta para conseguir assistir posteriormente (já que não era meu idioma) e senti falta de ter acesso aos materiais das aulas na plataforma”;
- b) Resposta 2: “Dificuldade em relacionar o conteúdo ministrado com o conteúdo pedido em prova”;
- c) Resposta 3: “Dificuldade em uma integração qualitativa da modalidade híbrida de ensino”;
- d) Resposta 4: “Dificuldade em assistir as aulas quando a UTax retornou para as aulas presenciais”;
- e) Resposta 5: “Somente tive tutorias com o professor titular da disciplina, uma vez que todas as aulas eram presenciais, com a participação de intercambistas em sala de aula. Eu fui a única intercambista a estudar remotamente”;
- f) Resposta 6: “A única dificuldade foi com relação a metodologia usada nas aulas”.

A Pergunta 8 “Dentre os possíveis benefícios listados abaixo, selecione os itens que expressem os aprendizados construídos durante o intercâmbio” também era do tipo caixas de seleção e recebeu o seguinte quantitativo de respostas:

- a) a presença de pesquisadores internacionais contribui para a oxigenação no comportamento acadêmico – 12 respostas;
- b) a perspectiva da comunicação intercultural e o aprendizado de outros idiomas – 22 respostas;
- c) o conhecimento da literatura de autores de outras nacionalidades da América Latina e do Caribe – 12 respostas;
- d) internacionalização do currículo – 21 respostas;
- e) crescimento acadêmico, profissional e humano – 23 respostas;
- f) a capacidade de aprender de uma perspectiva diferente – 22 respostas;
- g) não tive benefícios – 2 respostas;
- h) outros – 0 respostas.

A Pergunta 9 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino antes do início do período de mobilidade?” recebeu como respostas: Excelente: 0 alunos; Boa: 7 alunos (26,9%); Regular: 12 alunos (46,2%); Ruim: 7 alunos (26,9%).

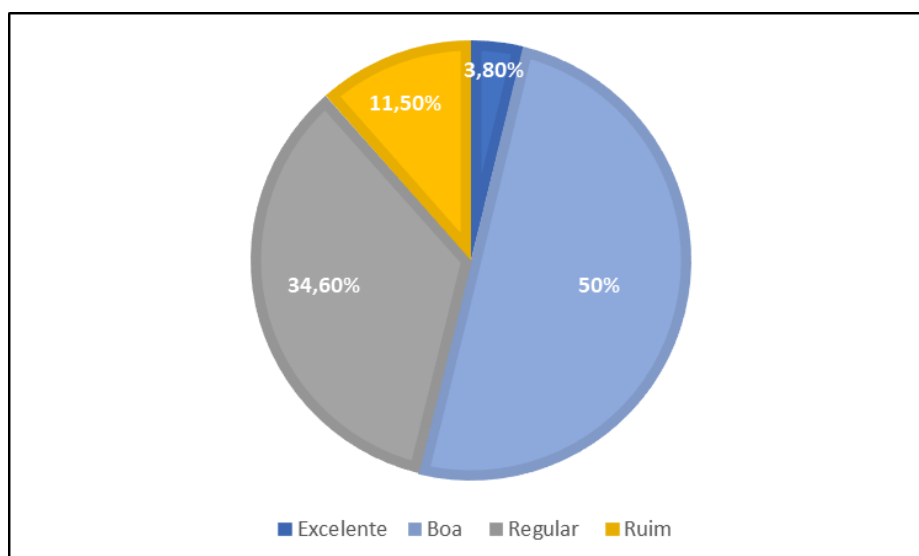
Gráfico 5 – Respostas à Pergunta 9 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino antes do início do período de mobilidade?”



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Pergunta 10 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino após o período de mobilidade?” recebeu 3,8% (1 aluno) para Excelente; 50% (13 alunos) para Boa; 34,6% (9 alunos) para Regular; e 11,5% (3 alunos) para Ruim.

Gráfico 6 – Respostas à Pergunta 10 “Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino após o período de mobilidade?”



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Pergunta 11 “Dentre as alternativas abaixo, quais metodologias de ensino/aprendizagem foram utilizadas durante seu período de estudo?” tinha como alternativas caixas de seleção, sendo as seguintes:

- a) aula expositiva – 22 respostas;
- b) seminário – 10 respostas;
- c) trabalho em grupo – 17 respostas;
- d) estudo individual – 23 respostas;
- e) projeto – 10 respostas;
- f) outras – 3 respostas.

Na alternativa “Outros”, foram fornecidas pelos alunos as seguintes respostas:

Resposta 1: “Estudo bibliométrico”

Resposta 2: “Provas”

Resposta 3: “Tutoria e Q&A (sabatina) sobre os textos da emenda”

A Pergunta 12 “Relate sua experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1.” permitiu respostas livres, com uso de linguagem própria. Conforme destacado na seção de metodologia desta pesquisa, foi feita leitura exaustiva do material coletado e posterior categorização. Para organização desse procedimento, foi elaborada uma tabela como esboço onde constavam as categorias positivas e negativas identificadas nas respostas dos alunos e os trechos das respostas que relataram as experiências que se inserem nessas categorias.

Em seguida, fez-se a contagem destes trechos e foram elaboradas duas tabelas em que constam as categorias identificadas nas respostas dos alunos e a porcentagem de respostas que relataram experiências que se inserem nessas categorias. A primeira tabela corresponde às respostas identificadas como relativas a uma experiência positiva e a segunda tabela corresponde às respostas identificadas como referentes a uma experiência negativa. Ambas podem ser melhor observadas abaixo:

Tabela 1 – Tabelamento de respostas de experiência positiva

| <b>Categorias</b>  | <b>Percentual de respostas</b> |
|--|--------------------------------|
| Suporte da universidade de destino                           | 38,46% (10 respostas)          |
| Professores qualificados na universidade de destino          | 38,46% (10 respostas)          |
| Integração com discentes estrangeiros                        | 34,61% (9 respostas)           |
| Contato com novas perspectivas e interculturalidade          | 30,77% (8 respostas)           |
| Metodologia de qualidade utilizada durante as aulas          | 26,92% (7 respostas)           |
| Melhora na formação acadêmica / qualificação profissional    | 23,07% (6 respostas)           |
| Contato com bibliografia de outros autores da América Latina | 15,38% (4 respostas)           |
| Melhora na proficiência idiomática                           | 15,38% (4 respostas)           |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Tabela 2 – Tabelamento de respostas de experiência negativa

| <b>Categorias</b>   | <b>Percentual de respostas</b> |
|---|--------------------------------|
| Problemas no acesso às plataformas / Conexão de internet ruim | 23,07% (6 respostas)           |
| Dificuldades em compreender o idioma                          | 19,23% (5 respostas)           |
| Dificuldades em conciliar o intercâmbio com as aulas da UEPA  | 15,38% (4 respostas)           |
| Metodologia / Avaliação ruins                                 | 11,53% (3 respostas)           |
| Integração com discentes estrangeiros                         | 3,84% (1 resposta)             |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Além disso, foi realizada a análise das respostas integrais dos alunos, classificando-as em duas categorias: Experiência geral positiva e Experiência geral negativa. Para isso, foi realizada a leitura integral de cada uma das 26 respostas, averiguando se elas continham relatos predominantemente positivos ou somente negativos. As experiências positivas correspondem a 92,30% (24 alunos) e as experiências negativas correspondem a 7,70% (2 alunos). Os dados estão melhor bem descritos no gráfico 7:

Gráfico 7 – Percentual de respostas positivas e negativas coletadas na Pergunta 12 “Relate sua experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1.”



Fonte: elaborado pela autora (2023).

## 5 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIA PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: ANÁLISE E DISCUSSÃO NO CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Nesta seção, primeiramente se avaliará o cumprimento das estratégias previstas na Meta 5 do Plano de Desenvolvimento Institucional desde o início de sua vigência, em 2017, até dezembro de 2022. Em seguida, será feita a análise e discussão dos avanços e desafios na cooperação internacional da UEPA com IES latino-americanas, tendo como base os dados coletados nas entrevistas e questionários.

### 5.1 Avaliação do cumprimento das estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional para a cooperação internacional

Haja vista que esta pesquisa considera a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional na delimitação do período analisado, é fundamental que a etapa de discussão dos resultados primeiramente avalie o cumprimento das estratégias traçadas no documento considerando o recorte temporal de 2017 a 2022 e as ações direcionadas à cooperação com IES latino-americanas.

Conforme descrito na seção anterior, a Meta 5: “Fortalecer a dimensão internacional da UEPA”, possui as seguintes estratégias:

- a) realizar a celebração de convênios com Universidades e demais instituições estrangeiras;
- b) desenvolver ações que visem a internacionalização de currículo acadêmico;
- c) incentivar e expandir a mobilidade acadêmica para os alunos de graduação e pós-graduação brasileiros e estrangeiros;
- d) implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação;
- e) criar *website* para divulgação de notícias e oportunidades à comunidade universitária nacional e internacional;
- f) articular a participação da UEPA na NAFSA;
- g) ampliar recursos humanos da CREIN, com habilitação na língua inglesa.

O cumprimento da estratégia “Realizar a celebração de convênios com Universidades e demais instituições estrangeiras” foi observado na celebração de oito acordos de cooperação internacional. Desses, sete são bilaterais e um é multilateral. Quanto à efetividade, nota-se que a grande maioria dos acordos esteve restrito ao âmbito formal, tendo pouco resultado efetivo –

excetuando-se os convênios com a Universidad Nacional de Colombia e com o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano – PILA. Diante do quantitativo de mais de 13 mil alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação na universidade, o número de intercâmbios promovidos se mostra pequeno. Na grande maioria dos acordos bilaterais, apesar de firmada a parceria com as instituições, não houveram resultados práticos.

Quanto à estratégia “Desenvolver ações que visem a internacionalização do currículo acadêmico”, observou-se que esta esteve bastante presente durante a experiência do PILA. A internacionalização do currículo enquanto benefício direto da mobilidade foi assinalada por 21 alunos participantes do programa, o que equivale a 80,7% do total de estudantes que responderam ao questionário. Ademais, conforme demonstrado na análise das respostas abertas, a categoria de “Melhora na formação acadêmica / qualificação profissional” foi identificada nos relatos de 6 alunos.

A estratégia “Incentivar e expandir a mobilidade acadêmica para os alunos de graduação e pós-graduação brasileiros e estrangeiros” também foi alcançada no marco do PILA. O coordenador João Colares menciona em entrevista que, diante da pandemia da covid-19, a mobilidade acadêmica virtual foi a única opção viável para promover o intercâmbio na UEPA. Nesse sentido, identificou-se somente a iniciativa do PILA Virtual como estratégia de mobilidade acadêmica desde o início da pandemia até dezembro de 2022. Não foram encontrados registros de outras iniciativas de mobilidade acadêmica nos relatórios da UEPA, tampouco nas falas de João Colares e Luzia Jucá. Acerca do período de 2017 até 2021, também não foi identificada nenhuma iniciativa de mobilidade acadêmica presencial de alunos da UEPA para IES latino-americanas.

Isto é, dentre os oito convênios firmados, identificou-se que houve mobilidade acadêmica de alunos da UEPA somente por meio do PILA que, apesar do sucesso relatado, esteve limitado ao virtual. Ao mencionar a mais recente convocatória do programa que abrange as modalidades virtual e presencial, João Colares salienta que a adesão da UEPA à modalidade presencial foi inviabilizada em razão da indisponibilidade de recursos da instituição. Como pré-requisito para a cooperação, a convocatória do PILA determina que as universidades inscritas devem cooperar de maneira recíproca em termos de enviar e receber alunos estrangeiros e, para isso, a universidade de destino deve ser responsável pelos custos da estadia do aluno estrangeiro. Isto é, caso tenha interesse em enviar alunos ao exterior – os quais terão sua estadia arcados pela universidade de destino – a UEPA também deverá receber alunos estrangeiros e

arcar com seus custos. Contudo, João Colares ressalta que a UEPA não dispõe de tais recursos, de modo que, mais uma vez, pôde aderir apenas à modalidade virtual (informação verbal).<sup>49</sup>

Com relação às estratégias “Implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação”; “Articular a participação da UEPA na Association of International Educators – NAFSA”; e “Ampliar recursos humanos da Coordenação de Relações Internacionais – CREIN”, com habilitação em língua inglesa, não foi possível identificar se foram efetivadas até dezembro de 2022.

Por fim, quanto à estratégia “Criar website personalizado para divulgação de notícias e oportunidades à comunidade universitária nacional e internacional”, esta não havia sido cumprida até dezembro de 2022.

## **5.2 Avanços e desafios na cooperação internacional latino-americana da Universidade do Estado do Pará**

Após análise do material coletado nas entrevistas, identificou-se os seguintes avanços em cooperação internacional latino-americana durante o período analisado: (1) o direcionamento de ações à cooperação com IES latino-americanas; (2) o estabelecimento de acordos e convênios em âmbito bilateral e multilateral; (3) a aproximação com IES brasileiras e o diálogo estratégico na Associação Brasileira de Educação Internacional; (4) a curricularização da extensão no marco da parceria com a AIESEC; e (5) a participação ativa no Fórum Social Pan-Amazônico.

Nos dez primeiros anos de funcionamento da Coordenadoria de Relações Internacionais, não havia ações direcionadas especificamente à cooperação com instituições latino-americanas. A partir de meados de 2021, no marco da transição da gestão superior, passou-se a defender o estabelecimento de relações com IES do Sul Global na perspectiva de dialogar com instituições com objetivos em comum. Nesse sentido, a UEPA passou a direcionar ações para a valorização dessas relações. Os principais instrumentos para embasar as estratégias adotadas foram o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Plano Nacional de Educação – PNE e a Jornada de Planejamento Estratégico de 2022.

Outro avanço foi quanto ao estabelecimento de convênios com IES latino-americanas. No âmbito dos acordos bilaterais, há convênios com universidades da Argentina, Chile, Colômbia e Peru. No âmbito do acordo multilateral, há convênio com 224 universidades da

---

<sup>49</sup> Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Nicarágua, Paraguai e Uruguai. Dos acordos bilaterais firmados, destaca-se o acordo bilateral com a Universidad Nacional de Colombia, que resultou no recebimento de seis alunos colombianos para realizar estágio na UEPA. Além disso, como acordo multilateral, é evidenciado o PILA Virtual 2022.1 e o protagonismo da UEPA na participação do programa enquanto universidade escolhida pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM para oferecer disciplinas de graduação e pós-graduação no formato remoto e para enviar alunos para cursar disciplinas nas universidades parceiras.

Há também avanços quanto à participação ativa da UEPA junto à FAUBAI. A universidade participou na organização do encontro da FAUBAI de 2019, sediado em Belém, além de ter sido responsável pela regional Norte da associação durante três mandatos. Durante a pandemia, a UEPA continuou atuando ativamente como suplente na regional Norte e também na interlocução sobre estratégias de internacionalização no cenário pandêmico, estabelecendo diálogos com universidades de todo o Brasil, sobretudo da Amazônia.

Destaca-se também o avanço na parceria com a AIESEC e nos estudos da curricularização da extensão. A prática da extensão é pensada em observância à Carta Constitucional de 1988, que preconiza que a universidade no Brasil deve realizar extensão. O Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA aponta que a extensão deve ser realizada com a cooperação e a participação direta e externa de outros sujeitos, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas (UEPA, 2017). No caso da parceria com a AIESEC, é firmada uma cooperação em âmbito internacional, por meio da qual os alunos da UEPA têm a possibilidade de desenvolver ações extensionistas no exterior que sejam posteriormente incluídas em seus currículos acadêmicos.

Outro avanço identificado foi com relação à participação ativa no FOSPA, evento em que países da Pan-Amazônia estabeleceram diálogos visando a resistência política, cultural e acadêmica com base na reciprocidade e na interculturalidade. Na ocasião, pesquisadores da UEPA tiveram contato com pesquisadores estrangeiros da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Essas aproximações possibilitam maior integração regional entre os países envolvidos, assim como a projeção da instituição internacionalmente. As universidades e suas respectivas políticas de internacionalização têm impacto para muito além dos muros da instituição: elas influenciam significativamente a política dos Estados, ao passo em que acompanham as dinâmicas do panorama mundial (PESSINO, 2021). A internacionalização universitária, é,

acima de tudo, elemento ativo das relações internacionais e, uma vez que transforma o seu entorno, também impacta os arranjos de integração regional.

Além destes avanços observados por meio de análise de conteúdo, cabe destacar os benefícios elencados pelos entrevistados, que também podem ser avaliados em termos de avanços nos últimos anos.

Por meio da pergunta “De que maneira a cooperação internacional latino-americana afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA?”, nota-se como benefícios (1) o alcance dos objetivos da universidade; (2) o cumprimento da missão da CREIN; e (3) o desenvolvimento das capacidades institucionais em ensino, pesquisa e extensão.

Por meio dos avanços em cooperação internacional abordados anteriormente, a UEPA também pôde avançar na consecução de seus objetivos previstos em Estatuto e Regimento Geral no Art. 7º, parágrafos III e IV, que versam sobre “manter intercâmbio cultural e científico com as instituições congêneres regionais, nacionais e internacionais, à luz da universalidade de seus fins e com vistas à universalidade de sua missão” e no Art. 52º, que afirma que “na realização da pesquisa poderão ser estabelecidos intercâmbios, acordos ou convênios com instituições públicas, particulares, não-governamentais, nacionais ou internacionais, respeitadas a natureza, os objetivos e os compromissos sociais da instituição” (UEPA, 2016).

Ademais, houve avanços no cumprimento da missão da CREIN de garantir que a UEPA esteja inserida na comunidade acadêmica internacional “como instituição brasileira e amazônica preparada para responder os desafios da internacionalização acadêmica, valorizando a educação superior como um bem público e um direito dos cidadãos”, conforme afirma o atual coordenador João Colares (informação verbal).<sup>50</sup>

Quanto ao desenvolvimento das capacidades institucionais em ensino, pesquisa e extensão, os avanços na cooperação internacional latino-americana oportunizaram o enriquecimento nos estudos de alunos de graduação e pós-graduação, além da abertura para integração em redes internacionais e para a captação de recursos em projetos de pesquisa. Destaca-se também a contribuição para a avaliação dos programas de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, haja vista que um dos quesitos avaliados é a internacionalização. Por fim, observa-se que há expectativas de avanços na extensão universitária por meio do aumento da participação de alunos em programas e eventos no exterior.

---

<sup>50</sup> Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

Por meio da pergunta “Quais os benefícios do intercâmbio de conhecimento entre a UEPA e as IES latino-americanas parceiras para os discentes e docentes da UEPA?”, nota-se, em síntese, os seguintes benefícios da cooperação internacional com IES latino-americanas: (1) o ganho de uma visão de mundo ampla e aberta; (2) o incremento no currículo e na vida profissional; (3) a formação intercultural; (4) o aprendizado de línguas estrangeiras; e (5) a construção de uma visão mais solidária. Estes, por sua vez, contribuíram para os avanços na qualificação dos estudantes e discentes da UEPA que, por meio do contato com pesquisa internacional e diferentes visões de mundo, podem agregar às pesquisas já existentes na universidade e fomentar o surgimento de novas.

Quanto aos desafios identificados no material coletado nas entrevistas, aponta-se os seguintes: (1) a ausência de uma política estadual de fomento à internacionalização; (2) o foco tardio na cooperação com IES latino-americanas; (3) a pandemia da covid-19; (4) o desmonte das políticas de educação pública; e (5) a reduzida equipe do setor de relações internacionais.

Desde a criação da Coordenadoria de Relações Internacionais da UEPA, nunca houve uma política estadual de fomento à internacionalização da educação. Os recursos utilizados pela UEPA são advindos do governo do estado, mas são geridos internamente pela universidade e alocados conforme necessidade, sem que o setor de relações internacionais seja priorizado. Caso houvesse efetivamente uma política direcionada ao incentivo da cooperação internacional e ao ganho de visibilidade da UEPA mundo afora – e, por conseguinte, do Estado, – a cooperação internacional da universidade já teria expandido consideravelmente.

O segundo desafio, que possui estreita relação com o primeiro, é a criação tardia de uma iniciativa especificamente voltada às relações com IES latino-americanas. Como observado nesta pesquisa, foi somente a partir de 2021 que se passou a priorizar a América Latina enquanto região. Isto é, não havia nenhuma estratégia direcionada à cooperação latino-americana não somente durante a maior parte do período analisado nesta pesquisa, como em quase toda existência do setor de relações internacionais da UEPA.

Esse desafio é também reflexo da carência de recursos da instituição para investir em sua política de internacionalização. Identificou-se nas falas dos entrevistados que, historicamente, boa parte dos investimentos na cooperação internacional da UEPA teve origem externa, como é o caso do programa de bolsas ibero-americanas do Santander e do programa Erasmus Mundus da União Europeia. Em razão disso, muitas das iniciativas adotadas atendiam aos interesses dos financiadores e, apesar de beneficiária dos investimentos, a UEPA perdia parte de sua autonomia na formulação de estratégias.

Outro desafio de suma relevância para o período estudado é a pandemia da covid-19. Com o fechamento de fronteiras no início de 2020, a mobilidade acadêmica presencial foi suspensa e os gestores das universidades passaram a pensar em soluções alternativas para manter a cooperação internacional em certa medida. A saída encontrada foi a adesão à mobilidade virtual, cuja principal diferença em relação à mobilidade presencial é que na primeira não há uma imersão completa na cultura do país de destino por parte dos estudantes. Apesar dos ganhos observados em termos culturais, linguísticos e científicos, o ensino à distância por si só é insuficiente para proporcionar uma experiência de intercâmbio acadêmico integral.

Soma-se como desafio identificado no período analisado o desmonte das políticas de educação pública por parte de representantes do governo federal brasileiro, que se deu por meio da redução dos orçamentos da educação, de declarações hostis às universidades e do desincentivo à ciência como um todo. Apesar de ser estadual, a UEPA é uma instituição pública e gratuita que também teve que lidar com os ataques diretos à pesquisa brasileira e amazônica e resistir em defesa dos pilares da educação, como é o caso da internacionalização.

Por fim, observou-se como desafio a estruturação da Coordenadoria de Relações Internacionais. De 2017 a meados de 2021, o setor contava com apenas dois funcionários: coordenadora e técnica. A partir do segundo semestre de 2021, somou-se à coordenadoria a vaga de estagiário, que seguia mantida até o final do período analisado nesta pesquisa. Esse quantitativo de pessoal é pequeno ao se levar em consideração a abrangência da universidade – atualmente, com mais de 13 mil alunos espalhados nos 21 campi em 17 municípios. Espera-se, segundo o atual coordenador João Colares, que haja uma ampliação do setor nos próximos anos – a qual depende da liberação de recursos financeiros, – mas enquanto não houver uma definição, a coordenadoria seguirá com o desafio de atender uma alta demanda com quantidade reduzida de recursos humanos (informação verbal).<sup>51</sup>

Quanto à experiência particular do PILA Virtual 2022.1, a análise do material coletado nos questionários também apontou para uma série de avanços e desafios no âmbito na mobilidade acadêmica. Conforme mencionado pelo coordenador João Colares, 56 alunos receberam cartas de aceite para cursar disciplinas nas mais de 200 instituições latino-americanas vinculadas ao PILA (informação verbal)<sup>52</sup>. O questionário desenvolvido pela Coordenadoria de Relações Internacionais foi enviado a esses 56 alunos, sendo que 27 responderam. Desses, 26 iniciaram, de fato, a experiência de intercâmbio virtual (gráfico 1). Desses 26 discentes, 80,8%

---

<sup>51</sup> Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

<sup>52</sup> Informação fornecida por João Colares em entrevista para Bruna Beltrão, em Belém, dia 3 de janeiro de 2023.

(21 alunos) já haviam concluído as disciplinas naquele momento (gráfico 2) – considerando que o formulário recebeu respostas até 31 de julho de 2022.

O intercâmbio virtual no PILA foi a primeira experiência de internacionalização da grande maioria dos discentes que responderam ao formulário (96,2%). Somente 1 aluno já havia tido uma experiência prévia de internacionalização. O primeiro contato com a cooperação internacional por meio do programa demonstra sua importância enquanto pioneiro na formação internacional destes discentes, mas também aponta para a escassez e/ou ausência do desenvolvimento de outras estratégias de internacionalização junto a estes alunos especificamente. Há de se questionar, portanto: considerando que a mobilidade acadêmica é apenas uma entre as variadas estratégias de internacionalização, por que a UEPA não adotou previamente outras estratégias de internacionalização com esses alunos?

A grande maioria (86,2%) dos intercambistas que respondeu ao formulário avaliou positivamente a experiência do PILA virtual, sendo que 40% a considerou como “Excelente” e 46,2% como “Boa”. Outros 3 alunos (11,5%) definiram a experiência como “Regular” e 1 aluno (3,8%) como “Ruim” (gráfico 4). As razões para as respostas a essa pergunta são melhor observadas nas Perguntas 7 e 8 – que avaliam os benefícios e as dificuldades – e na Pergunta 12, na qual os alunos expressam livremente os pontos positivos e negativos do intercâmbio.

Na Pergunta 7, acerca das dificuldades presentes durante a experiência de internacionalização, era possível selecionar mais de uma alternativa simultaneamente, devendo o aluno assinalar as que melhor descrevessem sua situação.

A alternativa mais escolhida foi “Dificuldade em acompanhar as aulas nos horários determinados pelas universidades”, com 12 respostas (46%). Há de se considerar que a diferença de fusos horários entre o Brasil e os países latino-americanos cooperantes pode ter contribuído para isso, assim como o possível choque de horários entre as aulas do intercâmbio e as aulas na UEPA, que continuaram ocorrendo normalmente. Essa última possibilidade em específico foi relatada por um aluno na pergunta aberta, além de também ser expressa na alternativa “Dificuldade em conciliar o intercâmbio com os estudos na UEPA”, que recebeu 10 respostas (38%).

A alternativa “Dificuldade de compreender as aulas, devido à diferença de idiomas” recebeu 9 respostas (34%). Esse aspecto é melhor explorado nas Perguntas 9 e 10, nas quais os alunos auto-avaliaram sua proficiência na língua utilizada na universidade de destino, revelando uma melhoria no seu desempenho geral.

Antes do período de mobilidade acadêmica, a maioria dos alunos classificava sua proficiência no idioma como “Regular” (46,2%) e “Ruim” (26,9%), enquanto que somente 7

alunos (26,9%) a classificavam como “Boa” e nenhum como “Excelente” (gráfico 5). Após a experiência de intercâmbio, a maioria dos discentes classificou sua proficiência como “Excelente” (3,8%) e “Boa” (50%), e a minoria como “Regular” (34,9%) e “Ruim” (11,5%) (gráfico). Isso reflete uma melhoria considerável no desempenho no idioma estrangeiro – sobretudo o espanhol – que também foi relatada por 4 alunos na pergunta aberta.

Por outro lado, é importante destacar que muitos relataram dificuldades em compreender o idioma. Além das 9 respostas à alternativa “Dificuldade em compreender às aulas, devido à diferença de idiomas”, o desafio também foi relatado por 5 alunos na pergunta aberta, que será melhor analisada mais adiante.

A dificuldade em compreender uma língua estrangeira é esperada no início de uma experiência de mobilidade acadêmica, e é fundamental considerar que um dos objetivos do intercâmbio é justamente o aprimoramento no idioma do país de destino. No entanto, é válido refletir sobre a possibilidade de exposição prévia do aluno ao idioma para prepará-lo para as aulas e assegurar melhor proveito nestas pelo menos inicialmente, quando há mais dificuldades para assimilar o idioma estrangeiro. Há de se pensar, portanto, na possibilidade de a UEPA adotar como estratégia de internacionalização a realização de cursos livres de idiomas, com foco na preparação dos alunos de mobilidade acadêmica.

A alternativa “Dificuldade em manter uma boa conexão de internet” é fundamental para a análise deste caso, haja vista que o programa se deu no formato virtual. 8 alunos (30%) apontaram ter essa dificuldade ao escolher a caixa de seleção, e houve mais 6 relatos referentes a problemas para acessar as aulas na pergunta aberta.

Além disso, 5 alunos (19%) assinalaram “Dificuldade em entrar em contato com a Universidade de destino; 1 aluno (3,8%) para “Dificuldade de manter o interesse no intercâmbio” e 1 aluno (3,8%) para “Não tive dificuldades”.

6 alunos (23%) assinalaram a opção “Outros” e relataram suas dificuldades por meio de escrita livre. Os problemas identificados nestas respostas se referem sobretudo à (1) Integração com professores no ensino à distância; (2) Falta de acesso aos materiais das aulas na plataforma da universidade; (3) Metodologia utilizada; e (4) Integração efetiva no sistema híbrido. Nota-se que a maior parte desses impasses são particulares da modalidade de ensino virtual.

Conforme descrito anteriormente, na Pergunta 8, acerca dos benefícios presentes durante a experiência de internacionalização, era possível selecionar mais de uma alternativa simultaneamente, devendo o aluno assinalar as que melhor descrevessem sua situação.

A alternativa mais escolhida foi “Crescimento acadêmico, profissional e humano”, com 88,4% dos alunos selecionando-a. Também se destacaram “A capacidade de aprender de uma perspectiva diferente” (84,6%); “A perspectiva da comunicação intercultural e o aprendizado de outros idiomas” (84,6%); e a “Internacionalização do currículo” (80,7%).

Esses aspectos foram igualmente identificados na pergunta aberta nas seguintes categorias: Integração com discentes estrangeiros; Contato com novas perspectivas e interculturalidade; Melhora na formação acadêmica /qualificação profissional; e Melhora na proficiência idiomática.

As alternativas “A presença de pesquisadores internacionais contribui para a oxigenação no comportamento acadêmico” e “O conhecimento da literatura de autores de outras nacionalidades da América Latina e do Caribe”, receberam 46% de respostas cada uma, aspectos também relatados por 4 alunos na pergunta de resposta livre. Por fim, 2 alunos (7%) relataram não ter benefícios.

A Pergunta 11 “Dentre as alternativas abaixo, quais metodologias de ensino/aprendizagem foram utilizadas durante seu período de estudo?” demonstrou que a principal metodologia adotada pelos professores foi o estudo individual (88%), seguida de aula expositiva (84,6%), trabalho em grupo (65,4%), seminário (38,5%) e projeto (38,5%). Ademais, 3 alunos selecionaram a opção “Outras” e inseriram como metodologias prova (3,8%), estudo bibliométrico (3,8%) e tutoria e sabatina sobre os textos da emenda (3,8%).

Por fim, a pergunta 12 recebeu igualmente 26 respostas, contendo relatos extensos, em sua maioria bem detalhados, que destacaram aspectos como: progressos, desafios, disciplinas cursadas, temas abordados durante as aulas, metodologias empregadas, funcionamento das avaliações, como se deu o processo de acolhimento por parte universidades de destino, como as aulas eram acessadas, integração com professores e colegas de sala, literatura recomendada, como se deu o contato com a língua estrangeira e de que maneira se lidou com a diferença de idiomas, dentre outros.

Em todas as respostas foi possível identificar se a experiência era relatada como positiva ou negativa. Dada a extensão e o detalhamento de grande parte delas, alguns relatos continham tanto aspectos positivos quanto negativos. Após análise exaustiva do material, observou-se que 24 alunos (92,3%) descreveram a experiência como predominantemente positiva e 2 alunos (7,7%) como uma experiência exclusivamente negativa (gráfico 7). Vale ressaltar que dados referentes às experiências positivas não excluem as categorias negativas identificadas na mesma resposta, mas sim se sobressaem na análise da resposta como um todo. Por outro lado, as respostas exclusivamente negativas não possuem categorias positivas.

Realizando a análise individual das categorias, dentre os aspectos positivos identificados nas respostas, o suporte da universidade de destino (38,6%) e a qualificação de professores (38,6%) foram fundamentais para os alunos. De acordo com Stallivieri (2002), a solidariedade é um dos princípios das relações de cooperação internacional universitária que visam o desenvolvimento e a integração dos povos. Foi possível observar nas respostas do questionário que os alunos destacaram que as IES sempre estavam dispostas para ajudá-los e dispuseram das ferramentas digitais necessárias para o acesso às aulas, além de terem sido acolhedoras e comunicativas, o que demonstra solidariedade e respeito com as relações firmadas com a UEPA. Com relação à qualificação dos professores, os discentes também destacaram o acolhimento prestado, a qualidade ao ministrar o conteúdo e a disposição em tirar as dúvidas.

Outra categoria fundamental foi relativa à integração com discentes estrangeiros (34,6%). A inserção do estudante na realidade estrangeira é crucial para que sua experiência de intercâmbio seja completa. Apesar das limitações geográficas da mobilidade virtual, as respostas evidenciaram que os alunos da UEPA conheceram estudantes de vários países – seja por meio dos trabalhos que eram feitos em grupos, seja construindo “amizades para além da sala de aula virtual”, conforme um aluno afirma. Além disso, foram mencionados o acolhimento e a ajuda prestada pelos colegas estrangeiros.

Esse benefício dialoga com as trocas culturais agrupadas na categoria “Contato com novas perspectivas e Interculturalidade”, evidenciadas nas respostas de 8 alunos (30,77%). Alguns estudantes salientaram o contato com a cultura do país de destino, enquanto outros enfatizaram que puderam aprender de uma outra perspectiva a partir da interação com indivíduos estrangeiros. Tem-se como exemplo o relato de um dos alunos participantes do PILA Virtual 2022.2: “A universidade ‘X’ possui todo um direcionamento voltado à interculturalidade, isso me possibilitou a interação com estudantes de diversos países nas duas disciplinas que acompanhei”.

O intercâmbio promovido pelo PILA impulsionou as trocas culturais e a geração de conhecimento entre os estudantes da UEPA e os alunos de diferentes instituições. Stallivieri (2017) aponta a comunicação intercultural e a capacidade de aprender de uma perspectiva diferente como ganhos fundamentais que a internacionalização da educação superior pode proporcionar. Pessino (2021) também evidencia que o intercâmbio entre estudantes de instituições de ensino de países latino-americanos insere-se dentro de uma lógica que reconhece a importância da interação entre diferentes culturas para a ampliação de saberes, para a transformação social e para a ênfase dos sujeitos enquanto elementos ativos do conhecimento.

A categoria “Metodologia de qualidade utilizada durante as aulas” recebeu 7 respostas (26,9%), demonstrando, por meio do relato de alunos, que as aulas eram interativas e didáticas, o que facilitava a absorção do conhecimento. Em contrapartida, de acordo com os dados obtidos na Pergunta 11 referentes às metodologias utilizadas, o estudo individual (88%) e aula expositiva (84,6%) eram mais presentes do que o trabalho em grupo (64,4%) e o seminário (38,5%), que são metodologias que envolvem mais interação com coletivo. O desenvolvimento de estratégias de ensino/aprendizagem com interação do discente com os professores e os colegas de sala é, por si só, valioso do ponto de vista pedagógico, mas, no caso do intercâmbio acadêmico, é também fundamental para a troca de conhecimentos e maior inserção do intercambista na cultura do país de destino.

A categoria “Melhora na formação acadêmica/qualificação profissional” recebeu 6 respostas (23,07%) e evidenciou um incremento nos currículos acadêmicos dos alunos, bem como o ganho de conhecimento para pesquisas que estes pretendem desenvolver posteriormente. Acerca deste último aspecto, destacam-se duas respostas: “O que aprendi me possibilitou vislumbrar novos horizontes para pesquisas futuras, que pretendo desenvolver no doutorado” e “Me proporcionou colaborações poderosas na minha pesquisa de mestrado do PPGEECA/UEPA e na jornada acadêmica, científica e pessoal adiante”.

A realização de intercâmbio acadêmico permite ao estudante incrementar experiências e habilidades em seu currículo e, conseqüentemente, aumentar suas chances no ingresso em programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e vagas de emprego. De acordo com Morosini (2006), é necessário que os estudantes internacionais estejam preparados profissionalmente para enfrentar os problemas exigidos pelo mercado de trabalho. Ter uma formação pautada em conhecimento internacional contribui para o desenvolvimento de uma visão ampla do mundo, capacidade de solucionar conflitos e respeito à diversidade cultural.

Na Meta 5 do Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA figura como estratégia: “Desenvolver ações que visem a internacionalização do currículo” (UEPA, 2017). A estratégia também é descrita por Stallivieri (2017) quando a autora afirma que a internacionalização do currículo é uma das grandes vantagens da internacionalização da educação superior.

Além disso, a categoria “Contato com bibliografia de outros autores da América Latina”, com 4 respostas (15,38%), evidenciou que os alunos leram autores até então desconhecidos, bem como puderam compartilhar materiais de autores brasileiros. Para Pessino (2021), a internacionalização que interage com diversos caminhos do saber reconhece a existência de diferentes culturas. Isso faz com que a experiência de mobilidade seja não somente acadêmica, mas também cultural e social. Nas relações de troca relatadas pelos alunos

participantes do PILA, observa-se que as conexões se fortaleceram em uma perspectiva de reciprocidade, em que ambas as partes foram beneficiárias.

Por fim, na categoria “Melhora na proficiência idiomática”, com 4 respostas (15,38%), nota-se relatos de evolução na prática do idioma, o quais corroboram com a auto-avaliação feita pelos alunos nas questões de múltipla escolha. Por outro lado, na análise das categorias que relataram experiências negativas, 5 alunos (19,2%) afirmaram ter sido desafiador acompanhar as aulas devido à diferença de idiomas, o que conseqüentemente dificultou a apreensão do conteúdo estudado, bem como a interação com professores e colegas de sala.

A categoria “Problemas no acesso às plataformas/Conexão ruim”, com 6 respostas (23%), foi o maior desafio relatado nesta questão. Dois alunos tiveram conexão de internet de má qualidade, enquanto os demais tiveram problemas para utilizar as plataformas digitais indicadas pela universidade de destino.

Ademais, a categoria “Dificuldades em conciliar o intercâmbio com as aulas da UEPA”, com 4 respostas (15,38%), reforçou o que já havia sido sinalizado por 10 alunos na pergunta 7 sobre dificuldades. O desafio de conciliar os estudos se deve ao fato de que as disciplinas ofertadas pelas IES vinculadas ao PILA ocorreram paralelamente às aulas da UEPA. Em contrapartida, em um cenário de mobilidade acadêmica presencial, o aluno cursa somente as disciplinas da universidade de destino durante o período de intercâmbio e, após retorno, dá continuidade aos estudos na UEPA.

A categoria “Metodologia/Avaliação ruins”, com 3 respostas, trouxe insatisfações quanto à dinâmica dos professores em sala, sendo elas: (1) metodologia pouco dinâmica; (2) avaliação limitada ao conteúdo; e (3) falta de aprofundamento nos conteúdos pelo professor.

Por fim, há a categoria “Integração com discentes estrangeiros”, que recebeu uma resposta (3,84%), em que o aluno relata que teve pouca interação com os colegas de sala.

É importante observar que a maioria dos relatos de experiência negativa são particulares da modalidade virtual de intercâmbio: Problemas no acesso às plataformas / Conexão de internet ruim (6 respostas); Dificuldades em conciliar o intercâmbio com as aulas da UEPA (4 respostas); e “Integração com discentes estrangeiros” (1 resposta), totalizando 11 relatos de um total de 19.

Em suma, as experiências relatadas demonstraram avanços na integração entre as IES latino-americanas e ganhos em termos científicos, culturais e sociais. Maués e Bastos (2017) apontam que a cooperação internacional universitária deve ter como objetivos a formação de pessoas empenhadas nas mudanças sociais, respeitando o contexto local, com valores humanitários e com ética. Tal definição dialoga com o propósito de cooperação da UEPA de

“buscar pensar na internacionalização desde um ponto de vista crítico, intercultural e solidário” (Uepa, 2022).

Também para Pessino (2021), é fundamental que as relações gerem resultados efetivos para ambas as partes e, para isso, é essencial que as universidades se conectem de forma sustentável e equitativa. Como visto anteriormente, tal abordagem encontra maior abertura no âmbito da cooperação descentralizada horizontal, dado que esta valoriza a reciprocidade e as particularidades de cada uma das partes.

A percepção de UEPA enquanto universidade do Sul Global, latino-americana e da Amazônia é estimulada a partir do contato com IES em situações semelhantes e, por conseguinte, por meio da elaboração de estratégias de fortalecimento conjunto. Didriksson (1998) aponta que a cooperação internacional horizontal na educação deve estar pautada em uma cultura de solidariedade internacional e mútuo reconhecimento das capacidades de cada país ou região. Para haver uma cooperação com base em reciprocidade e corresponsabilidade, é fundamental que as instituições frequentem espaços de interesse em comum e desenvolvam conjuntamente alternativas para promover seu desenvolvimento.

Nos últimos cinco anos, a instituição buscou estabelecer relações horizontais com universidades sediadas em países do Sul Global e, em grande parcela dessas relações, as partes cooperantes tomaram como base princípios de reciprocidade, ganhos mútuos e respeito às particularidades de cada país. Tais princípios, igualmente inerentes à cooperação descentralizada, somaram-se à autonomia adotada pela universidade na celebração de acordos e convênios, na filiação a redes de cooperação e na elaboração de projetos. Visto que uma das prerrogativas das universidades é ter independência para traçar suas estratégias e estabelecer uma cooperação direta com os demais atores, a UEPA demonstrou adequar-se ao modelo de cooperação descentralizada.

Além disso, outro aspecto que a UEPA atendeu enquanto entidade não-central foi a proximidade com as demandas locais. O tripé acadêmico, e mais especificamente a extensão, é marcado pela maior aproximação das instituições com a sociedade e consequentemente com suas demandas, dado que em muitos casos os fenômenos sociais são objetos de estudo dos pesquisadores. Nesse contexto, ao estabelecer um diálogo mais próximo com a sociedade civil, incluindo os próprios professores, estudantes e gestores, a universidade executa seu papel enquanto agente de cooperação descentralizada, buscando analisar as demandas existentes e formular respostas a elas com base no conhecimento produzido em seus espaços de ensino e aprendizagem.

Para isso, é de suma importância considerar que a internacionalização universitária não está tão somente na celebração de acordos. Estes são, certamente, fundamentais para a formalização da cooperação entre duas ou mais instituições; no entanto, se não houver um estímulo efetivo à internacionalização no seio da universidade, os acordos perdem sua efetividade. Eles só são eficazes quando observamos a implementação de outras estratégias, como a própria mobilidade acadêmica entre as instituições, a criação em projetos de pesquisa colaborativos, a participação em congressos e seminários em âmbito internacional, dentre outras (STALLIVIERI, 2002).

Contudo, o principal entrave para a consecução dessas estratégias é a carência de investimentos destinados ao fomento da internacionalização da educação e, por conseguinte, a baixa quantidade de iniciativas voltadas à cooperação com IES latino-americanas. A escassez de recursos foi abordada por ambos gestores que coordenaram a CREIN desde sua fundação. Luzia Jucá ressaltou que não houve nenhum investimento da UEPA ou do governo do estado na formulação de uma política de internacionalização, e João Colares afirmou que essa falta de investimento é uma fragilidade institucional. Segundo Stallivieri (2002), para que haja cooperação internacional universitária, é fundamental haver vontade política das gestões.

No caso da UEPA, nota-se que a CREIN em particular vem organizando um conjunto de ações para a internacionalização da universidade, no entanto, em termos de fomento a essas ações, observa-se pouca vontade política da parte do governo do estado, o qual é responsável pela disponibilização de recursos para a instituição. Rhi-Sausi e Conato (2008), ao discorrerem sobre cooperação descentralizada, salientam que é papel das administrações territoriais coordenar e investir nos pactos horizontais, e cabe aos atores do território executar as iniciativas específicas. De maneira análoga, compete ao governo estadual, enquanto administrador dos recursos do estado, investir nas iniciativas de cooperação regional, enquanto que cabe ao ator – a UEPA – a formulação e execução das estratégias de internacionalização.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou essa pesquisa, observou-se que as instituições de ensino e pesquisa vêm se destacando como agentes das relações internacionais ao promover a cooperação universitária para além das fronteiras. As IES latino-americanas, em particular, vêm adotando relações horizontais baseadas nos princípios de reciprocidade e ganhos mútuos, além de fomentar a produção coletiva de conhecimento e a interculturalidade.

A UEPA, enquanto universidade amazônica situada em um país do Sul Global, por meio da Coordenadoria de Relações Internacionais, vem desenvolvendo relações de cooperação com instituições de ensino superior latino-americanas de forma horizontalizada e em uma perspectiva de interculturalidade e reciprocidade. Apesar de ter um processo de internacionalização recente, a instituição demonstra interesse e iniciativa em fortalecer os laços com a América Latina, ao passo em que articula estratégias de expansão institucional em conformidade com a Meta 12.12 do Plano Nacional de Educação.

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os avanços e desafios da experiência de cooperação internacional entre a UEPA e IES latino-americanas no período de 2017 a 2022. O objetivo foi atendido, visto que o trabalho conseguiu verificar a efetividade das estratégias de internacionalização adotadas e elencar os avanços e desafios durante o período analisado.

Quanto ao alcance dos objetivos específicos, o primeiro deles visou compreender, com base nas vertentes teóricas, históricas e operacionais, a cooperação internacional no ensino superior entre países latino-americanos. Este foi cumprido em virtude da realização da revisão de literatura sobre cooperação internacional, em que se debateu seus principais modelos com seus respectivos conceitos e características.

O segundo objetivo, que consistiu em avaliar as capacidades institucionais da UEPA no que tange à cooperação internacional com instituições de ensino superior latino-americanas, foi igualmente atingido ao se descrever o histórico e os instrumentos normativos da UEPA. Nesta seção, também foi possível descrever as experiências de cooperação internacional latino-americana da UEPA de 2017 a 2022, expressas sobretudo por meio de acordos e participação em fóruns internacionais. O Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano recebeu maior destaque neste estudo dada sua abrangência de 224 instituições cooperantes, aliada à participação massiva de alunos da UEPA em mobilidade acadêmica.

Por fim, também foi atingido o terceiro objetivo de discutir os avanços e desafios da cooperação internacional universitária entre a UEPA e instituições de ensino superior latino-americanas ao se realizar a análise detalhada dos dados coletados nas entrevistas aos funcionários da CREIN e nos questionários aplicados aos estudantes participantes do PILA Virtual 2022.1.

As investigações demonstraram que a internacionalização da UEPA avançou em vários aspectos. Primeiro, o estabelecimento de uma política de internacionalização voltada à cooperação com IES latino-americanas, o que permitiu melhor direcionamento das iniciativas adotadas. Segundo, a celebração de acordos bilaterais e multilaterais, por meio dos quais se estabeleceu a cooperação direta com as IES para o desenvolvimento de estratégias

conjuntamente. Terceiro, a aproximação da UEPA com IES brasileiras por meio da Associação Brasileira de Educação Internacional – FAUBAI. Quarto, a curricularização da extensão internacional e, quinto, o engajamento no Fórum Social Pan-Amazônico.

A adesão ao PILA, em particular, trouxe como avanços o compartilhamento de conhecimento, a interculturalidade, a melhoria na proficiência idiomática e o ganho de qualificação profissional dos discentes, tendo sido a primeira experiência de internacionalização da maioria deles. No entanto, também apresentou limitações na adaptação dos discentes às aulas, seja em virtude da diferença de idiomas, seja em razão das limitações da modalidade de ensino virtual.

Observou-se que a UEPA ainda enfrenta uma série de desafios em seu processo de internacionalização, especialmente com relação à disponibilidade de recursos. Identificou-se que nunca houve investimento estadual voltado à cooperação internacional da UEPA com IES latino-americanas, o que resulta na adoção tardia de estratégias direcionadas à América Latina e na falta de estrutura para atender às demandas dos convênios IES parceiras – como observado no caso relatado da impossibilidade de adesão à modalidade presencial do PILA em razão da indisponibilidade de recursos. A falta de recursos também revela entraves na estruturação da Coordenadoria de Relações Internacionais, que atualmente conta com um quadro de funcionários reduzido, mesmo diante da alta demanda de alunos para atender.

Como desafios externos que afetaram a UEPA durante o período analisado, destacam-se a pandemia da covid-19, que limitou a mobilidade acadêmica presencial, e o desmonte da educação pública por parte do governo federal, que desincentivou a pesquisa brasileira como um todo.

Por fim, em razão da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional de 2017 a 2027, se reconhece que a descrição dos elementos neste trabalho ainda é inicial e requer pesquisas futuras que acompanhem a adoção das estratégias de internacionalização a partir do ano de 2023. Recomenda-se que os próximos estudos aprofundem discussões sobre interculturalidade e analisem casos de intercâmbio acadêmico na modalidade presencial, a fim de observar os avanços da UEPA em suas capacidades institucionais, bem como os benefícios da cooperação para discentes e docentes da instituição.

## REFERÊNCIAS

- ABRUEM. A ABRUEM. **ABRUEM**, c2018. Disponível em: [http://www.abruem.org.br/index.php?option=com\\_sppagebuilder&view=page&id=16&Itemid=548](http://www.abruem.org.br/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=16&Itemid=548). Acesso em: 5 fev. 2023.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. 1. ed. Brasília: Edição da ABC, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Manuais>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- AIIESEC. O que é a AIIESEC?. **AIIESEC**, [21--] Disponível em: <https://aiiesec.org.br/a-aiiesec/>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- AMORIM, C. L. N; PIMENTEL, R. S-C. A América Latina diante da Regionalização e do Multilateralismo. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 1993, p. 175-192.
- ARANA, R. S.; PEREIRA, E. N.; PERES, F. F. F. (2021). The internationalization of higher education in Latin American universities: a systematic literature review. **SciELO Preprints**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2431>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- AYLLÓN, B. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, [s.l.], v. 5, n. 8, 2006.
- BALASSA, Bela. **Teoria da integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1961.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, M. A. **Atuação Externa dos Governos Subnacionais**: análise jurídica do caso brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- BATISTA, S.; JAKOBSEN, K.; EVANGELISTA, A. C. **La apertura al exterior de las ciudades latinoamericanas y la cooperación descentralizada**. Montevideo: Diputación de Barcelona, 2008. Colección de Estudios de Investigación, n. 3.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 ago. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências. **DOU**: Brasília, DF, p. 1, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 8 ago. 2022.
- CALVENTO, M. La inserción Internacional de los actores subnacionales: análisis de un proceso contemporáneo. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 301-313, 2014.

CASTELLS, M. Hacia El Estado Red? Globalização economica e instituciones politicas en la era de la informacion. *In: Seminário Internacional: Sociedade e a Reforma do Estado*, 1998, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 1998.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHERMANN, L. de P. **Cooperação internacional e universidade: uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: EDUC, 1999.

CORRÊA, M. L. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. 2. ed. [S. l.: s. n], 2021. *E-book*.

DALMASES, F. B.; COLL, C. **The debate on decentralized cooperation: aid effectiveness after 2015**. Barcelona: CIDOB Editions, 2013.

DESSOTTI, F. R. Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local. *In: Colloque de l'IFBAE*, 5., 2009, Grenoble. **Anais [...]**, 2009.

DIDRIKSSON, A. Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe. *In: UNESCO. La educación superior en el siglo XXI: visión de la America Latina y el Caribe*. Tomo I. [S. l.: s. n], 1998. p. 1055-1080.

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FAUBAI. Sobre a FAUBAI. **FUBAI**, 2021. Disponível em: <https://faubai.org.br/sobre/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FOSPA. Quem somos. **FOSPA Belem**, 2021. Disponível em: [https://www.fospabelem.com.br/pt\\_br/fospa-belem/quem-somos/](https://www.fospabelem.com.br/pt_br/fospa-belem/quem-somos/). Acesso em: 21 ago. 2022.

GALÁN, M. G.; SANAHUJA, J. A. **El sistema internacional de cooperación a desarrollo: una aproximación a sus actores e instrumentos**. Madrid: CIDEAL, 1999.

HAAS, Ernst. **The uniting of Europe**. Indiana: University of Notre Dame Press, 2004.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, 1995.

IBERO-AMERICAN PROGRAMME FOR THE STRENGTHENING OF SOUTH-SOUTH COOPERATION. **Chronology and History of South-South Cooperation**. [S.l.: s.n.], 2014. n. 5. Working Document. Disponível em: <https://cooperacionsursur.org/wp-content/uploads/2020/05/18-DT05-Chrono-South-South2014.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 3rd. ed. New York: Longman, 2001.

LANDAU, G. D. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, [s.l.], v. 6, n. 12, p. 35-53, 2008.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MALAMUD, A.; CASTRO, P. Are Regional Blocs Leading from Nation States to Global Governance? A Skeptical View from Latin America. **Iberoamericana**, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 115-134, 2007. Disponível em: <https://iberoamericana.se/articles/10.16993/ibero.198>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MAUÉS, O. C.; BASTOS, R. dos S. Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. **Educação**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 333-342, 2017.

MILANI, C. R. S.; SUYAMA, B.; LOPES, L. L. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?**. [s.l.]: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mercosul. **Portal MEC**, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20740-mercosul>. Acesso em: 04 dez. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **DOU**: Brasília, DF, p. 49, 2018. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 5 fev. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Cooperação educacional. **Gov**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cooperacao-internacional/cooperacao-educacional>. Acesso em: 4 dez. 2022.

MOREIRA, Cássio Silva. A integração regional como resposta ao processo de globalização. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, 2010 .

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista** [online]., Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200008>. Acesso em 5 fev. 2023.

NAFSA. About NAFSA. **NAFSA**, 2023. Disponível em: <https://www.nafsa.org/about/about-nafsa>. Acesso em 5 fev. 2023.

OECD. Paris Declaration and Accra Agenda for Action. **OECD**, 2006. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/parisdeclarationandaccraagendaforaction.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PARÁ. Uepa firma acordo de cooperação com universidade da Argentina. **Diário Oficial do Estado do Pará**: Belém, n. 33.710, 2018.

PESSINO, S. **Internacionalização Universitária e Interculturalidade**. Salvador: [s. n.], 2021. *E-book*.

PILA. Apresentação. **PILA**, 2021. Disponível em: <https://www.programapila.lat/presentacion/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PINO, B. A. **Cooperación Sur-Sur: innovación y transformación en la cooperación internacional**. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

RHI-SAUSI, J. L.; CONATO, D. **Cooperación descentralizada Unión Europea-América Latina y desarrollo económico local**. [s.l.]: Diputación de Barcelona, 2008. Colección de Estudios de Investigación, n. 6.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

ROMERO, M. D. H. **NUEVOS ENFOQUES EN LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL: la cooperación descentralizada y el Programa URB-AL de la Comisión Europea**. [S.l.]: Urb-al, 2005.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. de S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: [s. n.], 2008.

SATO, E. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

SATO, E. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 46-57, 2010.

SENHORAS, E. M. A dinâmica regional nas relações internacionais. **Conjuntura Global**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 403-423, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v4i3.45386>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SOUZA, A. de M. e. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

STALLIVIERI, L. O Papel das Instituições de Ensino Superior no Processo de Integração do Mercosul. *In: Encuentro de Investigadores*, 2., 2005, Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ub.edu.ar/handle/123456789/1494>. Acesso em: 6 ago. 2022.

STALLIVIERI, L. **O Processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior**. Brasília: [s.n], 2002.

TOMAZINI, R. C. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 28-48, 2017. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/632>. Acesso em: 16 maio 2022.

- UEPA. Acordos assinados entre a Universidade do Estado do Pará e Instituições Internacionais. **Docplayer**, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/188917337-Acordos-assinados-entre-a-universidade-do-estado-do-para-e-instituicoes-internacionais.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- UEPA. Acordos assinados entre a Universidade do Estado do Pará, Redes e Instituições Acadêmicas Internacionais. **UEPA**, 2022b. Disponível em: <https://www.uepa.br/sites/default/files/acordoseconvenios-18.01.2022.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- UEPA. **Estatuto e Regimento Geral**: de acordo com as Resoluções 2910/2015 e 2911/15 - CONSUN de 18 de novembro de 2015. Belém: CONSUN/UEPA, 2016.
- UEPA. Organograma. **UEPA**, [21--]. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/pagina/organograma>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- UEPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017/2027**. Belém: UEPA, 2017.
- UEPA. **Portfólio Bilíngue**. Belém: UEPA, 2022a.
- UEPA. **Relatório da 1ª Etapa de Construção do Planejamento Estratégico da UEPA 2022-2025**. Belém: UEPA, 2022a.
- UEPA. **Relatório de gestão da Coordenadoria de Relações Internacionais (Junho/2021 a Junho/2022)**. Belém: Uepa, 2022b.
- UNAJ. Proyecto Institucional. **Dropbox**, 2010. Disponível em: [https://www.dropbox.com/s/e7n3vhayyvyi64s/Proyecto\\_Institucional\\_UNAJ.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/e7n3vhayyvyi64s/Proyecto_Institucional_UNAJ.pdf?dl=0). Acesso em: 20 fev. 2023.
- UNESCO. Higher education global data report. **Bankok Unesco**, 2022. Working document. Disponível em: <https://bangkok.unesco.org/content/unesco-higher-education-global-data-report>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- UNIVERSIDAD DE MORÓN. Características del programa de intercambio. **Unimoon**, 2021. Disponível em: [https://www.unimoron.edu.ar/static/media/doc\\_dd63dd1284cb11e6b5370800274be5b8\\_o.pdf](https://www.unimoron.edu.ar/static/media/doc_dd63dd1284cb11e6b5370800274be5b8_o.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.
- UNIVERSIDAD DE MORÓN. Cooperación Internacional. **Unimoron**, 2021. Disponível em: <https://www.unimoron.edu.ar/area/um/stream/a059fffe2-cooperacion>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- VAZ, A. C. Globalização e relações internacionais: o sistema de Estados-Nação frente aos processos econômicos globais. **Revista Múltipla**, Brasília, v. 4, n. 7 p. 35-60, 1999.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNCIDE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistado: João Colares da Mota Neto  
 Coordenador de Relações Internacionais na CREIN/UEPA desde junho de 2021  
 Data da entrevista: 03 de janeiro de 2023  
 Local: Google Meet (Online)

**Bruna:** Agradeço muito por ter aceitado o convite, professor. Entrevistá-lo é um grande prazer pra mim. E seguindo o roteiro que eu lhe enviei previamente, eh...a primeira pergunta, há quanto tempo o senhor atua na política de internacionalização da UEPA?

**João:** Eu fui convidado, é... na nova gestão, nessa nova gestão que foi eleita pelo professor Clay Anderson Nunes Chagas como reitor, e ele me convidou em junho de 2021 pra atuar na Coordenadoria de Relações Internacionais.

**Bruna:** Certo. E a UEPA segue uma política de internacionalização previamente definida? Seja pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado... ou ela formula a política de internacionalização dela mesma internamente?

**João:** Sobre esse ponto, Bruna, eu acho importante dizer que assim, a UEPA como universidade, ela nasce em 1993, né? A partir da fusão de algumas faculdades. E o tema da internacionalização, ele só vai emergir na UEPA muitos anos depois, particularmente no ano de 2011, que é quando se dá a Constituição da CREIN, né? Naquele momento, eh...era necessário se constituir uma Coordenadoria de Relações Internacionais, principalmente pra levar a cabo algumas políticas do governo federal, como o programa Ciência sem Fronteiras, e também aquele programa de bolsas ibero-americanas, né, do Santander. Então esse foi um primeiro momento, digamos assim, da política de internacionalização da UEPA. Muito voltada pra executar a política federal e a política, no caso de uma agência empresarial, né, que é o banco Santander. Em relação a uma política própria de internacionalização, eu definiria como marco o PDI - o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA. Eu penso que esse é um documento importante pra tu consultares. Ele nasce em 2016 e ele ainda está vigente, porque a sua validade vai de 2017 até 2027, né? O PDI cobre esse período de dez anos. E ali no PDI o que aparece como política de internacionalização, eh... são algumas frases. Primeiro uma que fala assim: a cooperação com outras instituições de ensino e centros de excelência em pesquisa nacional e internacional. E, de maneira um pouco mais aprofundada, a meta 5 do PDI vai tratar da política de internacionalização da UEPA. Eh... essa meta, ela traz o seguinte objetivo, né, essa meta é a seguinte: fortalecer a dimensão internacional da UEPA. No PDI assim que está figurado. E algumas das estratégias dessa meta 5 são: realizar a celebração de convênios com universidades e demais instituições estrangeiras, desenvolver ações que visem a internacionalização de currículo acadêmico, incentivar e expandir a mobilidade acadêmica para alunos de graduação e pós-graduação, eh... ampliar recursos humanos da Coordenadoria de Relações Internacionais, entre outras, né? Então eu sugeriria que tu verificasses o PDI. Também eu acho importante o PDI porque ele faz menção ao Plano Nacional de Educação, que tem a sua vigência até o próximo ano, né, 2024. Eh... e em particular meta 12, a estratégia 12, que assevera: consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. Então, eh... referente a essa pergunta, eu colocaria como marcos o nosso PDI, colocaria como marco o Plano Nacional de Educação, que é invocado pelo PDI. E, na gestão mais recente, que começou em 2021, nós realizamos, em fevereiro de 2022, uma jornada de planejamento estratégico da UEPA. E nessa jornada nós apontamos prioridades, pontos fracos, né, desafios... E nós pautamos lá também o tema da internacionalização. Algumas das conclusões desse planejamento estratégico, elas estão contidas no relatório da CREIN que foi apresentado em setembro de 2022. Eu não sei se tu tens essa versão, a de setembro de 2022, mas ela foi a última versão que nós apresentamos a gestão porque a DIPE, a Diretoria de Planejamento Estratégico, ela é responsável por consolidar os relatórios de todos os setores e eles nos pediram lá pelo mês de setembro um relatório, né, de 2021 e 2022. E nesse relatório, além de trazer o PDI, além de trazer o Plano Nacional de Educação, nós trazemos também algumas conclusões coletivas que foram tiradas nessa rodada de planejamento estratégico da UEPA. Então esses seriam os nossos marcos orientadores, assim, da política de internacionalização da UEPA, vigentes.

**Bruna:** Certo. Então de certa forma, ao longo da história, a política de internacionalização foi definida ora pelo governo, né, no caso do programa Ciência Sem Fronteiras, ora internamente pela universidade através do Plano de Desenvolvimento Institucional, mas sempre em observância ao que vinha de fora, né? Do próprio Governo Federal, como o Plano Nacional de Educação.

**João:** Exato. E me chama atenção que no âmbito estadual nós não tenhamos políticas que fomentem a internacionalização da educação superior. Então acaba que nós somos muito balizados nesse quesito, eh... pelas políticas do governo federal, mesmo a UEPA sendo uma instituição estadual. Isso pode ser perfeitamente compreensível do ponto de vista da pós-graduação já que CAPES, CNPQ regulam a pós-graduação. Mas faz falta no âmbito estadual uma política de internacionalização da educação superior. Então nós temos o nosso documento interno, que é o PDI, e temos as políticas eh... federais, digamos assim. Mas faz falta... política estadual que incentive a internacionalização da educação superior.

**Bruna:** Certo. Obrigada. E... a próxima pergunta é em relação a se há uma política de internacionalização da UEPA que seja especificamente voltada às relações com as instituições de ensino superior latino-americanas.

**João:** Quando eu assumi a CREIN, eh... já existiam alguns convênios com universidades da América Latina, particularmente com a Argentina, com o Chile, com aaaa, verificando aqui a nossa lista, com a Argentina, com o Chile e com a Guiana Francesa. E com a Colômbia também, né, esses eram os quatro países com os quais nós tínhamos convênios. Eh... não me parece, no entanto, que houvesse uma política de internacionalização voltada especificamente pra valorizar o diálogo entre a UEPA como Universidade Brasileira e Amazônica com outras Instituições de ensino superior latino-americanas. Essa questão, ela surge em 2021 nessa nova gestão, quando nós passamos a defender que é importante a UEPA estreitar relações com universidades do Sul global, e com isso nós estamos entendendo, eh... Universidades da Pan-Amazônia, Universidades Latino-Americanas e Caribenhas, de maneira geral, Universidades Africanas, não é? E asiáticas. Então eu diria que eh... isso emerge, mas emerge de maneira muito recente na história da UEPA, a partir do ano de 2021. Isso não quer dizer, no entanto, que não tenha havido antes algumas experiências. Eu mesmo, ainda na condição de professor do Centro de Ciências Sociais e Educação, recebi sete alunos da Universidade Nacional de Colômbia que vieram fazer um estágio de um semestre acadêmico cada um em diferentes semestres, né? Não vieram os sete de uma vez, eles vieram de maneira gradual, e eu recebi, ao longo de alguns anos, sete estudantes colombianos que vieram fazer estágio conosco no núcleo de educação popular Paulo Freire, pra construir essa articulação teoria e prática no âmbito da educação popular. Tivemos todo o apoio da CREIN na gestão da coordenadora que me antecedeu, e eu acho que esse foi um momento importante, principalmente pra nós assim da pedagogia e da educação popular fazer esse intercâmbio entre Brasil e Colômbia. Agora como política de internacionalização voltada pra América Latina, penso que isso emerge a partir de 2021.

**Bruna:** Certo. Ok. Eh... dentre os países da América Latina, que são 20, dentre eles, com quais a UEPA tem relações de cooperação?

**João:** Bom, nós temos acordos bilaterais e temos acordos multilaterais. Eh... dentre os acordos bilaterais, nós temos convênios com universidades argentinas, chilenas eh... colombianas... e estamos renovando agora um acordo com a Universidade da Guiana Francesa. Esse acordo existia, mas ele expirou, e no final do ano passado nós entramos em contato com a Universidade da Guiana Francesa demonstrando interesse em renovar o acordo e estamos já renovando esse acordo com a Universidade da Guiana Francesa. Eh... e no âmbito dos acordos multilaterais, a gente precisaria destacar aqui o PILA, né, o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano, que envolve aqueles nove países, né? Eh... oito inicialmente e em seguida a entrada do Paraguai formam nove. Bom, então Brasil, México, Cuba, Nicarágua, Colômbia, Argentina, Uruguai e Chile. Esses oito países, eles conformaram a primeira chamada do Pila, Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano e, no ano de 2022, o Paraguai integrou também o Pila, né? Então são esses nove países que integram o programa nesse momento.

**Bruna:** Eh... e diante desse contexto que o senhor mencionou de a gente começar a observar uma política de internacionalização a partir de 2021, o senhor acredita que há uma tendência pros próximos anos, pros próximos meses, de ampliação da relação com os países da América Latina?

**João:** Sim, eh... esse é um objetivo estratégico da CREIN. Nós apostamos muito na relação Sul-Sul e consideramos que é de fundamental importância o diálogo com as universidades da América Latina e do Caribe. Eu destacaria nesse contexto eh... a manutenção do nosso diálogo com o PILA, que que é um um diálogo intermediado pela ABRUEM, né? Se trata de uma política de internacionalização que foi articulada pela Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, da qual a UEPA faz parte. Nós queremos manter essa articulação, mas também temos outras eh... temos outros projetos em andamento. Um dos projetos que nós estamos colocando em ação e planejando é um diálogo mais estreito com as universidades pan-amazônicas. Eh...nós sabemos que a Amazônia, ela envolve não apenas o Brasil, né, mas outros oito países, e nesse sentido fazer um diálogo com universidades da Pan-Amazônia é super importante pra que a UEPA, ela dialogue com pesquisadoras, pesquisadores dedicados aos temas que são importantes aos nossos povos, aos territórios, às culturas amazônicas pra solucionar problemas que são próprios da nossa da nossa região né? Então nós temos pensado nisso com bastante com bastante carinho e foi assim que voltou o nosso diálogo inclusive com a Universidade da Guiana Francesa, porque no início do ano passado, eles pediram uma carta de apoio nossa pra que a Universidade da Guiana Francesa pudesse apresentar um projeto, aplicar um projeto, junto à Agência Francesa de Financiamento à Pesquisa, com foco na criação de um instituto de pesquisa sobre biodiversidade e sociodiversidade na Amazônia. A UEPA apresentou essa carta de apoio e o projeto foi aprovado. Eh...então ao longo desse ano de 2023 vai se dar o início da implementação desse instituto, que vai envolver vários países da Amazônia, eh... coordenado pela Guiana Francesa. E o Brasil vai estar presente por meio da Universidade do Estado do Pará, por meio da Universidade Federal do Pará e por meio da Universidade Estadual e Federal do Amapá.

**Bruna:** Interessante. Bom, e em relação à pandemia...nesse contexto de pandemia, em que as universidades foram muito afetadas e o ensino passou a ser remoto na grande maioria delas, senão todas, como que a UEPA enfrentou essa situação em relação à internacionalização? Existiu alguma viabilidade, algum incentivo internacional, pra cooperação com as instituições latino-americanas? Como é que se deu a situação, eh... os intercâmbios aumentaram, diminuíram, como que a instituição respondeu a esse contexto?

**João:** Nós, eh... nós tivemos, áaa... assim, a maneira que nós respondemos a esse desafio foi sobretudo nos inserindo no Pila, já citado, né? Eh...nesse período as viagens internacionais, elas eram inviáveis. Tanto enviar alunos como receber alunos era algo impossível, né? Em função da necessidade de manter o distanciamento social... e universidades do mundo inteiro ficaram a pensar em soluções sobre como manter a mobilidade acadêmica nesse contexto pandêmico. E a chamada internacionalização em casa, ela foi incentivada por universidades de todo mundo. Aqui na América Latina a iniciativa, uma das iniciativas postas em funcionamento, foi essa que a ABRUEM abraçou, que foi o PILA, né? Então no ano de 2021 a ABRUEM, ela lança uma chamada, e isso é no sentido de selecionar quatro universidades brasileiras para que pudesse desenvolver uma experiência piloto oferecendo disciplinas de graduação e pós-graduação no formato remoto. A UEPA foi uma das quatro instituições escolhidas. A única da região da região norte, né? E aí nós recebemos em 2021 e-mails dos alunos demonstrando interesse, né? Mais de duzentos alunos demonstraram interesse. E, eh...algo como cinquenta...entre cinquenta e sessenta alunos receberam cartas de aceite de algumas dessas universidades vinculadas ao PILA, né, que são mais de duzentas, pra que no ano de 2022 pudessem cursar disciplinas on-line. Então, essa foi a forma como a UEPA nesse período pandêmico pôde se movimentar pra que a mobilidade internacional não ficasse parada, ela pudesse acontecer mesmo com a necessidade de distanciamento social.

**Bruna:** Certo. Obrigada. E nesse contexto, eh...de que maneira tem avançado os investimentos na cooperação entre a UEPA e as instituições latino-americanas nos últimos cinco anos? Esses investimentos partem da própria universidade? Existe algum capital privado envolvido? Eles têm avançado, tem estabilizado...? Há uma tendência de recuo? Como é que está a situação?

**João:** Bom, nós não temos investimento próprio pra política de internacionalização da UEPA. Eh... isso é um elemento que precisa ser destacado, porque é uma fragilidade institucional, não é? E é importante que nós avancemos no sentido de ter uma política de internacionalização com recurso. Pra você ter uma uma ideia, o PILA, na chamada mais recente, abriu pra mobilidade presencial, já com esse com esse recuo, digamos assim, do período mais agudo da pandemia. Então, alunos poderiam ir para as universidades estrangeiras, assim como nós poderíamos receber também de maneira presencial. No entanto, o que ficou estabelecido pela coordenação do PILA é que cada universidade bancaria os estudantes que chegassem, eh... no tocante à alimentação, no tocante à hospedagem, no tocante à

alimentação. E de uma maneira proporcional ao quantitativo de alunos enviados. Então, se a UEPA envia, por exemplo, dez alunos para o exterior, isso significa que nós poderíamos receber dez alunos do exterior. Mas teríamos que garantir alimentação, hospedagem, deslocamento... para esses dez alunos. Nós não temos rubricas, nós não temos recursos pra fazer isso. Por isso não foi possível fazer o PILA presencial, né? Então, eh... eu diria que é preciso avançar. Não tem havido, não tem acontecido avanços no investimento nem público, nem privado. É preciso avançar, mas eh... eu trabalho com o esperar... creio que... eu acho que é importante também, em função inclusive do recorte da tua pesquisa, o recorte temporal 2017-2022, é preciso considerar que esses foram anos de profunda destruição da educação pública, desmonte das políticas de educação pública, tanto na educação básica quanto na educação superior. E isso afetou profundamente os investimentos, inclusive voltados pra internacionalização, né? Eh... espera-se que a partir de 2023 com o novo governo nós tenhamos novos programas que possam injetar recursos nas universidades pra fazer face a esses desafios na internacionalização.

**Bruna:** E... e em meio a esses desafios, assim, quais as estratégias de internacionalização que o senhor observou que foram utilizadas? A gente falou, né, do intercâmbio, um aluno fazer uma disciplina e a UEPA receber um aluno que cursasse uma disciplina dentro da instituição. Essa é uma das estratégias de internacionalização usadas. E quais são as estratégias de internacionalização já usadas pela UEPA em relação às instituições latino-americanas?

**João:** Bom, eu penso que a formalização de acordos e convênios é uma coisa, é uma estratégia. A realização de mobilidade acadêmica é uma outra estratégia. Eu citaria também algo que nós estabelecemos uma cooperação, mas que ainda não resultou, digamos assim, em frutos mas, que pode vir a resultar, que é novamente a vinculação da UEPA, eh... a adesão da UEPA à AIESEC, né? Que é uma organização gerida por jovens, criada em 1948 após a Segunda Guerra Mundial. E a AIESEC está presente em 110 países, está em todas as regiões do Brasil, não é? E nós voltamos a estabelecer um diálogo com a AIESEC. E eu penso que isso pode contribuir pra curricularização da extensão, porque intercambistas da UEPA podem desenvolver ações solidárias e inclusivas. Eh... em julho, em janeiro, em períodos em que não há aulas... Só que essas ações, elas, academicamente, não seriam valorizadas, porque não são, digamos, disciplinas. Então, digamos assim, um aluno, ele vai pela AIESEC desenvolver uma ação no âmbito de uma ONG, mas isso não contaria pro seu currículo. No entanto, pela parceria que nós estabelecemos com a AIESEC e, considerando a legislação atual sobre curricularização da extensão, nós podemos considerar essa ação realizada na internacionalização como uma ação que cumpre os requisitos da curricularização, né? A gente sabe que hoje 10% do currículo da educação superior precisa estar voltado para extensão, e nesse sentido a internacionalização pode contribuir. Não apenas com o ensino, mas também com a extensão. E aí entendo que essas ações de solidariedade, de engajamento em ONGs, participação em cursos de verão, não é? enfim, tudo isso faz parte de um processo de curricularização da extensão no âmbito da internacionalização, né? Acho que essa é uma outra estratégia. E também acho que uma outra estratégia que tem e tem sido adotada é o diálogo com IES por meio de Fóruns específicos, assim. Nós temos participado ativamente da FAUBAI, que é a Associação Brasileira de Educação Internacional. Inclusive a UEPA passou a ser agora suplente da diretoria região norte da FAUBAI. E na última reunião que nós tivemos da FAUBAI, no último congresso que nós tivemos, foi feito um diálogo muito estratégico com universidades da Amazônia no sentido de promover essa interação, essa cooperação. Então a nossa inserção na FAUBAI tem contribuído pra isso. Penso também que a nossa participação com protagonismo na realização do Fórum Social Pan-Amazônico em 2022 foi importante, porque ali nós estabelecemos vários diálogos. Nós que eu digo não apenas a CREIN, mas vários pesquisadores da UEPA e estudantes estabeleceram vários diálogos com acadêmicos e pesquisadores também de várias IES da Pan-Amazônia. Então essa é uma estratégia também, de você fazer o diálogo com pesquisadores em outros fóruns, como por exemplo fóruns de defesa da Amazônia, dos direitos humanos, dos direitos da natureza, né? Então são muitas as estratégias, e é preciso que a gente fique atento a elas pra não pensar que apenas assinando acordos de cooperação é que se faz a internacionalização. Não. Se faz internacionalização de muitas outras maneiras e, quanto maior for o grau de cooperação efetivo, maior será a internacionalização, né?

**Bruna:** Sim. Quando o senhor mencionou a parceria com a AIESEC, o senhor falou que, hã... haveria a questão da extensão, né? Que a experiência internacional possibilitaria que o estudante tivesse um incremento na extensão, não necessariamente na grade curricular, no histórico dele universitário, mas na própria experiência com extensão. E a gente também falou, né, que há esses desafios quanto aos investimentos da UEPA para a cooperação internacional. Mas agora falando dos benefícios da

cooperação internacional pro desenvolvimento das capacidades internacionais da UEPA, de que maneira o senhor acredita que a cooperação internacional latino-americana possa afetar o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA, seja positivamente, negativamente...?

**João:** Bom, eu traria nesse sentido a própria missão da CREIN, que é assegurar a participação da UEPA na comunidade acadêmica internacional como uma instituição brasileira e amazônica preparada pra responder os desafios da internacionalização acadêmica, valorizando a educação superior como um bem público e um direito dos cidadãos. Eh...promover a internacionalização contribui, e muito, pra consecução dos objetivos de uma universidade que se propõe a ser de qualidade socialmente referenciada, uma universidade reconhecida nacional, regional e internacionalmente, uma universidade preparada a responder os desafios da contemporaneidade, uma universidade conectada ao tempo presente, né? Por isso, fazer...manter uma política estreita e forte de internacionalização apenas contribui pro desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA, seja no ensino, na pesquisa, na extensão. No ensino, não apenas na graduação, mas também na pós. Na pós, particularmente, é preciso dizer que o quesito internacionalização é um dos quesitos avaliados pela CAPES pra atribuir a nota dos programas de pós-graduação e é um quesito que a cada quadriênio, que é o período de avaliação da CAPES dos programas, a cada quadriênio, esse quesito ganha um percentual maior, ou seja ele é cada vez mais valorizado. Portanto, é preciso, de fato, que a internacionalização, ela seja aprimorada na pós-graduação, pra que nós tenhamos uma melhor avaliação dos nossos cursos e, com isso, uma ampliação da quantidade de bolsas...uma melhor visibilidade também da nossa produção acadêmica no cenário internacional, né? Eh... também, no âmbito da pesquisa, essa cooperação internacional, ela é fundamental, porque se nós passamos, se os nossos pesquisadores, estudantes, técnicos passam a integrar redes internacionais de pesquisa, isso fomenta a produção acadêmica também em rede. Isso fomenta a publicação de artigos conjuntos com pesquisadores estrangeiros. Isso fomenta a participação da nossa, dos nossos pesquisadores como autores de revistas qualificadas no exterior ou como membros de comitês editoriais de revistas no exterior. Isso fomenta também a participação dos nossos pesquisadores na captação de projetos, na captação de recursos em projetos internacionais de pesquisa, não é? E contribui também pra capacidade institucional da UEPA no tocante à extensão, porque acho que essa é uma dimensão ainda pouco explorada: internacionalização da educação superior e extensão. Mas tem muito a ser pensado sobre isso e penso que a extensão também pode ser potencializada por meio da internacionalização. Não apenas pelo que eu já falei antes que é a curricularização da extensão, mas também pela possibilidade dos nossos alunos participarem de eventos no exterior, seja de maneira presencial ou online, participar de feiras, participar de ações de solidariedade, participar de ações de inclusão junto a ONGs, participar de iniciativas ligadas a empresas juniores ou a outras iniciativas no campo, nos campos afins de atuação da UEPA, né? Ciências Sociais e educação, da saúde, ciências da natureza, tecnologias...enfim, tudo isso contribui pra que a UEPA se consolide como uma universidade aberta para o mundo.

**Bruna:** Obrigada. E quanto aos benefícios dessa troca de conhecimentos, inserção em grupo de pesquisa, enfim, quais seriam os benefícios desse intercâmbio de conhecimento para os discentes e docentes da UEPA? Diretamente relacionado a eles, no caso.

**João:** Bom, eu acho que são muitas as contribuições. Eu diria que, com a potencialização da internacionalização, nós promovemos também uma outra cultura eh... institucional, e uma outra cultura acadêmica, que é mais aberta à relação com o global. A relação entre o local e o global, ela é potencializada por meio de uma política de internacionalização. Isso significa dizer que, mesmo focando na preparação, na qualificação de profissionais para atuar na Amazônia, isso não se dá de uma maneira estritamente endógena, mas isso se dá por meio do diálogo com pesquisadoras, pesquisadores, com os centros de excelência que existem em todo o mundo e que existem na Amazônia e existem na América Latina, né? Então, fomentar essa cultura acadêmica aberta à internacionalização, aberta à pesquisa, aberta ao diálogo com a academia no exterior, isso é muito importante. Também, essa oxigenação do ambiente, do ambiente acadêmico, né? Isso é fundamental assim. Eh... a vinda de pesquisadores, a ida dos nossos pesquisadores pra fora... isso vai oxigenando o ambiente universitário, vai trazendo novidades, inovações... vai ampliando as nossas redes de relações. Há também com isso uma internacionalização do currículo, que eu considero que é fundamental, uma maior presença de autoras e autores estrangeiros nos currículos das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação...um incentivo a uma formação que seja mais intercultural, um incentivo ao aprendizado de línguas estrangeiras...e, no caso da América Latina, né, particularmente o espanhol. Mas poderíamos dizer também o francês, no caso da Guiana Francesa. Poderíamos citar aqui também o holandês no caso do Suriname, não é? O inglês, né? no caso de várias ilhas do Caribe..., Mas

sobretudo o espanhol, né? que é a língua mais falada na América Latina. Então eu acho que esse aprendizado linguístico ele pode ser potencializado e, em uma pesquisa que nós fizemos com os estudantes do PILA, inclusive esse aspecto foi mencionado como um aspecto favorável, como um aspecto positivo da sua experiência, da experiência desses alunos das disciplinas com o PILA, né? O desenvolvimento da habilidade de se comunicar em língua espanhola, né? Eu diria também que eh... a construção de uma visão mais solidária de formação humana, ou seja, nós somos bombardeados por políticas neoliberais e tecnicistas que não nos fazem pensar a formação de uma maneira mais humanizada e solidária. Penso que a internacionalização, quando forjada numa perspectiva intercultural e solidária, ela é capaz de fazer com que a nossa comunidade acadêmica veja que os problemas que existem na Amazônia brasileira, internacional, na América Latina e em outros países do mundo possuem muita relação com os problemas que nós vivenciamos no nosso cotidiano. Então a gente não deveria olhar, por exemplo, para os problemas existentes em Cuba, na Colômbia, na Venezuela, na Nicarágua como problemas muito distantes, mas como resultados de um processo violento de constituição de um sistema ao mundo moderno colonial que também afeta o Brasil. Portanto, compreender melhor a realidade desses outros países contribui pra nós nos compreendermos melhor como brasileiros e amazônidas e, com isso, nós nos tornamos mais solidários. Penso que a perspectiva, portanto, de uma formação solidária, ela é fundamental quando se fortalece uma política de internacionalização e particularmente com os países da América Latina, do Sul global, que vêm enfrentando desafios muito semelhantes aos nossos, como a pobreza, como a fome, como a desigualdade social, como o patriarcado, como o sexismo, como a LGBTfobia, como o machismo, né? Enfim, e tantas outras assimetrias sociais.

**Bruna:** Bom, muito obrigada. Agora, a última pergunta é em relação a quais são os principais desafios pra construção da cooperação entre a UEPA e as instituições de ensino superior latino-americanas?

**João:** Eu penso que nós temos desafios que são grandes e que dizem respeito a... distintas escalas de abrangência. Distintas escalas e campos de abrangência, assim. No âmbito da própria UEPA, é preciso que nós pensemos urgentemente o fortalecimento do nosso setor de relações internacionais. Há nesse momento um grupo de trabalho que está revendo a estrutura organizacional da UEPA. E nós da CREIN fomos consultados sobre como nós pensamos a nossa...o nosso setor para o futuro da universidade. E aí nós pensamos... a proposta pelo menos que está em discussão é que, ao invés de uma Coordenadoria de Relações Internacionais, nós pudéssemos ter uma Diretoria de Relações Internacionais com três coordenadorias: uma coordenadoria de acordos e convênios, uma coordenadoria de mobilidade acadêmica internacional e uma coordenadoria de relações estratégicas internacionais. Cada coordenadoria dessas com funcionários, né? E estagiários. Então, isso constituía uma equipe eh pra que esses diferentes campos de atuação possam ser potencializados na UEPA. Porque, de fato, nós temos uma estrutura muito diminuta. Nós temos atualmente a figura do coordenador, nós temos uma técnica de RI, que não é efetiva, né, ela é temporária. E nós temos uma estagiária. Então, nós temos uma equipe muito reduzida pra tratar de tantos desafios, né? Então eu acho que esse é um desafio, a gente repensar, né? assim, como a UEPA pretende fomentar a sua política de internacionalização por meio do fortalecimento do seu setor de relações internacionais. Há outras propostas que também estão lançadas sobre a mesa. Mas ainda não há uma definição. Há propostas também de se criar por exemplo, como a UFPA, uma uma Pró-reitoria de Relações Internacionais. Mas isso ainda não está definido. De qualquer maneira, eu diria que esse é um desafio, certo? Eh...outro desafio seria nós estarmos cada vez mais atentos e conectados com os fóruns latino-americanos que articulam as instituições de ensino superior da América Latina. E nesse sentido nós temos procurado estar atentos às oportunidades que chegam. Nós estamos participando da câmara de internacionalização da ABRUEM, por onde circulam muitas informações, né? muitas oportunidades de diálogo com universidades da América Latina chegam por aí, e nós temos procurado estar atentos. Também a Faubai, ela é um campo, é uma associação que nos apresenta oportunidades de internacionalização com universidades da América Latina. Temos procurado estar atentos e agora, no ano de 2023, está no nosso plano de atuação a nossa integração ao grupo de cooperação internacional de universidades brasileiras, né? O GCOB, que é uma outra associação civil que também articula universidades brasileiras com universidades internacionais. E também por meio dessa associação há oportunidades de parceria com a Universidade de todo mundo, e inclusive da América Latina, né? Então esse seria um outro desafio. E, pra finalizar, eu acho que o terceiro desafio seria nós, nesse Novo Governo Federal que se inicia, já iniciou a partir de primeiro janeiro, nós estarmos muito atentos aos editais que serão lançados pelo MEC, pela Secretaria de Educação Superior, do MEC, pelo CNPQ, pela CAPES, né? pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, né? entre outras agências de

fomento... pra que nós consigamos captar recursos e poder aumentar internamente na UEPA esse nosso diálogo com o mundo e em particular com os países da América Latina e do Caribe.

**Bruna:** Excelente, professor. Muito obrigada. Acredito que a gente encerrou, né? Ah não, ainda tem mais uma última que estava lá embaixo, eh...que dialoga um pouco com essa de agora, que é assim: o que a UEPA espera da cooperação latino-americana nos próximos anos?

**João:** Esperamos o fortalecimento dessa cooperação, esperamos que haja um incremento na mobilidade acadêmica, esperamos que a rede de relações seja potencializada. E que, com isso, nós tenhamos, eh... mais pesquisadores e pesquisadoras conscientes do papel que nós temos enquanto sujeitos críticos, enquanto intelectuais engajados, não apenas em conhecer a nossa realidade Amazônica, brasileira e latino-americana, mas intelectuais críticos, engajados também na transformação dessa realidade. Que nós sejamos cada vez mais sujeitos construtores de uma formação humana, de uma formação inclusiva, de uma formação intercultural e que o objetivo central dessa internacionalização seja pensá-la como um bem público e não como um serviço a ser vendido no mercado da educação superior. Acho que é por aí.

**Bruna:** Certo, muito obrigada professor. Eu vou encerrar a gravação.

Entrevistado: Luzia Jucá

Coordenadora de Relações Internacionais na CREIN/UEPA de janeiro de 2011 a junho de 2021

Data da entrevista: 05 de janeiro de 2023.

Local: Google Meet (Online)

**Luzia:** Eh...então eu trabalhei na UEPA, eu entrei na UEPA em 2011, início de 2011, e fiquei até 2021, então são dez anos, né? Dez anos e pouquinho. E foi praticamente nesse período que eu entrei aqui que o setor, a Coordenadoria de Relações Internacionais, começou a funcionar. Ela já existia no organograma da UEPA, mas não havia uma pessoa, né, designada pra coordenar. Então... na época, a reitora era a professora Marília Brasil. Ela já me conhecia porque eu já tinha uma experiência de setor de relações internacionais na Universidade Federal do Pará, onde eu também coordenei lá pra assessoria, né, de relações internacionais. E então ela me chamou, né, porque ela queria justamente eh... dar um impulso nesse setor na UEPA e ter uma pessoa de fato coordenando o setor, né? Que até então, eh...em períodos, assim, esporádicos algum professor assumia temporariamente, né, o setor. Mas, não, não era uma coisa permanente como passou a ser a partir de 2011, né? quando eu entrei.

**Bruna:** Certo. Então, a gente observa que, além da história da da UEPA ser recente né, a história de existência, a internacionalização é mais recente ainda, né? Não é consolidada que nem na UFPA, por exemplo, é bem diferente.

**Luzia:** É... A UFPA e outras universidades aqui no Brasil hoje já têm inclusive pró-reitorias de relações internacionais. Eh... o que é uma uma necessidade realmente, né? Eh... no exterior, particularmente na Europa e na América do Norte, isso já existe há muitos anos. Eles não chamam pró-reitoria, eles chamam vice-reitorias, né? São vice-reitorias que têm o controle desse setor, que é muito importante porque ele é um setor transversal, né? Ele passa por todos os setores da universidade, né? Então tem que ter uma pessoa realmente com, senão com uma autonomia de um pró-reitor, mas pelo menos, eh... precisa ser diretamente vinculado ao reitor né? à administração superior. Isso é muito importante. E a UEPA fez isso, né? Claro, tinha que começar...não ia começar com uma pró-reitoria, mas a Coordenadoria de Relações Internacionais no organograma da UEPA responde diretamente ao reitor. Isso é uma coisa importante, porque a internacionalização, ela só funciona se a administração superior estiver comprometida realmente, né, com isso, senão não funciona.

**Bruna:** Até porque depende da administração superior assinar, né, os convênios, enfim...

**Luzia:** Sim, sim. Não só por isso... Assinar, claro, mas eh... tem que emanar na administração superior as diretrizes, pra onde a universidade quer ir na sua internacionalização né? É uma coisa que administração superior tem que decidir, e tem que dar, né, as estratégias, tem que aprovar as estratégias... porque senão, por exemplo, muitas universidades, eh... esse setor está ligado ou à pró-reitoria de extensão ou à pró-reitoria de pós-graduação... e, se é assim, a interação tende a ficar restrita só a esse setor, né? Onde o responsável está localizado e aí, né, fica um pouco capenga (risos).

**Bruna:** Sim... (risos)

**Luzia:** Então, por isso, as relações internacionais, elas tem que ser eh... da administração superior, e é sempre o reitor que tem que dizer: 'olha, a universidade quer ir pra tal caminho, por tal caminho, priorizar tal ação'!...né? E tem que ser uma coisa que perpassasse todos os setores da universidade, né?

**Bruna:** Sim... E em relação a isso, durante o período em que a senhora atuou na internacionalização, existiu uma política de internacionalização que era definida pelo governo federal ou pelo estado, ou uma política de internacionalização própria da UEPA?

**Luzia:** Durante o início não, né? Eh...no início, não havia essa política. A partir de 2015-2016, começamos a nos mobilizar pra criar essa política da UEPA mesmo. O Governo Estadual não propôs nenhuma política nesse sentido, né? Eh...deixou a UEPA autonomamente decidir. No entanto, vale ressaltar que, por questões lá do governo estadual, eles...o governo estadual pediu para a UEPA dar prioridade, olha só, primeiro, pra criar o curso de relações internacionais, que é esse curso que você faz. Isso foi uma iniciativa do governo do estado, né, que queria criar esse curso pra que seus funcionários ligados à internacionalização, né, pudessem ter uma formação acadêmica. Mas também queria que o curso fosse aberto a toda comunidade, né? E também o Governo Estadual priorizou, vamos dizer assim, a relação comercial com os países asiáticos, nomeadamente a China, né, que já tinha um uma aproximação comercial muito grande com o estado do Pará. E nesse contexto, então, o governo do estado pediu que a UEPA abrigasse o Instituto Confúcio. Que é o Instituto que ensina a língua né, o mandarim, e promove a cultura chinesa né, nos lugares onde o instituto está. Eh...ao contrário de outros institutos de língua, não sei se você sabe disso, os institutos Confúcio no mundo, eles precisam estar abrigados dentro de uma universidade. Eles não são...por exemplo, tem Aliança Francesa no mundo inteiro, que é autônoma, ela não está ligada, vinculada a nenhuma... Tem o Centro Cultural Brasil Estados Unidos...enfim, tem vários, né, escolas e instituições que fomentam a língua dos seus países, que não têm vínculo algum com a academia. O Instituto Confúcio, sim, precisa estar dentro de uma universidade. O governo chinês, como já tinha essa aproximação comercial com o governo do estado do Pará, pediu ao governo que abrigasse o seu Instituto Confúcio dentro da Universidade do Estado. Então o Instituto Confúcio na UEPA foi o primeiro instituto Confúcio do Norte do Brasil. E, segundo consta, pelo menos quando na época que eu estava aí, né, é um dos melhores (risos).

**Bruna:** Nossa! Interessante...

**Luzia:** Então assim, né? O governo do estado só pediu, que eu saiba, né, essas duas iniciativas pra UEPA, mas ele não propôs nenhuma política de internacionalização. Então, em 2015, nós começamos a estudar esse assunto, né, junto com outros assessores e coordenadores de relações internacionais das universidades brasileiras. Muitos não tinham política de internacionalização, mas algumas universidades, principalmente as grandes universidades, né, a USP, a UNICAMP, a Federal do Rio... todas já tinham suas políticas bem consolidadas. Então a gente começou a reunir com essas pessoas que já tinham experiência e começamos a elaborar a política da UEPA. Mas isso levou algum tempo. Então, só em 2017, no início de 2017, foi criada, assinada pelo reitor, a política de internacionalização da UEPA. É um documento, né, se não me falhe a memória, uma portaria do reitor, onde estão traçadas as diretrizes gerais da UEPA com relação à internacionalização da universidade

**Bruna:** E existiu alguma política de internacionalização voltada especificamente pra cooperação com as IES latino-americanas?

**Luzia:** Não. Não houve essa iniciativa. Até porque, na época, na época não, eu diria assim, durante o período que eu estava lá pelo menos, né, a UEPA estava iniciando as suas ações nessa área, então a administração superior não achou, não viu necessidade naquele momento de priorizar uma determinada área geográfica. A administração achou que a UEPA deveria estender seus braços pra todos, né, pra todas as regiões, e aí então, com o decorrer do tempo, se houvesse necessidade, de dar mais atenção numa determinada região, se faria, né? Mas até o momento que eu estive na coordenação não houve nenhuma iniciativa de priorizar a América Latina. Aliás, nenhuma região em especial, né? Com exceção desse assunto do Instituto Confúcio, que não era nem pra priorizar uma região, mas sim uma relação comercial que já havia, né, existente entre dois países, foi feita essa ação. Mas não houve realmente pra nenhuma outra região uma política mais específica.

**Bruna:** Sim...Haviam então eh...as relações de cooperação, mas não havia uma política né, uma diretrizes direcionada, né?

**Luzia:** Não, não. A política era a política geral, esse documento geral que servia pra América Latina, pra Europa, pra Ásia pra, enfim, né? pra todas as regiões do mundo. Eh...embora, claro, na prática nós não chegamos a ter cooperação internacional com todas as regiões. Mas, assim, pelo menos um país em cada região a gente tinha algum tipo de cooperação internacional, né? Isso a gente pode ver, eu não sei se ainda hoje está lá no site da UEPA acredito que sim, a relação dos países com os quais a UEPA mantém acordo de cooperação. Na época que eu estava coordenando era bem extenso realmente o número de acordos. Agora claro, depois da pandemia, imagino que deva ter diminuído bastante. Temos que recomeçar, né?

**Bruna:** Exato. Eu cheguei a verificar essa lista. Em relação a pandemia, durante esse contexto que a gente teve, a partir de 2020, houve alguma viabilidade ou incentivo internacional pra cooperação com as instituições latino-americanas? Assim, como é que deu esse contexto da pandemia? A cooperação diminuiu, aumentou, como que ela se ressignificou? E, principalmente, houve esse incentivo internacional pra manter a cooperação com as instituições latino-americanas?

**Luzia:** Não, não, não teve nada específico pras instituições latino-americanas, né... Agora, sim, a cooperação internacional diminuiu bastante durante a pandemia, porque no caso da UEPA, eu acredito que na maioria das instituições brasileiras, a cooperação internacional...um dos tripés mais fortes é a mobilidade, né? Seja ela a mobilidade na graduação, pra estudos, ou seja ela a mobilidade na pesquisa, né, pra projetos internacionais em conjunto. Então isso tudo diminuiu drasticamente, passou-se a utilizar todas as ferramentas que possibilitassem uma interação on-line, né? Então, por exemplo, foi criado um sistema que se chama mobilidade acadêmica...mobilidade internacional virtual ou mobilidade acadêmica virtual... uma coisa assim...que é um pouquinho diferente do ensino à distância, tá? porque é um, vamos dizer assim, é uma ação, um programa, onde o aluno faz todo o seu semestre de forma online. Geralmente no ensino à distância você faz uma matéria, uma parte do seu currículo assistindo aulas com o professor de outra universidade, né? A mobilidade virtual é um pouquinho diferente porque o aluno, ele realmente se matricula naquele semestre que ele está fazendo na sua universidade de origem, ele se matricula como aluno de mobilidade virtual e passa não só assistir aula de uma matéria, mas de diversas matérias daquele semestre, né, de forma virtual. E ele participa junto com os outros alunos daquela universidade na qual ele está fazendo a sua mobilidade virtual pra realização de trabalhos em grupo, né? Há uma interação bem maior do que a que costuma haver no ensino a distância. Então é um pouquinho diferente. É baseado, claro, na experiência do ensino a distância, né? Mas ela tem características próprias que envolvem mais o aluno. Ele apenas deixa de se beneficiar do fato de estar presencialmente no outro país, que é um componente fundamental na mobilidade internacional, né? essa imersão realmente presencial na cultura do outro país. É isso que faz a diferença, mas pra gente não ficar tão completamente parado, né, a UEPA começou a desenvolver esse programa. Eh... até a época que eu fiquei, não tinha ainda sido implementado, mas já estava em estudos, né? Não sei como está hoje em dia. Eh...uma coisa interessante de mencionar é que a UEPA participa, praticamente desde a sua criação, de um projeto, um programa, chamado Fórum dos Assessores de Relações Internacionais das Universidades Brasileiras, cuja sigla é FAUBAI. Não sei se você já ouviu falar. A FAUBAI começou assim como um fórum, né? A UEPA, acho que isso foi no início,

não, no início não... Desde 1980 existe o FAUBAI, então já tem mais de trinta anos. E a UEPA sempre participou, às vezes era o próprio reitor que ia nas reuniões, uma vez por ano havia uma reunião dos assessores e das pessoas que eram responsáveis pelas relações internacionais. E, a partir de 2011, que foi quando eu entrei, a UEPA realmente passou a mandar o seu próprio representante em relações internacionais todos os anos para os encontros do FAUBAI. Hoje, o FAUBAI não é mais um fórum, é uma associação. Uma associação brasileira de gestores, né, de relações internacionais, onde tem assessores, coordenadores e até mesmo pró-reitores, né, no caso das universidades que têm pró-reitoria. E essas pessoas então participam, são encontros de quatro a cinco dias. E nesses encontros a gente tem a oportunidade de ver o que todas as universidades estão fazendo de mais inovador nessa área. E participam também muitos assessores do mundo inteiro, porque nessa oportunidade, como o Brasil é um país muito grande, os assessores de outros países, os coordenadores e pró-reitores de relações internacionais de outros países, eles aproveitam essa oportunidade onde praticamente todos os gestores de relações internacionais do Brasil estão reunidos num lugar só. Eh... cada ano é feito numa cidade no Brasil, né? Eh... o último ano que eu participei foi feito em Belém. Em 2019 esse encontro foi feito em Belém. E foi uma coisa muito... foi incrível, realmente. Foi lá no Hangar, foi uma participação maciça, veio gente do mundo inteiro mesmo. Então é muito bacana a gente poder se reunir. E nessas ocasiões a gente então interage com nossos colegas, né, pra ver o que eles estão fazendo nas universidades. E, quando começou a pandemia, esses encontros não puderam mais ser, né, presenciais e passaram a ser então encontros on-line. E foi feito todo um... nossa, foi uma coisa incrível, assim, porque funcionou (risos). Funcionou e funcionou muito bem. Eh... as pessoas já se conheciam de outros encontros presenciais e continuar da forma on-line, apesar, claro, de não ser tão legal, mas não parou. Então nesses encontros da Faubai nós passamos a estudar muito essa questão da mobilidade virtual e do que fazer com a mobilidade de modo geral durante a pandemia, né? Então surgiram várias ideias e a gente sempre assim né, de olho no que a gente pode fazer. Mas todos, sem exceção, claro, mencionaram que caiu drasticamente as atividades do setor de relações internacionais, que depende fundamentalmente da mobilidade, né? Não só, mas é um pilar fundamental, né? E foi um dos mais prejudicados dentro das universidades, né? Mas não parou. Não parou. Eh... foram procuradas todas as ferramentas possíveis, né, pra gente não parar. E além desse encontro internacional de todos os assessores do mundo inteiro, há encontros regionais também. A FAUBAI tem coordenadores regionais aqui no Brasil, né? Então tem o coordenador da região sul, da região sudeste e o coordenador da região norte, que foi a UEPA que foi a responsável durante... eu acho que foram... três gestões. São gestões bi anuais, que uma pessoa é votada pelos assessores e gestores da sua região. A gente se divide. E durante esse encontro internacional tem um momento em que os gestores se dividem, os brasileiros, claro, né? E votam a cada dois anos no coordenador da sua região. Então a UEPA foi escolhida durante, se não me engano, três mandatos, né? Foram seis anos em que a UEPA foi a responsável pela regional norte da FAUBAI. Então no caso eu, como era a coordenadora de relações, fui a responsável. E a gente era responsável por organizar encontros regionais. Pelo menos dois por ano. Um no primeiro semestre, um no segundo semestre. Justamente pra trocar ideias já mais específicas, né, dos assuntos mais ligados à região norte, que é também a região amazônica né, praticamente. Ela tem suas especificidades, suas dificuldades que outras regiões não tem ou tem outras, né? Então a gente se reunia também durante os encontros, até 2019, presencialmente. E depois de 2019 então passou a ser eh... reuniões online, né, encontros online, que duravam o dia inteiro, então tinha palestras, mesas de discussão... e tudo isso era coordenado na época pelo coordenador regional norte, que no caso era eu representando a UEPA. Então, não parou, né, assim, a gente não parou de procurar maneiras de durante a pandemia não parar (risos). Eh... mas realmente diminuiu bastante né, principalmente os programas de mobilidade presencial. Esses pararam totalmente, né, durante esse período. Mas já estavam começando, até o momento que eu estava lá, já ia sair um novo edital pra bolsa de mobilidade ibero-americana, que inclui os países latino-americanos. Eh... então é isso, né, diminuiu, não houve uma política específica para América Latina, mas eh... havia o programa de bolsas Santander, não sei se você ouviu falar ou de repente participou, não sei, programa de bolsas pra graduação do Banco Santander, que era uma iniciativa privada, acho que tem uma pergunta também dessa, já vou aproveitar e entrar no assunto. Eh... era o programa de bolsas ibero-americanas do Santander. Então é uma iniciativa privada de um banco privado, né? que dava bolsas de mobilidade para graduação de qualquer área, mas tinha que ser para países com os quais a UEPA mantivesse acordo de cooperação prévia, né? Eram países da América Latina, e na Europa, Espanha e Portugal que é a região ibérica. Só esses dois na Europa. E o restante tinha que ser países latino-americanos e aqui na nossa região. Então a UEPA tinha acordo de cooperação com universidades na Argentina, no Uruguai, na Colômbia, eh... deixa eu ver se eu lembro mais. Eu não sei agora de cabeça... no Peru. E isso então eram umas dez universidades que a gente ofertava, porque já tínhamos acordo de cooperação né, pros alunos fazerem então um semestre, podia ser prorrogado por mais um numa

dessas universidades, mas, como eu digo, as exigências eram que já houvesse um acordo de cooperação prévia. Então isso a gente pode dizer que foi uma iniciativa voltada também à América Latina (tosse), mas não foi financiada pela UEPA e nem pelo governo do estado, foi pela iniciativa privada. Mas era muito bom, funcionava muito bem, a gente fazia os editais, era tudo bastante transparente, as pessoas, os alunos se inscreviam, tinham que ser alunos da UEPA, matriculados num curso regular da UEPA. E, como previa a política de internacionalização, pra fazer mobilidade internacional, o aluno tem que ter pelo menos dois semestres já concluídos, né? Dois ou um, agora eu não lembro, acho que era um. E tinha que estar pelo menos no segundo semestre e não podia estar no último semestre do seu curso, que é o semestre que se faz o TCC, então não é recomendado fazer mobilidade no último ano e nem no primeiro semestre porque, né, a pessoa ainda está entrando, tem que ter pelo menos uma vivência mínima na sua universidade de origem pra depois sair e fazer, né? Então o edital dessa bolsa latino-americana, vamos chamar o ibero-americano, obedecia à política da UEPA. Isso era um dos critérios do Banco Santander. Além de ser os países, né, com quem a universidade tivesse acordo de cooperação, tinha que obedecer as regras da universidade. E o Santander dava bastante autonomia pras universidades determinarem o seu critério de seleção, né? Contanto que fosse transparente, que todo mundo soubesse as regras e né, e fosse tudo transparente, eles deixavam as universidades à vontade pra escolher a sua maneira de selecionar os alunos, né? E a UEPA sempre fez assim por meio de editais publicados, né? Dava prazo pra se inscrever, dava prazo pra entregar a documentação... Não havia uma prova, isso não tinha. Era por mérito, né? Eram analisados os históricos escolares e aí, né, era feito de uma comissão de professores da UEPA que avaliava então os alunos que tinham um melhor desempenho acadêmico, né? E esses então eram selecionados pra bolsa.

**Bruna:** Entendi. Então ao longo desses anos houve esses investimentos privados pontuais, né, em algum em algumas relações... E quanto ao investimento público sempre partiu da própria UEPA? Ou existia..?

**Luzia:** Sim. O investimento público, com exceção do Instituto Confúcio, que eu considero um caso à parte, né, porque sim foi praticamente todo financiado pelo governo chinês, o governo do estado apenas cedeu as instalações né, e enfim a infraestrutura... Mas assim todo material, os próprios professores que vinham dar as aulas, tudo isso era financiado pelo governo chinês. Mas isso é uma coisa à parte, né? No restante das estratégias de internacionalização não houve investimento, grande investimento pelo menos, por parte nem do governo do estado e nem da própria UEPA. A gente funcionava muito com o auxílio de organizações internacionais. A União Europeia foi um parceiro importante da UEPA durante muitos anos. Eh... nós participamos do projeto Erasmus. Não era para a graduação. Era mais para pós-graduação e pra pesquisa, né? Isso funcionou durante um bom tempo, as universidades que participam desse projeto da União Europeia, desse programa na verdade, elas precisam associar a outras universidades. Não necessariamente tinha que ter acordo de cooperação, mas a gente podia entrar num consórcio já formado por exemplo entre universidades europeias e universidades do país com o qual a União Europeia não tinha o projeto, o programa. E junto com essas universidades então a gente fazia mobilidade, né? E era geralmente a mobilidade de pesquisadores ou até professores. Inclusive um professor da UEPA foi pra Polônia pra dar um curso lá... e isso tudo era financiado então por esse programa chamado Erasmus da União Europeia. Então esse foi o maior programa. Depois teve aquela iniciativa maravilhosa do governo brasileiro federal, do governo federal, que foi o Ciências sem Fronteiras, né? O Ciências sem Fronteiras movimentou de uma forma inusitada todas as universidades brasileiras nessa área de relações internacionais. Foi quando as universidades que nem pensavam nisso começaram a despertar, né, pra necessidade de primeiro, criar um setor específico de relações internacionais, seja ele uma assessoria, uma coordenadoria ou até mesmo pró-reitoria..., Mas tinha que criar, né, pra poder participar do Ciências Sem Fronteiras e aí foi uma movimentação assim incrível, né? E foi quando as relações internacionais mais tiveram uma grande visibilidade, né, uma grande movimentação, dentro de todas as universidades brasileiras que participaram do projeto, do programa. Havia critérios pras universidades participarem, né, mas eram critérios que a maioria podia participar. E podiam participar - pelo menos durante um tempo, depois eu acho que acabou - universidades inclusive privadas que atendessem a determinados critérios lá do programa. Mas as universidades públicas brasileiras estavam maciçamente incluídas no Ciência sem Fronteiras, inclusive os institutos federais, porque havia também estratégias voltadas especificamente aos institutos, né, que são mais técnicos. Então assim, na minha opinião foi o melhor programa que eu já vi, no Brasil, pra mobilidade internacional na graduação principalmente. A mobilidade internacional da graduação era mínima no Brasil, apenas umas poucas universidades grandes brasileiras tinham programa de

mobilidade na graduação, enquanto que a grande maioria só tinha na pós, né, por causa dos projetos de pesquisa, de cooperação com outros países... Mas a mobilidade na graduação, ela nasceu no Ciência sem Fronteiras e começou mais ou menos em 2012, um ano depois que eu tinha entrado na UEPA. começou o Ciência sem Fronteiras. E a UEPA participou muito do Ciência sem Fronteiras, muito mesmo. Foi muito bom, né? Por causa disso, houve toda uma movimentação na área docente, principalmente, né, pra estudar essa questão do reconhecimento de créditos internacionais. E isso é um assunto bem complexo até hoje, né? Mas assim, e depois de todos esses anos, a gente já está bastante familiarizado com isso, não é mais uma coisa estranha, porque no início era muito estranho né? Os professores 'ah mas como é que a gente faz?' Principalmente as universidades europeias, elas têm um sistema diferente do Brasil, que eles consideram carga horária não apenas as aulas assistidas, mas todo o trabalho que o aluno faz fora da aula, isso tem, isso é computado, né? Então era muito estranho isso pra gente poder fazer a equivalência, né? Porque aqui no Brasil só se usa carga horária, que é o tempo que o aluno passa em sala de aula, né? E que é uma coisa que hoje em dia não é mais muito usada nos países, principalmente na Europa há muitos anos, e até nos Estados Unidos não é mais assim, né? É computado, tem uma maneira lá de computar todo o trabalho que o aluno faz fora da sala de aula, que é muito importante.

**Bruna:** Existe também a pesquisa e a extensão, né? que tem que constar no currículo.

**Luzia:** Exatamente. Exatamente.

**Bruna:** E em relação à próxima pergunta, em relação às estratégias de internacionalização. A senhora mencionou como estratégia, por exemplo, a mobilidade, né, que seria o carro chefe por muito tempo, em que os alunos vão presencialmente estudar em outra universidade ou também há a possibilidade da UEPA receber alunos... E, de maneira assim geral, quais são as estratégias de internacionalização já utilizadas pela UEPA nas relações com as IES Latino-Americanas?

**Luzia:** Ok. Eu posso eu posso vir aqui procurar e passar pra você o documento onde está a política de internacionalização da UEPA. Lá estão as estratégias, tá? Mas eu posso falar pra você algumas coisas. Por exemplo, a cooperação na graduação... vamos começar assim, né? Graduação, pós e extensão, né? Na graduação, a mobilidade né? que a gente já falou. Tem também a realização de cursos de formação, né, que o aluno pode fazer. Não como mobilidade assim acadêmica dentro do seu curso, mas, por exemplo, ah um aluno de design quer fazer um curso de... sei lá, de jogos, né? Criação de jogos ou de aplicativos. Então ele faz um curso específico bem de... vamos dizer, prático, né? Isso existe. Existe os cursos de língua estrangeira que o aluno pode fazer na universidade do outro país, né? Pode fazer estágios, né? A UEPA participou de programas de estágio internacional, bastante até na América Latina com aquela organização, não sei se você conhece, a AIESEC. Você ouviu falar já?

**Bruna:** Sim.

**Luzia:** A AIESEC tinha programas de estágio pra graduação. E até mesmo estágio em empresas, né? Não só estágio nas universidades, mas em empresas estrangeiras, não é? Eh... uma das estratégias também utilizadas é a flexibilização do currículo, que é feita... é um assunto bastante complexo, mas é uma das estratégias da internacionalização é a gente flexibilizar os currículos, né? Por causa da experiência dos alunos em outras instituições de outros países, a gente pode estudar maneiras de modificar ou flexibilizar os currículos, né? Eh... e também na parte de pós-graduação, então tem toda a parte de pesquisa, né, que isso já existia... costumava existir já essa parte de projetos em comum, mesmo sem ter setor de relações internacionais, né? Os professores às vezes recebiam bolsas da CAPES ou do CNPQ e iam fazer a sua pós-graduação no estrangeiro, no país estrangeiro, e lá obviamente faziam contatos com outros colegas, né, e começava a desenvolver projetos em conjunto. Então a pesquisa é o outro pilar fundamental da internacionalização, né? E a pesquisa não necessariamente exige uma mobilidade presencial muito grande. Ela exige talvez uma reunião inicial, alguma coisa assim, mas depois ela funciona bastante bem, sem precisar de mobilidade presencial. Embora a mobilidade sempre seja o conteúdo, como dizer...? A ação primária, né, da internacionalização. Então tem a mobilidade dos professores, dos pesquisadores, os projetos de pesquisa em conjunto, a realização de cursos, né? Eh... vamos dizer... professores convidados que

vêm pra universidade brasileira pra dar cursos, oficinas ou fazer palestras, né? Uma das estratégias importantes da UEPA na internacionalização é inserir a UEPA nas redes internacionais de pesquisa. Existem redes famosas, redes latino-americanas, redes europeias, redes amazônicas, né? Então inserir a UEPA nessas redes era uma grande estratégia que a administração superior priorizou bastante, ou prioriza bastante, porque hoje em dia pra gente conseguir fomento e financiamento de organizações internacionais, é necessário estar numa rede. Raramente as organizações internacionais financiam hoje em dia uma universidade assim única, né? Ah, a União Europeia vai financiar a UEPA, isso não existe, né? A União Europeia financia um grupo de universidades, preferencialmente uma rede de pesquisa que já existe, já está formada, já está consolidada... Então eles viabilizam, disponibilizam recurso financeiro para aquela rede. Então a inserção em rede de pesquisa é uma estratégia muito importante na internacionalização, e a UEPA estava perseguindo isso também, né? E uma outra estratégia interessante...eu só tô dando alguns exemplos, tem várias, se você olhar o documento você vai ver. Mas uma outra coisa que estava começando a acontecer, ainda não tinha acontecido na prática, mas já estávamos...vamos dizer, 'em vias de', é a internacionalização no setor administrativo das universidades. Porque o que a gente estava notando é que alunos, professores, pesquisadores iam pros seus programas de mobilidade, faziam os seus projetos em conjunto... e encontravam dificuldade depois de se reinserir na sua universidade de origem devido a problemas às vezes burocráticos. Até mesmo devido, por exemplo, ao desconhecimento de línguas dos funcionários das suas universidades de origem, né, pra estudar os documentos, os históricos, enfim né, a papelada entre aspas que eles traziam, né, do exterior. Então uma das estratégias era desenvolver as habilidades internacionais na administração também. Mandando funcionários, né? Funcionários que trabalham com...como é que a gente chama? O controle acadêmico... esse tipo de coisa, né? Porque com a inserção da UEPA em redes, há uma interação não só entre alunos e professores e pesquisadores, mas entre os funcionários das instituições, né, e que havia uma troca aí de processos administrativos, esse tipo de coisa. Então assim, há política de internacionalização da UEPA um elenco grande de estratégias em cada um dos setores, no setor da graduação no setor da pós-graduação, e no setor da extensão também. Porque a relações internacionais se dá também no aspecto do desenvolvimento cultural com outros países e uma série de iniciativas que é da área da extensão, né? E então são essas as estratégias e os respectivos benefícios, né? Claro que se você tem alunos, pesquisadores, professores e até mesmo funcionários administrativos envolvidos em ações internacionais a internacionalização da instituição dá um salto qualitativo imenso, né? Imenso. Eu sempre costumo dizer: o nome da instituição é Universidade. Então não pode ficar só olhando pro seu umbigo, né? Tem que estar inserido no mundo. Formar cidadãos globais, né? Embora esse nome já tenha, assim, uma certa conotação política, mas não é isso que se quer dizer. Se quer dizer realmente que pode trabalhar em qualquer região do mundo, pode desenvolver suas capacidades com qualquer grupo. Porque uma vez que você tem uma experiência internacional, isso serve pra todas as outras, é base pra todas as outras. Então essa é a importância da internacionalização, e todas as instituições de ensino superior já sabem disso, e as que não têm estão lutando bravamente pra ter os seus setores de relações internacionais bem consolidados, né, e poder fazer essas ações de forma transversal como a gente chama, né? Na graduação, na pós-graduação e na extensão. É isso.

**Bruna:** Interessante. E em relação aos efeitos dessa cooperação internacional, no caso da Latino-Americana, como que afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da própria instituição?

**Luzia:** Eh...vamos ver se eu entendi o que você quer dizer com capacidade institucional. Eu entendo que seja a oferta, vamos dizer, o serviço que uma universidade presta à comunidade no seu entorno, que são os serviços de formar alunos de graduação, de formar pesquisadores e professores de pós-graduação e de realizar o seu trabalho, né, no entorno, na comunidade, né? Imagino que seja isso. A não ser que você tenha uma outra... você estava pensando em alguma outra coisa.

**Bruna:** Mais ou menos isso. Eh... se melhora a qualidade da oferta de disciplinas, a qualidade de surgimento de grupos de pesquisa ou de capacitação de professores... mais ou menos nesse sentido.

**Luzia:** É. Certamente, né? Tudo isso que você falou acontece, né? É afetado pelas estratégias de internacionalização da instituição, né? E é como eu falei de... não havia nada específico com relação a cooperação latino-americana, mas é óbvio que a cooperação latino-americana também entra, né, junto com a cooperação com outras regiões. Então afeta, como eu falei, de forma transversal, né, a

universidade nos seus três pilares, graduação, pós-graduação e extensão. Na graduação os alunos têm a oportunidade de cooperar com estudantes internacionais e ampliam a capacidade de entender o mundo, de ser tolerantes, de compreender que a sua cultura não é a única, né? Existem outras culturas tão valiosas quanto a nossa própria, né? E entender e se mover nesse circuito, né, é uma capacidade importante que o cidadão de forma geral deveria ter, né? E uma coisa interessante ainda nesse assunto da graduação de benefícios...a internacionalização na graduação ela não se dá só com a ida de um aluno para um país estrangeiro. Se dá com o recebimento de alunos estrangeiros na nossa instituição. Isto é uma forma de internacionalizar, né? Um aluno estrangeiro que vem estudar na nossa instituição é uma possibilidade até para os alunos que, por não terem condições ou por não terem possibilidade de alguma maneira de ir para o exterior, interajam com alunos de outros países, né? É o que a gente chama de internacionalização em casa. Então receber alunos do estrangeiro é uma estratégia importante na internacionalização do ensino superior, né? E a UEPA de de uma forma até que eu destacaria eh... uma forma bem particular... teve uma interação muito grande com a Colômbia. Eh eu não sei se você, bom, você deve ter conhecido e conversado com o professor João Colares, né? Que eu acho que ainda é o atual coordenador, né, das relações internacionais.

**Bruna:** Sim.

**Luzia:** O professor João Colares, na época que eu estava lá, ele tinha um programa de estágio com a Universidade Nacional da Colômbia, que é uma das universidades mais importantes da América Latina. Eu não sei também se você sabe, mas a Colômbia tem um ensino superior de altíssima qualidade. Na América Latina é destaque principalmente a Universidade Nacional da Colômbia. E havia então esse programa de estágio, vinham alunos dessa universidade colombiana fazer estágio na área de pedagogia na UEPA. Isso foi muito interessante né, para os alunos de pedagogia daquela época, né, de interagir com esses alunos que vinham da Colômbia. Eh...então esse é um dos benefícios que eu acho mais interessantes de uma estratégia de mobilidade internacional não só de ida como de recebimento de alunos também. E a UEPA teve também ações nessa área, né? Eh... na pós-graduação é óbvio que o incentivo à pesquisa com a cooperação internacional, ele é bastante bombado, né? (risos) pra usar mais expressão bem atual, pela cooperação internacional. Porque quando você tem grupos de pesquisa com professores de outros países ou da sua universidade, um ou mais países, você tem mais possibilidade de conseguir financiamento para os projetos de pesquisa, que sempre é um problema no Brasil né? Infelizmente. Os governos... e eu não vou culpar um governo especificamente, mas tantos governos federais como os estaduais, eles são um pouquinho econômicos (risos) no auxílio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico que é uma das bases da do ensino da pós-graduação universitária. Então, eh... a cooperação internacional, ela fomenta de forma bastante visível, os projetos de pesquisa quando existe essa cooperação com os outros países. E na extensão é maravilhoso também porque a gente tem programas, ações, projetos, que alunos de outras universidades vêm pra nossa universidade e fazem oficinas, apresentações culturais... E nós também, né, mandamos os nossos alunos pras outras universidades pra... de uma forma também difundir a nossa cultura, né, e as nossas as nossas tradições aqui. E também fazer um trabalho comunitário, principalmente na área da saúde, a cooperação internacional é muito forte. Com a vinda de alunos de medicina, de enfermagem, de terapia, de fisioterapia, de terapia ocupacional, eh... alunos estrangeiros que vem pra UEPA e alunos da UEPA que vão pra outras universidades fazer um um estágio ou fazer um trabalho voluntário até de cooperação internacional nas férias por exemplo, né? Isso tudo faz parte dos benefícios da cooperação internacional na área da extensão. Então assim são realmente muitos, né? Eu ficaria horas aqui falando, mas assim só pra te dar uma uma visão geral seriam esses os benefícios né? Nas três áreas da universidade onde se dá a cooperação internacional.

**Bruna:** Sim. E essa pergunta dialoga muito com a última, né? Que já é direcionada mais a aos benefícios pros discentes e docentes, assim, a nível individual.

**Luzia:** É. É basicamente está respondida a última né? Porque a cooperação, ela visa os benefícios. As estratégias visam os correspondentes benefícios, né? Então... a estratégia de mandar um aluno para o exterior é um benefício para o aluno se imergir numa outra cultura e ter essa visão mais ampla do mundo e voltar para o seu país de origem e poder exercer as suas capacidades de uma forma bem diferente, a gente sempre diz que um aluno que faz mobilidade ele volta outra pessoa, né? Melhor, geralmente. Então a estratégia de mandar tem o benefício de ampliar essa capacidade, né, de

desenvolver suas habilidades de uma forma bem mais ampla para os alunos. Para os professores é um incentivo de rever os currículos, de rever a própria pedagogia do ensino da sua disciplina, né, interagindo com professores de outras universidades. Eh... receber alunos e professores estrangeiros é muito importante, né? Como eu já falei, o benefício é incrível, é uma verdadeira internacionalização em casa que a gente faz quando a gente recebe alunos e professores estrangeiros. Então, mesmo os alunos que não participam de mobilidade, eles podem se beneficiar, porque estão em contato com alunos e professores de outras instituições, de instituições de outros países. E na extensão, aquilo que eu falei né? Todas essas atividades culturais e sociais que a gente pode realizar com pessoas de outros países e ver outras formas, né, de realizar isso. São os benefícios mais visíveis assim da internacionalização. Isso se dá na cooperação latino-americana, na cooperação europeia, na cooperação norte-americana, na cooperação com a Ásia, na cooperação com países da Oceania, né? Todos os lugares, todas as regiões os benefícios geralmente são esses, dentre outros aqui, né, que a gente poderia citar, mas que ia demorar muito pra explicar, mas esses são os mais interessantes e os mais visíveis, né? E... enfim, eu acho que não há o que se falar hoje em não fazer internacionalização, né? Havia, por exemplo, só pra você ter um pouquinho do histórico da cooperação internacional não só no Brasil mas no mundo... no início, há geralmente uma grande... grandes restrições por parte de professores e de pesquisadores para a internacionalização no sentido de abrir vagas para alunos e professores estrangeiros. Porque o argumento era: se nós não temos nem vagas para os nossos alunos brasileiros, como é que a gente vai abrir vaga pra alunos estrangeiros? E eu estou falando isso com relação a instituições públicas, que aqui no Brasil não cobram, né? Eh... o ensino público, o ensino superior público no Brasil é gratuito. Para todos, né? Então... a gente abre vagas pra um aluno estrangeiro e tem aluno brasileiro que não consegue vaga, né? porque não passa no vestibular, não tem vaga, enfim. Mas esse argumento, ele caiu por terra, já faz bastante tempo, porque essa vaga que a gente abre não é retirada do número de vagas que já havia. Ela é acrescentada. Então, por exemplo, eu estou falando mais agora com relação à graduação, né, que tem esse problema de vaga. Aluno estrangeiro vem fazer um semestre de mobilidade na UEPA. Tem que abrir uma vaga pra ele, pra ele ser matriculado na UEPA. Ele precisa ser matriculado, ele precisa receber no final do curso um histórico escolar pra poder levar pra sua instituição de origem e creditar as matérias lá. Assim como os nossos alunos fazem quando vão para o exterior. Então, essa vaga, ela não é tirada, a gente deixa de dar pra um aluno brasileiro pra dar pro estrangeiro... não. Ela é acrescentada. Se abre uma ou duas vagas extras naquele curso pra receber um ou dois alunos, geralmente não é mais do que isso por curso, né? E então não é uma questão de tirar uma vaga, mas é de fazer um lugarzinho para que os alunos que estão matriculados possam ter, usufruir desse benefício de ter colegas estrangeiros, né? E de poder fazer essa internacionalização mesmo sem sair da sua universidade de origem. Então o benefício é imenso e não há porque falar em priorizar um aluno estrangeiro em detrimento de um aluno brasileiro. É um acréscimo. Não é retirar oportunidade. É acrescentar uma oportunidade. Então, com relação a isso, eu quero crer que não haja mais esse tipo eh... vamos dizer de... já me fugiu a palavra agora, mas assim de falta de boa vontade para receber alunos estrangeiros ou de falta de vontade de fazer internacionalização como havia às vezes no início da internacionalização em diversas universidades aqui do Brasil. Então eu quero crer que hoje em dia nenhuma universidade, nenhuma instituição de ensino superior se pode dar ao luxo de não ter uma mínima que seja política de internacionalização né? E cada vez mais ampliar, né, na medida em que os benefícios forem sendo percebidos. Porque eles são percebidos muito facilmente depois que feito, né, depois que o programa ou as ações são realmente colocadas em prática.

**Bruna:** Sim. A senhora mencionou a questão das trocas culturais, e esse é um aspecto que é bastante relevante pra minha pesquisa, porque quando eu estava lendo vários autores que falavam sobre internacionalização muitos deles destacaram a interculturalidade, a perspectiva de trocas culturais sem que uma cultura fosse imposta a outra ou se sobrepusesse à outra... mas que realmente houvesse esse fluxo, tanto o país que está recebendo o estudante quanto o país que está enviando o estudante, pudessem ser beneficiários dessa troca cultural, e que a cultura também tivesse inserida, né... A produção de pesquisa, por exemplo, ela leva, ela carrega uma ótica da cultura do pesquisador, do lugar do pesquisador. Então da feita que você faz essa troca você está trazendo culturas diferentes pra sua pesquisa, tornando essa pesquisa internacional e também contribuindo pra pesquisa do outro estudante, da outra universidade também se tornar internacional. Então essa questão cultural é bastante destacada na minha pesquisa, eu acho muito fundamental. Agora particularmente falando né, no local de estudante, um dos meus maiores sonhos sempre foi fazer mobilidade acadêmica. Não deu porque tivemos a pandemia, né? Mas, como boa estudante de relações internacionais, eu não quero parar por aí, quero continuar estudando porque é fundamental mesmo a cooperação internacional. Eu escolhi pesquisar sobre esse tema porque ele é muito importante... educação e cooperação

internacional...eu acredito muito que a educação é o futuro do nosso país, dos nossos estudantes. E numa perspectiva internacional, numa perspectiva de trocas de, enfim, de variadas vivências, ela se torna ainda mais potencializada. Então é esse é o motivo de eu ter escolhido essa pesquisa, esse tema. Porque nas relações internacionais a gente observa que com o fenômeno da globalização, o fluxo de pessoas aumentou, então conseqüentemente... em vários âmbitos, inclusive na educação. E também o mercado vai se tornando mais exigente, né? Então é necessário que os profissionais se capacitem no exterior pra trazerem, né, as qualificações necessárias pros seus trabalhos, enfim. Então, diante desse contexto todo, a cooperação vem aumentando muito, né? Como a senhora falou, antigamente não havia políticas definidas, só as maiores universidades que tinham programa de mobilidade, aí veio o Ciência sem Fronteiras e mudou isso e várias coisas foram mudando. Então eu percebo que é um fenômeno recente e também urgente de ser estudado.

**Luzia:** É. É. As universidades europeias, por exemplo, que também são bem mais antigas que as nossas, elas têm séculos de resistência, elas sempre foram pautadas ela mobilidade entre professores principalmente, né? Depois os alunos. E isso tornou as universidades europeias referência no mundo inteiro, né? Eh...então aqui no Brasil realmente, vamos dizer relativamente às universidades europeias, nós somos bebezinhos na internacionalização, né? Mas não é assim também tão recente porque há pelo menos uns quinze, vinte anos as universidades brasileiras já começaram a se movimentar, né? Com isso umas mais outras menos, né? A própria UEPA... por exemplo, em relação à federal, a federal já tem isso há muito tempo, né? A UEPA começou em 2011 mais ou menos, né, porque ela estruturou o seu setor. É muito importante ter um setor estruturado, isso é fundamental. A universidade que 'Ah eu vou destacar um professor aqui pra receber aluno, pra falar com pesquisador estrangeiro', já não funciona. Tem que ter realmente um setor estruturado que as universidades parceiras possam se comunicar com a universidade como um todo dentro daquele setor. Porque, por exemplo, se uma universidade destaca, como é muito comum, era muito comum antigamente, um professor de letras pra cuidar das coisas internacionais, eh...um professor de engenharia da produção que quisesse fazer uma cooperação com a UEPA, ia falar com o professor de letras, quê que o professor de letras sabe das estratégias da UEPA em geral para a cooperação nesse assunto, nesse setor mais tecnológico? Só pra citar um exemplo, né? Então tem que ter um setor, né? E a pessoa responsável por esse setor, ela tem que ter trânsito livre em todas as áreas da universidade, em todos os cursos, em todas as áreas, em todos os níveis. E precisa do respaldo da administração superior. Então quando as universidades brasileiras começaram a se estruturar com seus setores e tal, a coisa começou a realmente aparecer de forma mais relevante, né? Os benefícios foram surgindo e todo mundo ficou. É uma coisa que não tem volta mais, né? Obviamente. Agora uma universidade que começou a fazer ações de internacionalização de forma estratégica e de forma integral, não só um setor... Tem cursos na UEPA que são internacionalizados desde a fundação, né? Mas isso não é a universidade inteira, não era, né? Então um setor pra tornar essas estratégias integrais na universidade toda é fundamental. Então realmente nós somos relativamente novos, mas esse relativamente já tem um bom tempo, né? Eu diria que pelo menos uns vinte anos as universidades brasileiras, a maioria principalmente né, particularmente a maioria já está há bastante tempo nessa estrada né? Alguns anos. Eh... mas, ainda assim, temos muito que aprender né? O caminho é longo.

**Bruna:** Bom, eh... eu lhe agradeço muito pela disposição em aceitar o convite.

**Luzia:** De nada querida.

**Bruna:** Fico muito honrada em conhecê-la, em entrevistá-la...

**Luzia:** O prazer foi meu. Eu gosto muito desse curso de relações internacionais da UEPA. Eu participei da comissão que criou o curso, né, dentro da UEPA. E pra mim foi uma experiência incrível. Eu aprendi demais né? Porque a criação de um curso você realmente entende de uma forma bem mais profunda, né, como é que funcionam e essas questões mais acadêmicas, né? Então pra mim foi uma experiência incrível, eu tenho um carinho enorme por esse curso. E gosto muito da ideia de ver que a UEPA está levando adiante, né, o curso e que cada vez se formam novas turmas, né? Você. E eu podendo auxiliar de alguma maneira, eu estou sempre às ordens, né? Eu não sei se você sabe, mas eu já saí há mais

de um ano e eu estou aposentada. Eu não trabalho mais nessa área, né? Então eu não sei agora, né, o que no último ano, o que está de novidade nessa área, e eu sei que tem muita. Então, se você quiser saber um pouquinho mais sobre cooperação internacional, eu sugiro que você entre no site da FAUBAI, que é o [www.faubai.org.br](http://www.faubai.org.br), e veja lá o que tem de novidade. Eles... eu me lembro que havia inclusive um curso, um curso à distância ofertado pela FAUBAI para formar professores ou gestores que quisessem implantar esse curso de mobilidade virtual. Porque a mobilidade virtual, pelo que nós entendemos na época em que nós começamos a falar sobre isso, que foi o início da pandemia, é uma coisa que veio também pra ficar. Por mais que agora já possa haver a mobilidade presencial, né, sem muitos problemas, a mobilidade virtual ainda é uma ferramenta estratégica importante para a internacionalização em casa. Esse termo aí eu acho que você vai ouvir falar muito daqui pra frente, porque é uma estratégia que muitas universidades estão usando e ela tem ferramentas novas. Ferramentas que eu até mesmo já não conheço mais, mas a FAUBAI sempre é um uma fonte pra gente ver o que que está acontecendo. Eles tiveram agora em abril... Não, vai haver. Agora em abril, abril próximo, vai ter o encontro internacional de novo, que voltou a ser presencial. Vai ser em Belo Horizonte, aqui no Brasil, né? Mas ele é mais, ele é pra gestores, né? Mas tem muita coisa no site que as pessoas podem entrar e ver como funciona e procurar se informar se tiver interesse, né? Não sei se você tem interesse também... de repente surgir uma oportunidade de você e perseguir essa carreira de relações internacionais acadêmicas, que é uma coisa muito específica e diferente, por exemplo, de relações internacionais diplomáticas ou comerciais, né? Seu curso é amplo, ele dá capacitação pra qualquer uma dessas áreas. Mas a cooperação internacional acadêmica é uma área que eu saiba ainda não tem, assim, muita coisa específica dentro das universidades. Tem dentro das organizações como a FAUBAI e outras organizações internacionais, mas é uma área que eu sempre fui apaixonada, gosto muito, né? Trabalhei muitos anos nessa área e... não sei, de repente a UEPA podia fazer um curso de extensão (risos), convidar professores estrangeiros, né? Ideias.

**Bruna:** Seria interessante. Bom, lhe agradeço mais uma vez...

**Luzia:** Está bom, querida. Sucesso no seu trabalho, viu? Acho que vai ser um trabalho bacana, que eu estou vendo o seu empenho aí em buscar as informações, né? E o que eu puder ajudar, estou à disposição, né? Fique à vontade, está bom?

**Bruna:** Muito obrigada. Lhe desejo um excelente dia, um feliz ano novo atrasado. Também estou à disposição. Obrigada.

**Luzia:** Tá bom. Obrigada. Tchau tchau.

Entrevistado: Danielle Silva da Silva  
Técnica de Relações Internacionais na CREIN/UEPA desde janeiro de 2011  
Data da entrevista: 09 de janeiro de 2023  
Local: Coordenadoria de Relações Internacionais (Presencial)  
Observação: Gravação não autorizada

**1. Há quanto tempo você atua na política de internacionalização da UEPA?**

Desde 01 de janeiro de 2011 até a atualidade.

**2. A UEPA segue uma política de internacionalização previamente definida, seja pelo Governo Federal, Governo do Estado...? Ou formula sua própria política internamente? Discorra sobre isso.**

A CREIN não tem total autonomia para formular a política de internacionalização da UEPA. Segue orientações externas, exemplo: Ciência sem Fronteiras e FAUBAI. Mencionou a realização da FAUBAI em Belém em 2019, que resultou em uma aproximação da CREIN junto aos representantes de outras IES do Norte do país.

- 3. Há uma política de internacionalização da UEPA especificamente voltada às relações com IES latino-americanas? Se não, por que? Se sim, desde quando?**  
Mencionou brevemente que não há uma política específica voltada à América Latina, mas que houveram iniciativas que valorizaram o diálogo com IES da região, como o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano – PILA e o Ciência sem Fronteiras.
- 4. Nos últimos anos, em decorrência de crises e da pandemia, existiu viabilidade/incentivo internacional para a cooperação com IES latino-americanas?**  
Afirmou que a cooperação se manteve, destacando que o PILA trouxe como alternativa a mobilidade virtual, que permitiu com que os alunos tivessem a experiência de intercâmbio acadêmico mesmo diante do cenário pandêmico.
- 5. De que maneira tem avançado os investimentos na cooperação entre a UEPA e IES latino-americanas nos últimos 5 anos (2017-2022)? São públicos, privados...?**  
Fala do convênio privado com o Santander, que abrangeu IES latino-americanas e oferecia bolsas para auxiliar o aluno no intercâmbio. Houve também a oferta de bolsas de ensino da língua espanhola, em 2012, também pelo Santander.
- 6. Quais são as estratégias de internacionalização já utilizadas pela UEPA nas relações para estabelecer relações com as IES latino-americanas?**
- 7. De que maneira a cooperação internacional latino-americana afeta o desenvolvimento das capacidades institucionais da UEPA?**
- 8. Quais os benefícios do intercâmbio de conhecimento entre a UEPA e as IES latino-americanas parceiras para os discentes e docentes da UEPA?**  
Destaca que o intercâmbio proporciona o enriquecimento científico e cultural, agrega valor profissional, traz um diferencial ao currículo.
- 9. Quais os principais desafios para a construção da cooperação entre a UEPA e as IES latino-americanas?**  
Destaca o fato de o setor ter um corpo técnico pequeno para uma universidade tão grande, o que gera uma dificuldade de prestar uma assessoria para tantos alunos.
- 10. O que a UEPA espera da cooperação latino-americana nos próximos anos?**  
Mencionou a proposta de expansão da CREIN.

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PILA VIRTUAL 2022.1

### Questionário PILA Virtual 2022.1

Termo de Consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa, intitulada "Questionário PILA Virtual 2022.1", cujo objetivo é avaliar a experiência de mobilidade acadêmica dos alunos da Universidade do Estado do Pará (UEPA) que participaram do Programa de Intercâmbio Latino-americano (PILA) em 2022.1, na modalidade virtual. Asseguramos o anonimato das respostas e dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa é levada a cabo pela Coordenadoria de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará, sob responsabilidade do Coordenador Dr. João Colares da Mota Neto, da Técnica de Relações Internacionais Danielle Silva da Silva e da Estagiária Bruna Pastana Beltrão. Em caso de quaisquer dúvidas, você poderá contatar os pesquisadores através do e-mail: [crein@uepa.br](mailto:crein@uepa.br).

\*Obrigatório

1. Consentimento de participação \*

*Marcar apenas uma oval.*

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante.

Dados pessoais

2. Nome completo \*

\_\_\_\_\_

3. Nome social (se houver)

\_\_\_\_\_

## 4. Endereço \*

---

---

---

---

---

## 5. E-mail \*

---

## 6. Faixa etária \*

Marcar apenas uma oval.

- Até 18 anos
- 19 a 24 anos
- 25 a 30 anos
- 31 a 36 anos
- 37 a 42 anos
- 43 anos ou mais

## 7. Identidade de gênero \*

Marcar apenas uma oval.

- Homem cisgênero
- Homem transgênero
- Mulher cisgênero
- Mulher transgênero
- Não-binário
- Prefiro não informar
- Outro: \_\_\_\_\_

## 8. Sexualidade \*

Marcar apenas uma oval.

- Assexual
- Bissexual
- Heterossexual
- Homossexual
- Panssexual
- Prefiro não dizer
- Outro: \_\_\_\_\_

## 9. Identificação racial \*

Marcar apenas uma oval.

- Amarelo
- Branco
- Indígena
- Preto
- Pardo
- Outro: \_\_\_\_\_

Dados acadêmicos

## 10. Você participou/foi selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim Pular para a pergunta 12
- Não Pular para a pergunta 11

Pular para a pergunta 12

11. Mesmo não tendo participado ou não tendo sido selecionado para a convocatória do intercâmbio PILA Virtual 2022.1, teria interesse em se inscrever em futuras convocatórias? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Talvez  
 Não sei dizer

12. Tendo sido aprovado, você conseguiu ter acesso às aulas virtuais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 13*  
 Parcialmente *Pular para a pergunta 13*  
 Não

13. Tendo acesso às aulas virtuais, você concluiu a(s) disciplina(s) cursada(s)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 14*  
 Não *Pular para a pergunta 14*

14. O intercâmbio PILA Virtual 2022.1 foi sua primeira experiência de internacionalização? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

15. Como você avalia a experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim

16. Dentre as possíveis dificuldades listadas abaixo, quais foram presentes em sua experiência? \*

Podem ser escolhidas várias alternativas.

*Marque todas que se aplicam.*

- Dificuldade em compreender as aulas, devido à diferença de idiomas.
- Dificuldade em manter uma boa conexão de internet.
- Dificuldade em conciliar o intercâmbio com os estudos na UEPA.
- Dificuldade em acompanhar as aulas nos horários determinados pela universidade.
- Dificuldade entrar em contato com a universidade de destino.
- Dificuldade em manter o interesse no intercâmbio.
- Não tive dificuldades.
- Outro: \_\_\_\_\_

17. Dentre os possíveis benefícios listados abaixo, selecione os itens que expressem os aprendizados construídos durante o intercâmbio. \*  
Podem ser escolhidas várias alternativas.

Marque todas que se aplicam.

- A presença de pesquisadores internacionais contribui para a oxigenação no comportamento acadêmico.
- A perspectiva da comunicação intercultural e aprendizado de outros idiomas.
- O conhecimento da literatura de autores de outras nacionalidades da América Latina e do Caribe.
- Internacionalização do currículo.
- Crescimento acadêmico, profissional e humano.
- A capacidade de aprender de uma perspectiva diferente.
- Não tive benefícios.
- Outro: \_\_\_\_\_

18. Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino antes do início do período de mobilidade? \*

Marcar apenas uma oval.

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim

19. Quanto à proficiência idiomática, como você classifica sua proficiência na língua da instituição/país de destino após o período de mobilidade? \*

Marcar apenas uma oval.

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim

20. Dentre as alternativas abaixo, quais metodologias de ensino/aprendizagem foram utilizadas durante seu período de estudo? \*

Podem ser escolhidas várias alternativas.

Marque todas que se aplicam.

- Aula expositiva  
 Seminário  
 Trabalho em grupo  
 Estudo individual  
 Projeto  
 Outro: \_\_\_\_\_

21. Relate sua experiência de intercâmbio do PILA Virtual 2022.1. \*

Sinta-se livre para relatar sua experiência de intercâmbio (universidade de destino, professores, disciplinas, metodologias, expectativas, benefícios, desafios, considerações gerais, dentre outros)

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários